UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL

LUCIANA GRINGS

O LEIGO E A ESPECIALISTA:
MEMÓRIAS DA ADMINISTRAÇÃO DA BIBLIOTECA NACIONAL NAS DÉCADAS DE 60 E 70

RIO DE JANEIRO
2018

LUCIANA GRINGS

O LEIGO E A ESPECIALISTA:
MEMÓRIAS DA ADMINISTRAÇÃO DA BIBLIOTECA NACIONAL NAS DÉCADAS DE 60 E 70

Tese apresentada para obtenção do grau de Doutor em Memória Social pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Linha de pesquisa: Memória e Patrimônio. Orientadora: Prof. Dra. Vera Dodebei.

RIO DE JANEIRO
2018

G867l Grings, Luciana.

O leigo e a especialista : memórias da administração da Biblioteca Nacional nas décadas de 60 e 70 / Luciana Grings, 2018.
153 p.

Orientador: Vera Dodebei.
Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

1. Bibliotecas nacionais - Administração. 2. Fundação Biblioteca Nacional (Brasil). 3. Adonias Filho, 1915-1990. 4. Monte-Mór, Jannice, 1927-2005. I. Dodebei, Vera. II. Título.

CDD – 027.581

LUCIANA GRINGS

O LEIGO E A ESPECIALISTA:
MEMÓRIAS DA ADMINISTRAÇÃO DA BIBLIOTECA NACIONAL NAS DÉCADAS DE 60 E 70

Tese apresentada para obtenção do grau de Doutor em Memória Social pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Linha de pesquisa: Memória e Patrimônio. Orientadora: Prof. Dra. Vera Dodebei.

Prof. Dr. Renato de Andrade Lessa – ID/PUC-Rio

Prof. Dr. Márcia de Almeida Gonçalves – IFCH/UERJ

Prof. Dr. Leila Beatriz Ribeiro – PPGMS/Unirio

Prof. Dr. Diana de Souza Pinto – PPGMS/Unirio

Prof. Dr. Vera Dodebei (Orientadora) – PPGMS/Unirio

RIO DE JANEIRO
2018

Agradecimentos

A todos aqueles cuja presença suave e apoio firme foram tão importantes no decorrer deste trabalho.

Àqueles que me ajudaram sem julgar quando tudo pareceu tão difícil, intransponível, irrevogável, que quase me fez desistir.

Aos colegas bibliotecários, em especial aos que conheci recentemente, que me mostraram que não estou sozinha nas minhas ideias.

É claro, à minha mãe, por ter plantado em mim a sementinha da biblioteconomia.

Aos membros da banca, pelo olhar generoso com que me viram; mas em particular a Diana, minha baliza no meu percurso acadêmico. Gustavo Saldanha não pôde estar na banca, mas gentilmente dedicou seu tempo a me dar contribuições preciosas.

À "banca invisível" que se ofereceu para revisar meu trabalho e me encheu de gratidão e honra, com um carinho especial a Wanessa Canellas.

Aos meus gatinhos, ajudando e atrapalhando na medida, oferecendo companhia silenciosa e cúmplice todo o tempo.

A Vera, pela chance e confiança para fazer um trabalho autônomo.

Em ordem alfabética, e correndo o risco de esquecer pessoas:

Ana Moura, Celia, Claudia, Claudio, Gabriel, Isa, Pablo, Sandro, Verena.

“É todo um conjunto a ser resolvido de forma global, se há intenção do Governo de colocar a Biblioteca Nacional em seu lugar de dignidade de Órgão de Cultura, por excelência, do País.”

Jannice Monte-Mór

RESUMO

Tendo por objetivo esclarecer se é realmente necessário que seja um bibliotecário a dirigir a Biblioteca Nacional do Brasil, apresenta um panorama cartográfico das administrações de Adonias Filho e Jannice Monte-Mór como diretores gerais da Biblioteca Nacional, nos períodos 1961-1971 e 1971-1979. O corpus documental analisado foi composto de documentos primários e fontes bibliográficas, principalmente correspondências administrativas, relatórios de gestão e recortes de jornal da época. As duas gestões foram escolhidas para análise por contrapor dois longos períodos sob uma mesma administração, a primeira de um "leigo", um literato, e a segunda a da primeira bibliotecária a alcançar o posto de diretora geral da Biblioteca. A título de pesquisa exploratória, inicialmente traz um recorrido teórico sobre bibliotecas nacionais e a evolução da compreensão deste tipo de instituição. Em seguida, faz um breve histórico da administração da Biblioteca Nacional do Brasil e as principais dificuldades encontradas, resumidas na "tríade da falta" reclamada em todos os relatórios de gestão da instituição: falta de espaço, de pessoal e de verbas. Posteriormente, à luz dos conceitos apresentados, apresenta os dados colhidos das duas gestões, particularmente no que diz respeito ao tratamento dado à "tríade da falta" nos documentos administrativos localizados. Resgata a memória da CPI da Biblioteca Nacional, ocorrida em 1966 e cujo resultado foi inócuo, apontando que de fato a instituição não estava cumprindo sua missão, mas sem gerar nenhum fato novo que melhorasse a situação. Como conclusões, destaca que a formação do gestor não parece ter efeito prático na qualidade de sua gestão, sendo aparentemente mais relevantes aspectos como a compreensão do sistema bibliotecário e patrimonial em que a Biblioteca Nacional se insere. Salienta que a gestão de Jannice Monte-Mór foi significativa do ponto de vista do corporativismo bibliotecário, mas não conseguiu resolver os problemas estruturais da "tríade", porque a Biblioteca Nacional não está em primeiro plano na política de memória e cultura do país.

PALAVRAS-CHAVE: Fundação Biblioteca Nacional. Bibliotecas nacionais. Administração de bibliotecas. Memória institucional.

ABSTRACT

With the objective to clarify if it is really necessary for a librarian to run the National Library of Brazil, it presents a cartographic panorama of the administrations of Adonias Filho and Jannice Monte-Mór as general directors of the National Library during the periods 1961-1971 and 1971-1979. The documental corpus analyzed was composed of primary documents and bibliographic sources, mainly administrative correspondence, management reports and newspaper clippings from that time. The two administrations were chosen for analysis because they are two long periods under the same administration. The first, of a "layman", a litterateur, and the second, of the first librarian to ever reach the position of general director of the Library. As an exploratory research, it initially brings a theoretical tour of national libraries and the evolution of the understanding of this type of institution. It then gives a brief history of the administration of the National Library of Brazil and the main difficulties encountered, summarized in the "triad of shortages" in all the management reports of the institution: a shortage of space, personnel and funds. Subsequently, in the light of the concepts presented, it exposes the data collected from the two administrations, particularly with regard to the treatment given to the "triad of shortages" in the administrative documents located. It recollects the National Library's Parliamentary Commission Of Inquiry ("CPI"), which occurred in 1966 and whose result was innocuous, pointing out that the institution was indeed not fulfilling its mission, but without generating any new fact that would improve the situation. In conclusion, it emphasizes that the training of the manager does not seem to have a practical effect on the quality of its management, with aspects such as the understanding of the librarian and patrimonial systems in which the National Library is inserted being apparently more relevant. It points out that the management of Jannice Monte-Mór was significant from the point of view of librarian corporatism, but failed to solve the structural problems of the "triad" because the National Library is not at the forefront of the country's heritage and cultural policy.

KEYWORDS: Fundação Biblioteca Nacional. National libraries. Libraries management. Institutional memory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Biblioteca Nacional do Brasil, no Rio de Janeiro 65

Figura 2 – Biblioteca Nacional Leonel de Moura Brizola, em Brasília 66

Figura 3 – Posse de Jannice Monte-Mór como Diretora Geral da Biblioteca Nacional 98

Figura 4 – Quadro das metas atingidas e não atingidas na gestão de Jannice 101

Figura 5 - Projeto do Novo Prédio Sede da Biblioteca Nacional (Anexo) 107

Figura 6 – Organograma da Biblioteca Nacional em 1971 108

Figura 7 - Organograma de estudo do grupo tarefa em 1972 112

Figura 8 – Organograma proposto em 1974 113

Figura 9 – Tabela de indicadores de produtividade anos 70/anos 2010 116

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACR – Código de Catalogação Anglo-Americano

AACR2 – Código de Catalogação Anglo-Americano, segunda edição

Abinia - Associação de Estados Ibero-Americanos para o Desenvolvimento das Bibliotecas Nacionais da Ibero-América

ABL – Academia Brasileira de Letras

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ALA – American Library Association

Arena – Aliança Renovadora Nacional

BBD – Bibliografia Brasileira de Direito

BN – Biblioteca Nacional do Brasil

Calco – Catalogação Legível por Computador

CBBD – Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação

CBU – Controle Bibliográfico Universal

CNDL – Conferência de Diretores de Bibliotecas Nacionais

CDD – Classificação Decimal de Dewey

CDNLAO - Conferência de Diretores de Bibliotecas Nacionais da Ásia e Oceania

CENL - Conferência de Bibliotecários Nacionais Europeus

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

Dasp – Departamento Administrativo do Serviço Público de São Paulo

FBN – Fundação Biblioteca Nacional

Febab – Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições

Fefieg - Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FRAD – Requisitos Funcionais para Dados de Autoridades

FRBR – Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos

FRSAD – Requisitos Funcionais para Dados de Autoridades de Assuntos

IAML – International Association of Music Libraries, Archives and Documentation Centres

IBBD – Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação

IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

IFLA – International Federation of Library Associations and Institutions

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

INL – Instituto Nacional do Livro

Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ISBN – International Standard Book Number

ISO – International Standard Organization

JB – Jornal do Brasil

LC – Library of Congress (Biblioteca do Congresso americano)

Marc – Machine Readable Cataloguing (catalogação legível por máquina)

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MEC – Ministério da Educação

MinC – Ministério da Cultura

OCLC – Online Computer Library Center

RDA – Descrição e Acesso de Recursos

RVBI – Rede Virtual de Bibliotecas

SIC – Sistema de Intercâmbio de Cooperação

SNBP – Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas

STF – Supremo Tribunal Federal

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Unirio – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	**13**
2	**BIBLIOTECAS NACIONAIS**	**23**
2.1	O COLÓQUIO DE VIENA DE 1958	29
2.2	A CONFERÊNCIA GERAL DA UNESCO DE 1970	35
2.3	BIBLIOTECAS NACIONAIS, UM BEM PÚBLICO	44
2.4	O QUE É, AFINAL, UMA BIBLIOTECA NACIONAL?	50
3	**BIBLIOTECA NACIONAL DO BRASIL: MEMÓRIA, HISTÓRIA E PATRIMÔNIO**	**56**
3.1	A BIBLIOTECA MONUMENTO	59
3.2	BIBLIOTECA NACIONAL NO BRASIL: DIMENSÃO SIMBÓLICA	63
3.3	GESTÃO DA BIBLIOTECA NACIONAL: BREVE HISTÓRICO	68
4	**DÉCADA DE 1960: ADMINISTRAÇÃO ADONIAS FILHO**	**74**
4.1	A CPI DA BIBLIOTECA NACIONAL	82
5	**JANNICE MONTE-MÓR E OS ANOS 70**	**96**
5.1	ESPAÇO	104
5.2	ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	107
5.3	PESSOAL	119
6	**CONSIDERAÇÕES FINAIS**	**125**
	REFERÊNCIAS	**133**
	BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	**143**
	ÍNDICE ONOMÁSTICO DAS SEÇÕES 4 E 5	**152**

1 INTRODUÇÃO

Lembro-me perfeitamente da primeira vez em que vi a Biblioteca Nacional[1], em 2002. O prédio imponente, cravado no centro do Rio de Janeiro, exalava simbolismo. Era, pra mim, um totem da profissão que eu havia escolhido seguir, um ideal de prática de excelência em biblioteconomia a perseguir. Então, há onze anos, fui aprovada em concurso público para exercer o cargo de Bibliotecário da Fundação Biblioteca Nacional do Brasil. Uma honra profissional que poucos colegas têm a oportunidade de cumprir. Iniciei minha carreira na BN como bibliotecária de processamento técnico, atuando na representação temática do acervo, e menos de três anos depois fui promovida a um cargo de coordenação de equipes técnicas.

Durante este processo de crescimento – que nunca parou, até hoje – eu me vi aprendendo todos os dias um pouco mais sobre a Biblioteca e sobre a biblioteconomia brasileira. E me vi convivendo com uma realidade que me soava impressionante: há uma quantidade imensa de pessoas que não sabe o que faz uma Biblioteca Nacional. E pior, um grande número de bibliotecários (inclusive dentro da própria Biblioteca) também não sabe ao certo. Existe uma nuvem de dúvidas quanto à instituição Biblioteca Nacional do Brasil. Sua história, como herdeira da Real Biblioteca de Portugal, é mais ou menos conhecida, mas sua atuação contemporânea parece sempre um pouco obscurecida pelas dificuldades estruturais de um órgão público federal – outro assunto que acabei aprendendo por força de minhas atividades.

Foi natural para mim começar a pesquisar e elencar uma série de questões que foram se apresentando ao longo destes anos trabalhando na maior e mais antiga instituição de cultura do país. A começar: por que não temos um bibliotecário presidindo a Biblioteca? Já tivemos? Quem foi? Por que deixamos de ter? Como foi que chegamos ao *status quo* do processamento técnico atual que administro? E o status da biblioteca como um todo, suas dificuldades, seus problemas?

Dediquei-me então a estudar um pouco da trajetória da Biblioteca, em especial no século XX, e me deparei com uma situação curiosa: a Biblioteca

[1] Daqui em diante, também tratada como “FBN” ou “BN”.

Nacional só teve quatro diretoras bibliotecárias[2] ao longo de toda a sua história - mesmo sendo a instituição pioneira na formação de bibliotecários na América Latina, cujo curso de Biblioteconomia iniciou em 1911. Jannice de Mello Monte-Mór foi a primeira bibliotecária a assumir a direção da Biblioteca Nacional, de 1971 a 1979; depois dela, Celia Ribeiro Zaher dirigiu a instituição de 1982 a 1984 e foi substituída pela também bibliotecária Maria Alice Barroso, que permaneceu no cargo até 1989. Sua substituta, Lia Temporal Malcher, também era bibliotecária e assumiu interinamente a direção da Biblioteca por quase um ano. Trazendo um olhar técnico praticamente inédito, Jannice foi a gestora que tentou incluir a BN no então moderno conceito de bibliotecas nacionais, como entendidas pela Unesco no início da década de 70. Descobri que a percepção das dificuldades da instituição não era só minha; na verdade, a própria Jannice fez a seguinte observação em um artigo publicado em 1987:

> [...] obedecendo a fenômeno generalizado que atingiu as bibliotecas nacionais, gradual e progressivamente a BN perdeu prestígio, eficiência; entravada pela burocracia, desatualizaram-se suas coleções e técnicas, adquirindo uma lamentável imagem de organismo esclerosado. (MONTE-MÓR, 1987, p. 168).

Nas minhas leituras, percebi que, feliz ou infelizmente, nem sempre foi assim: houve épocas em que a Biblioteca Nacional, apesar de todas as suas dificuldades, permaneceu altiva e ativa na liderança da Biblioteconomia brasileira. Hoje em dia, contudo, o quadro é de um aparente apagamento quase que completo da BN da pauta das políticas de cultura nacionais. Uma leitura rápida dos relatórios dos diretores da instituição ao longo do tempo revela que as mesmas queixas repetem-se em todos os relatórios desde o século XIX, constituindo o que passei a denominar “tríade da falta”: os gestores da Biblioteca reclamam que precisam de mais verba, mais pessoal e mais espaço. Voltei a me questionar: por que as seculares reclamações dos dirigentes nunca foram atendidas? Por que a Biblioteca Nacional tem suas atividades repetidamente prejudicadas pela falta de verba, de investimentos, pela falta de espaço, se todas estas condições vêm sendo informadas repetidamente?

---

[2] Entendendo “bibliotecário” como o profissional portador de diploma de nível superior em Biblioteconomia, formação oferecida pioneiramente na América Latina pela Biblioteca Nacional a partir de 1911, e devidamente acreditado pela legislação regulamentadora da profissão (Lei 4084, de 30 de junho de 1962, Dec. 56725, de 16 de agosto de 1965, e legislação correlata).

Na comunidade bibliotecária, uma corrente de pensamento que vem ganhando certa força creditaria esta situação à falta de bibliotecários gestores. Alex Ribeiro, presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia no Rio Grande do Sul no período 2014-2017, acredita que “bibliotecas dirigidas por bibliotecários implementam mais serviços nas bibliotecas que aquelas dirigidas por leigos” (RIBEIRO, 2017) – o que é verdade, de acordo com os dados apresentados no mesmo artigo. Na realidade, a ideia de que deveria ser um bacharel em Biblioteconomia a dirigir as bibliotecas vem da interpretação da legislação que regulamenta a profissão. No artigo 6. da lei 4084/62, está escrito que

> são atribuições dos Bacharéis em Biblioteconomia, a organização, direção e execução dos serviços técnicos de repartições públicas federais [...] concernentes às matérias e atividades seguintes: [...] d) administração e direção de bibliotecas (BRASIL, 1962)

Entretanto, é preciso atentar para dois fatos: primeiro, desde 1990 a Biblioteca Nacional não é só uma “biblioteca”, mas uma fundação vinculada ao Ministério da Cultura. Além disso, uma interpretação mais literal da redação da lei apontaria que o texto não atribui <u>privativamente</u> aos bibliotecários a administração de bibliotecas, apenas chamando a atenção que eles podem vir a exercer estas atividades – ao contrário, por exemplo, da designação “bibliotecário”, explicitamente atribuída em caráter privativo aos bacharéis em Biblioteconomia. A interpretação de que as atividades descritas na legislação são privativas dos bacharéis ganhou força ao longo dos anos, principalmente por sucessivas jurisprudências julgadas em favor desta leitura; entretanto, como vemos, a letra da lei não traz essa prescrição explicitamente. As decisões em favor do viés corporativista, de atividades privativas, derivam de um entendimento geral calcado nas demais legislações regulamentadoras de profissões, cujos textos, em geral, deixam explícito o caráter privativo das atribuições dos profissionais regidos por aqueles atos. Carvalho (2016) redigiu um artigo inteiro dedicado à defesa de mais bibliotecários nos cargos diretivos da Biblioteca Nacional, criticando os critérios políticos para a escolha do ocupante da Presidência da Fundação. Alegou ele que um bibliotecário

> [...] possui o conhecimento técnico [...] para formular e projetar atividades diversas no âmbito do acervo, da gestão dos serviços, do uso de tecnologias e das práticas informacionais de uma forma geral que compõem o modus operandi da biblioteca. [...] possui

> capacidade estratégica para fomentar dinamicamente o desenvolvimento do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) no sentido de integrá-lo de forma mais consistente a política de atuação da Biblioteca Nacional. [...] pode estabelecer um locus pragmático, propositivo e metodológico mais amplo com a área de Biblioteconomia [...] (CARVALHO, 2016, p. 8)

E segue o texto, elencando mais um ou outro motivo pelo qual deveria haver um bibliotecário à frente da BN. Em primeiro lugar, é necessário fazer a crítica das informações incorretas colocadas no artigo: primeiro, quando o autor refere-se a Celia Zaher como a última bibliotecária a dirigir a Biblioteca (o que, já vimos, não é verdade); depois, ao colocar o SNBP como parte integrante da estrutura da FBN (o que não é desde 2014). Depois, parece-me um tanto contraditório esse discurso a respeito das habilidades do bibliotecário quando o mesmo texto afirma que “um discurso de categoria profissional pode apresentar um viés parcial no sentido de só compreender a relevância estratégica do profissional, sem uma preocupação mais prioritária com a instituição em que este profissional atua” (p. 7).

Mais ou menos na mesma época, o bibliotecário Cristian Santos escreveu artigo em que condenava direta e dramaticamente a nomeação da empresária Helena Severo para a presidência da BN, no que tachou, em outro trecho do texto, de “invasão de gente inabilitada em nossas bibliotecas”:

> a nomeação da Helena Severo como ocupante do gabinete principal da Biblioteca Nacional me fez lançar um grito performático nas redes sociais, destinado a incomodar a classe. Lamentei que, nos últimos 33 anos, o posto de gestor da BN mencionado tenha sido ocupado, por historiadores, jornalistas, escritores, juristas e por nenhum bibliotecário; lamentei que nós, bibliotecários, não tenhamos exigido dos órgãos de classe uma atuação decidida no cenário político. Até sugeri que, inspirados nas práticas da OAB e do Ministério Público, indicássemos ao Presidente da República, talvez em forma de lista tríplice, um bibliotecário qualificado para ocupar o gabinete principal da Biblioteca Nacional. (SANTOS, 2016)

.

Posteriormente, o bibliotecário foi alçado ao cargo de diretor do Departamento do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do Ministério da Cultura, e proferiu palestra no dia 13 de janeiro de 2017 fortemente pautada pelas questões corporativas. Na oportunidade, foi bastante contraditório em sua fala: primeiro, comentou a crise “ontológica” que a nomeação do filósofo Luiz Armando Bagolin para a direção da Biblioteca Mário de Andrade causou na classe bibliotecária,

salientando ao mesmo tempo o excelente trabalho que ele desenvolveu à frente da instituição. Logo em seguida, se posicionou a respeito da gestão da Biblioteca Nacional, afirmando (equivocadamente, como já vimos) uma vez mais que

> A Biblioteca Nacional também, há trinta e três anos, não é ocupada por um bacharel em Biblioteconomia [...] os bibliotecários entraram nessa de dizer "mas é um absurdo, porque eles estão contra a lei", ok... aí eu fiz essa pergunta, recente, no Conselho Federal [de Biblioteconomia] sobre a própria Biblioteca Nacional, nesses trinta e três anos em que não se tem um bibliotecário como gestor máximo da... da... sétima biblioteca mais importante do mundo. Quantos ofícios foram encaminhados pelo Conselho sugerindo, apresentando ao ministro, ou até ao Presidente da República, nomes de bibliotecários capazes de gerencial a Biblioteca Nacional ou a Biblioteca Mário de Andrade. Eu fui atrás. Sabe quantas vezes? Nenhuma. E a culpa é de quem?(SANTOS, 2017)

Ora, considerando a própria afirmação prévia do autor – de que é possível um "leigo" ou "inabilitado" fazer uma boa administração de uma biblioteca –, será mesmo que é necessário que seja um bibliotecário a dirigir a Fundação Biblioteca Nacional? Será que os critérios políticos não poderiam ser mais adequados para preencher um cargo cujas prerrogativas são de representação da instituição como órgão de governo? Onde arrumar subsídios para verificar que diferença faz um bibliotecário dirigindo a Biblioteca Nacional? Na memória da própria biblioteca.

Assim, este trabalho tenta entender um pouco da trajetória da Biblioteca Nacional do Brasil, o lugar de memória nacional por excelência, questionando se o fato de ter um técnico bibliotecário dirigindo a instituição é realmente tão determinante para o sucesso da gestão. Para tanto, acredito que um bom método é o de comparar duas gestões que se equivalham, de um "leigo", para usar o termo proposto por Ribeiro, e de um técnico, ou de um especialista. Se à primeira vista a contribuição pode parecer simplória, penso que, primeiramente, ajuda a desnaturalizar o corporativismo bibliotecário tão presente nas falas citadas acima. Isto me parece particularmente importante tendo em vista o que Goldenberg coloca a respeito da metodologia de pesquisa em ciências sociais:

> O fato de ter uma convivência profunda com o grupo estudado pode contribuir para que o pesquisador "naturalize" determinadas práticas e comportamentos que deveria "estranhar" para compreender. [...] O olhar que "estranha", em um primeiro momento, passa a "naturalizar"

> em seguida e torna-se “cego” para dados valiosos. (GOLDENBERG, 2005, p. 59)

Em segundo lugar, ao desnaturalizar o corporativismo da profissão e adicionar dados empíricos ao tema, acredito que forçosamente se provoca uma discussão mais qualificada, e não pautada por aquela interpretação consuetudinária[3] da lei que orienta em grande parte a postura dos bibliotecários com relação às suas equipes de trabalho, reservando as “coisas de bibliotecário” aos bibliotecários e delegando tarefas que consideram “menores”, como atendimento ao público, aos colegas de outras formações. Embora necessária, a discussão sobre a formação do bibliotecário e sua qualificação para exercer funções administrativas não será abordada aqui, inclusive pela profundidade e complexidade que demanda a questão.

Lembremos, por exemplo, do caso da maior biblioteca do mundo, a Library of Congress, dos Estados Unidos: a icônica instituição passou sessenta anos sem ter um técnico como titular de sua direção – e quando o fez, também quebrou muitos velhos padrões, já que Carla Hayden, Bibliotecária do Congresso[4] desde setembro de 2016, é só a terceira técnica, mas a primeira mulher e a primeira negra a assumir o cargo. Sua nomeação foi uma demanda da Associação Americana de Bibliotecas, quando da oportunidade de sucessão de James Billington, que ocupou o cargo por 28 anos (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 2015). Ainda assim, há que tratar com cuidado a formação dos bibliotecários americanos em comparação com os brasileiros: lá, a biblioteconomia é ministrada em nível de pós-graduação (caso de Carla Hayden, cuja graduação foi em ciências políticas, e posteriormente fez mestrado e doutorado em Biblioteconomia).

No cenário das bibliotecas pares, a situação é a seguinte: dos dezenove países ibero-americanos ativos na Associação de Estados Ibero-Americanos para o Desenvolvimento das Bibliotecas Nacionais da Ibero-América

---

[3] Uma preocupação legítima dada a fragilidade do atual Estado de Direito que vivemos no Brasil, pautado por um Poder Judiciário absolutamente discricionário. Mesmo que a hermenêutica jurídica pós-positivista garanta o entendimento que vem sendo dado à questão bibliotecária, a redação do texto legal expõe as garantias do exercício profissional.

[4] Título dado ao diretor da Biblioteca do Congresso americano, de nomeação exclusiva do Presidente. Até 2015, o mandato não tinha prazo, o que fazia do cargo praticamente uma atividade vitalícia; contudo, com o Ato de Modernização da Sucessão do Bibliotecário do Congresso, o mandato passou a ser de dez anos, renováveis.

(Abinia), apenas seis têm bibliotecólogos ou biblioteconomistas[5] como diretores. Nas demais instituições, são escritores, professores, editores, historiadores, filósofos a dirigir a Biblioteca – e todos se designam, a si e à totalidade do quadro de pessoal de suas bibliotecas, bibliotecários. Um apuro semântico que o Brasil não segue, ao designar "bibliotecário" o bacharel em Biblioteconomia, já que o sufixo –ário serve para indicar aquele prático, agente, ou oriundo de. Portanto, bibliotecário é, para usarmos a terminologia corretamente, aquele que trabalha em biblioteca. O estudioso da biblioteca, como nossos bacharéis, deveria chamar-se bibliotecólogo, como em nossos países vizinhos, ou biblioteconomista, derivando a nomenclatura do curso acadêmico.

Inicialmente, o tema que pensei trabalhar era a gestão de Jannice Monte-Mór, já que seu legado é tão significativo na história da Biblioteca que até hoje as "coisas de Jannice" permeiam várias das atividades desenvolvidas na casa. Entretanto, à medida em que as leituras foram avançando, questões periféricas foram surgindo para conformar melhor não só a pergunta que eu gostaria de responder, mas as respostas que estava intuitivamente procurando. Primeiramente, tornou-se impossível não questionar que Biblioteca Nacional Jannice encontrou quando assumiu a direção da instituição. Daí, ficou mais do que claro que seria uma boa estratégia comparar sua gestão exatamente com a antecessora, de Adonias Filho. São as duas gestões mais longas desde Rodolfo Garcia, diretor que deixou a Biblioteca em 1945; enquanto Adonias esteve à frente da BN por dez anos, Jannice conseguiu permanecer oito. Ele, como tradicionalmente eram os diretores da instituição, um literato; ela, a primeira bibliotecária a assumir o cargo – e só o fez porque durante a gestão dele foi regulamentada a profissão e incorporada ao imaginário corporativo a interpretação que vimos anteriormente.

Sabe-se que Jannice, claramente imbuída de seu conhecimento técnico e experiência prévia, foi a gestora que tentou incluir a Biblioteca Nacional do Brasil no conceito de bibliotecas nacionais como entendidas pela Unesco no início da década de 70[6]. Para entender a relevância dessa guinada administrativa na BN, é essencial neste percurso revisitar os conceitos e as características das bibliotecas nacionais, que pouco têm sido aproveitados e revistos na literatura contemporânea

---

[5] Respeitando a nomenclatura dada aos profissionais formados nas escolas de Biblioteconomía (caso da Espanha) ou Bibliotecología (na maioria dos países latino-americanos); mesmo que hajam claras diferenças no sentido etimológico das duas designações, a formação é a mesma, em nível superior.

[6] Seus artigos, principalmente "Reforma da Biblioteca Nacional", apontam nessa direção.

da área. À guisa de pesquisa exploratória, um histórico não só do conceito de bibliotecas nacionais, mas de sua evolução ao longo dos séculos, é traçado no primeiro capítulo deste trabalho, com especial atenção aos dois eventos que marcaram as viradas no entendimento das bibliotecas nacionais: o Colóquio de Viena de 1958 e a Conferência Geral da Unesco de 1970.

É também indispensável revisitar o histórico da Biblioteca, repleto de peculiaridades, desde sua gênese como Real Biblioteca de Portugal, passando por sua compra pelo jovem Império do Brasil em 1824 e pela inserção da Biblioteca nas políticas públicas culturais do século XX. Aqui, contudo, não vou retomar o já bastante decantado período do século XIX e início do século XX, contemplado em bibliografia razoavelmente extensa. A fim de responder com mais pontualidade minhas questões, focarei nas duas gestões da Biblioteca Nacional que cobriram a quase totalidade das décadas de 60 e 70, e cujas características são adequadas para embasar uma comparação justa entre a administração "leiga" e a técnica. Falo especificamente, como já pontuado, da gestão de Adonias Filho, que permaneceu como diretor-geral da Biblioteca entre 1961 e 1971, e foi sucedido, como sabemos, por Jannice Monte-Mór, que deixou o cargo de Diretora-Geral em 1979. Ambas as gestões se caracterizam, particularmente, por em conjunto cobrirem praticamente todo o período da ditadura militar brasileira. Durante a administração de Adonias ocorreu o golpe de 64 e o país perdeu o regime democrático. No exercício do cargo, Adonias foi chamado a prestar esclarecimentos numa Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instalada em 1966, para apurar as condições de funcionamento da Biblioteca Nacional – evento que, como veremos, resultou inócuo e silenciado.

Ontologicamente, portanto, esta pesquisa se coloca em uma abordagem qualitativa, privilegiando o fato de minha formação e atuação profissionais serem no âmbito da biblioteconomia, notadamente junto à Biblioteca Nacional por mais de uma década. A proposta aqui é a de criar um panorama cartográfico[7] da Biblioteca, esperando contribuir para a biografia da instituição –

[7] O método cartográfico, proposto por Deleuze e Guattari em "Mil Platôs", pressupõe uma "experimentação ancorada no real" (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 21) que aposta no rigor de atitude do pesquisador, na firmeza de seu compromisso com o objeto de pesquisa. A expressão se refere ao processo de produção paralelo ao percurso da pesquisa; ao fazer do pesquisador que desenha o caminho na medida em que o percorre e que o próprio percurso é parte do processo. No dizer de Canellas de Oliveira (2012, p. 107), os autores propõem que, na cartografia, "pesquisador e objeto se encontrem e que constituam um território da prática". Deste modo, a escolha do método

incompleta, como toda biografia, como nota Bourdieu (2006). Afinal, concordando com Margaret Mead (apud KOPYTOFF, 1986), a biografia de uma carreira bem-sucedida é um componente importante para compreender uma cultura. Mesmo eivada de problemas, a trajetória da BN é bem-sucedida na sua missão institucional de servir como polo, representante e repositório da memória e da cultura brasileiras. Deste modo, entender a Biblioteca Nacional passa a ser essencial para entender não só o panorama da cultura nacional, mas também a biblioteconomia brasileira. Biografada a instituição, pode-se "salientar o que de outro modo [sem a biografia] poderia permanecer obscuro" (KOPYTOFF, 1986, p. 67). Ao descobrir a existência da CPI da Biblioteca Nacional, deparei-me com um acontecimento que, aproximando-me da fala do campo da Memória Social, foi apagado, esquecido, silenciado de modo que nenhuma bibliografia consultada traz menção ao evento. Ainda citando Kopytoff (1986), o que aqui se faz é uma recompilação de singularidades em busca de um quadro maior que responda aos questionamentos que suscitaram a pesquisa.

Para dar conta de cartografar as gestões de Adonias e Jannice na BN e verificar suas realizações e dificuldades, optei por usar como fontes principais documentos primários e bibliográficos, prioritariamente os relatórios de gestão disponíveis – de Adonias, armazenados na Divisão de Manuscritos da BN; de Jannice, publicados nos Anais da Biblioteca Nacional. Também foram essenciais a correspondência recebida arquivada de Adonias Filho e a produção intelectual de Jannice. Para compor o corpus documental, utilizei também periódicos de época, em particular dos anos 60 e 70, notadamente a revista O Cruzeiro e os jornais fluminenses Correio da Manhã, Diário de Notícias, Jornal do Brasil e O Fluminense. Ao longo da pesquisa, foram consultados mais de 50 recortes e matérias, publicados entre os anos de 1961 e 1985, referentes à Biblioteca Nacional. Houve um hiato de publicações entre os anos de 79 e 85, quando o nome de Jannice reapareceu no Jornal do Brasil, em matéria sobre o projeto da Biblioteca Pública Estadual. O maior volume de publicações se deu no ano de 1971, quando a BN foi citada treze vezes nos jornais pesquisados.

É inevitável e evidente, neste ponto, notar que a gestão de Jannice foi muito mais significativa para o imaginário da classe bibliotecária do que a de seu

---

para este projeto foi, mais do que uma escolha, um caminho natural dado o relacionamento entre pesquisadora e objeto de pesquisa.

antecessor. Ao escrever, durante sua gestão e nos anos posteriores, Jannice não estava simplesmente relatando o que verificou enquanto responsável pela BN: ao contrário, absolutamente ciente do papel de transparência que um gestor público tem de exercer, tomou como primeira providência enquanto dirigente propor formalmente a reforma administrativa da Biblioteca Nacional, há muito necessária para “desentravar” o trabalho lá desenvolvido. No momento certo, também coube a ela a iniciativa de restaurar a publicação dos relatórios de gestão da Biblioteca apensos aos Anais da Biblioteca Nacional, cuja publicação foi interrompida nos anos 40. Além disso, fez ela o papel de divulgadora da situação da Biblioteca e das melhorias alcançadas, apresentando trabalhos em periódicos e eventos de grande importância para a demonstração de que a Biblioteca não era um organismo “esclerosado”, mas um órgão vital na Cultura brasileira e que ainda contava com funcionários dispostos a batalhar por ela. Sua contribuição foi tão relevante que o primeiro Presidente da Fundação Biblioteca Nacional, Affonso Romano de Sant’Anna, a convidou para prestar assessoria ao seu gabinete, lembrando dela como “notável” em suas memórias (SANT’ANNA, 2011). Em compensação, Adonias recolheu-se depois de administrar a Biblioteca Nacional e retornou aos cargos públicos só em 1977, assumindo a presidência do Conselho Nacional de Cultura até falecer, em 1990.

2 BIBLIOTECAS NACIONAIS

> De certa forma, a história das bibliotecas nacionais está ligada ao próprio processo de consolidação dos Estados Nacionais da Europa. Muito além de recolher, catalogar e abrigar livros em estantes bonitas, essas bibliotecas tiveram uma importância simbólica e política imensas, pois sempre estiveram associadas a estratégias do conhecimento, a razões de Estado, a visões de mundo. (TRIGO, 2004, p. 10)

O colecionismo de livros – ou de seus antepassados, tábuas de argila, rolos de papiro, pergaminhos, entre outros suportes do conhecimento escrito – é algo reconhecido na história da humanidade. Mey e Silveira (2009) apontam que os suportes do conhecimento passam a existir para que este possa ser transmitido e apreendido por outros, embora seja sempre uma construção individual. Contam também que, independentemente do nome que o suporte tenha, o fato de constituir um registro do conhecimento faz dele "matéria-prima do trabalho bibliotecário" (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 1). Para as autoras, qualquer instituição dedicada "à reunião [...], organização e disseminação do conhecimento registrado" (2009, p. 1) pode ser denominada como biblioteca – ou seja, elas consideram que o critério para definir uma biblioteca está em sua missão e em seus serviços, não nos itens de sua coleção.

Embora Campos (1994) e Martins (1998) apontem a existência de diversas bibliotecas importantes na Antiguidade – ressalte-se, nenhuma delas detentora de livros, suporte que só viria a ser criado e difundido muitos séculos depois –, é inegável que as coleções de Pérgamo e Alexandria constituem eventos de maior relevância para a civilização e a cultura, sendo marcos na biblioteconomia muito antes mesmo desta se firmar como uma prática institucional. Manguel (2006, p. 34) ressalta o aspecto mnemônico das bibliotecas, particularmente de Alexandria, que ele considera um "lugar de memória [...] necessariamente imperfeita", pois memória e não história, sujeita às práticas de seleção e esquecimento características das constituições de acervos. Alexandria, marcada por seus sucessivos incêndios, teve tamanha importância que seu intento de grandiosidade é, até hoje, perseguido pelo sonho de execução do controle bibliográfico universal. Conforme conta Manguel (2006, p. 33), Alexandria foi criada para "registrar tudo o que já existira e pudesse ser registrado", capturando todo o conhecimento escrito

numa biblioteca universal, mas também deveria funcionar como local de consulta e fomento ao conhecimento.

A grande coleção egípcia, fundada na dinastia ptolomaica sob a orientação e aconselhamento de Demétrio de Falera, nasceu como um centro de estudos para preservar os ensinamentos de Aristóteles (MANGUEL, 2006; CANFORA, 2003). Seu acervo, no intuito da universalidade, cresceu à custa dos saques às naus que aportavam na cidade, e não foi à toa que Demétrio esteve à frente da constituição da coleção: sua ambição era pôr em prática o plano de construir uma biblioteca para o *seu rei*, e para os doutos que por lá passavam, que ele via como nada mais do que propriedade do faraó Ptolomeu (CANFORA, 2003). Por ordem do Rei, os navios só podiam desembarcar com a condição de permitir as cópias de seus documentos. Para tanto, copistas estavam sempre a postos, para copiar os manuscritos recém chegados e manter em Alexandria os papiros originais. Com esta estratégia, Alexandria pode ter acumulado cerca de 700 mil volumes (MARTINS, 1998). Se este número estiver correto, Demétrio de Falera cumpriu sua promessa de acumular cerca de 500 mil rolos de papiro, contando para isso não só com os saques mas com a ajuda dos eruditos interessados em construir uma biblioteca onde o “saber desinteressado triunfa” (CANFORA, 2003, p. 80).

A biblioteca de Pérgamo, situada na região onde hoje é a Turquia, tem uma história indissociável da de Alexandria. Sendo a segunda maior biblioteca da Antiguidade depois daquela, com cerca de 200 mil volumes (MARTINS, 1998), Pérgamo foi totalmente esvaziada e dada pelo romano Marco Antônio como presente de casamento a Cleópatra, que incorporou toda a coleção à sua já vultosa biblioteca. Se esta “doação” não tivesse ocorrido, uma parte significativa da história da cultura helenística poderia ter sobrevivido aos séculos, resguardada da destruição de Alexandria. Historicamente, a criação do pergaminho foi atribuída aos copistas de Pérgamo, que, sob o embargo de importação de papiro imposto pelo faraó egípcio Ptolomeu, se viram obrigados a encontrar outro suporte para a escrita. No entanto, Prou (apud Martins, 1998) desfaz o mito, afirmando que o uso de peles animais como suporte para escrita já era antigo na Ásia e “tudo o que se pode ter feito em Pérgamo é melhorar-lhe a preparação” (PROU apud MARTINS, 1998, p. 65)

Assurbanipal, que reinou na Assíria[8] seis séculos antes de Cristo, foi outro monarca que tinha ciência do papel simbólico das bibliotecas e da "associação entre governantes e a palavra escrita" (MANGUEL, 2006, p. 87), entendendo que a manutenção de uma coleção de livros acaba por se tornar um monumento ao seu mantenedor. É novamente Manguel (2006, p. 47) quem cita a instituição mais antiga que pode ser tomada oficialmente como uma biblioteca nacional, descrevendo inclusive seu método de organização: a Biblioteca Imperial da China, que no século III tinha seus livros encadernados em quatro cores diferentes, enquadrando as obras em categorias fixadas por eruditos da corte. E mais: o autor ainda nos conta que o imperador chinês Chengzu recrutou mais de 2 mil eruditos para "registrar numa única publicação toda a literatura chinesa...", usando rimas para ordenar os verbetes. Apesar de relatar que pouco da obra foi conservado até os nossos dias, percebe-se que se tratava, indiscutivelmente, duma bibliografia nacional, instrumento cuja elaboração compete às bibliotecas nacionais e cuja importância veremos mais adiante.

Todas as instituições dedicadas ao colecionismo se inserem fundamentalmente no desejo humano de patrimonialização como instrumento de prestígio. Uma coleção de livros é volumosa, demandando tempo para seu desenvolvimento, espaço para seu crescimento, dedicação, estudo e dinheiro. Simbolicamente, uma coleção carrega a imagem do poder e a memória de seu detentor. Não se pode deixar de conectar o desenvolvimento das bibliotecas com a ascensão do Cristianismo – e particularmente do catolicismo –, que trouxe novas perspectivas para o patrimônio. Ao legar valor aos artefatos religiosos e ao conhecimento, coube à Igreja Católica o papel de emprestar mais importância ainda às grandes coleções; tanta importância que os livros foram considerados objetos perigosos, e sua posse passível de punição. Somente aos mosteiros e outras instituições religiosas era permitido manter coleções de manuscritos, copiados nos *scriptoria* para assegurar a manutenção do conhecimento.

Não à toa, as instituições hoje denominadas "bibliotecas nacionais" tiveram suas origens nas coleções das famílias reais europeias, na época medieval. O exemplo mais emblemático é o da Biblioteca Nacional da França, cuja coleção, inspirada no "grande projeto de Alexandria" (CHARTIER, 1999, p. 118) começou a ser composta pelo rei Carlos V no século XIV e teve o acervo aberto ao público

[8] Hoje norte do Iraque.

antes de 1700 (BIBLIOTHÈQUE, 2011). Outro exemplo europeu é o processo de constituição da biblioteca britânica. Conforme nos conta Assmann (2011, p. 62), o monarca Henrique VIII foi o responsável pela dissolução de muitas bibliotecas monásticas e sua incorporação ao patrimônio do Estado, realizando "...uma dramática reestruturação da memória cultural na Inglaterra da era Tudor. A memória da Igreja foi substituída por novas memórias: o arquivo da nação e do conhecimento humano".

Por serem acervos literalmente ricos, de peças raras e exuberantes, uma das funções primordiais destas bibliotecas sempre foi a de preservação e difusão do patrimônio constituinte de seu acervo (FONSECA, 2007), o que ocorreu em paralelo com a consolidação dos Estados-Nação europeus e a constituição de uma identidade nacional em cada um destes Estados. Nesse movimento, a biblioteca tornou-se não só o símbolo do poder intelectual do país e depósito de sua memória bibliográfica mas também um espelho de sua identidade como nação. Stummvoll (1958) indica que a Biblioteca Nacional da França, depois de devidamente instalada em sua missão de preservar a soberania do país, foi a pioneira de um novo tipo de biblioteca – a nacional –, que rapidamente conquistou o entusiasmo popular na preservação como uma obrigação institucional essencial.

Meneses (2007) aponta ainda o aparente paradoxo existente entre a consolidação de museus e bibliotecas como lugares de memória e o momento histórico em que isso ocorreu: em pleno século XVIII, quando surgem "formalmente organizadas as instituições da memória", a humanidade entra em plena crise da memória, com os traumas advindos da Revolução Francesa e os desafios da recente modernidade. O tempo não é mais fluido, fluxo ininterrupto, mas torna-se descontínuo, fragmentado; nesse contexto, a biblioteca se mantém intrinsecamente como um espaço de certa linearidade, de solidez documental, de referência memorial. Ao se sustentar como instituição-repositório, de acervos em permanente atualização, a biblioteca persiste como metáfora da memória coletiva em si: em eterna reconstrução, ressignificação, de acordo com o olhar dos atores mobilizados a cada momento, bibliotecários, mantenedores, usuários.

Pode-se mapear um início para a bibliografia sobre o tema das bibliotecas nacionais com a publicação de Paz y Meliá, em 1911. O bibliotecário da seção de manuscritos da Biblioteca Nacional da Espanha escreveu "La cuestión de las bibliotecas nacionales y la difusión de la cultura", um marco na literatura

especializada, que trouxe um comparativo pioneiro das mais importantes bibliotecas nacionais do mundo (FUENTES ROMERO, 2003). O autor também conceituou a biblioteca nacional, instituição que, segundo ele, era “um reduto muito especial e específico para eruditos e pesquisadores” (FUENTES ROMERO, 2003, p. 19), cuja função essencial era a de conservação e preservação dos livros a ela confiados. Na execução dessa missão, era essencial para ele que as demais bibliotecas da nação fossem ampliadas e fortalecidas, a fim de que à BN não coubesse o atendimento de leitores de ocasião. Para ele, o acesso desses leitores ao acervo dificultaria a missão de preservação daquilo que cabe à Nacional reter, e não entregar à deterioração própria do manuseio contínuo.

O reconhecimento institucional das bibliotecas nacionais, entretanto, foi sendo construído ao mesmo tempo em que suas funções foram mudando, sem que estivessem formalmente demarcadas. Arundell Esdaile aponta, na primeira edição de seu livro (datada de 1934), que “na enxurrada de material impresso produzido pela moderna biblioteconomia [...], aparentemente não se leva em conta um produto relativamente moderno, a biblioteca nacional”. (ESDAILE, 1957, p. ix). O autor também previu a dramática mudança que as tecnologias imporiam às bibliotecas, dificultando enormemente seu intento universal: “A era dos aparelhos sem fio, o gramofone, o filme e a microfotografia devem transformar completamente a função das bibliotecas” (1957, p. ix). Fonseca (2007) acrescenta que a grande mudança que concorreu para a especialização das bibliotecas foi a exigência cada vez maior de planejamento para o crescimento dos acervos e a inclusão das bibliotecas no rol dos meios de comunicação de massa, a partir do início dos anos 1970.

Apesar da presença das bibliotecas modernamente entendidas como nacionais no cenário biblioteconômico ser reconhecida há sete séculos, foi somente na segunda metade do século XX que elas tiveram seu fórum de discussão constituído em âmbito internacional. Depois do livro de Esdaile em 1934, cujo amplo alcance e caráter descritivo foi um marco no debate ainda incipiente sobre o tema, em 1952 a Conferência Geral da Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e Instituições (IFLA) votou pela criação de uma seção combinada de bibliotecas nacionais e científicas, incluindo definitivamente a questão da biblioteca nacional na pauta do encontro. Em 1955, o periódico Library Trends publicou um número especial sobre bibliotecas nacionais (LIBRARY TRENDS, 1955). No fascículo, o editor David C. Mearns admite que, no início da produção, nenhuma

abordagem explícita sobre bibliotecas nacionais havia sido definida pelo corpo editorial. Entretanto, percebeu-se que o assunto precisava de uma abordagem que fosse a mais extensa possível, a fim de cobrir não só aspectos teóricos e descritivos do tema mas também projetar tendências e mudanças em foco. Para alcançar este objetivo, vinte e cinco especialistas do mundo todo foram convidados a contribuir em quatorze tópicos pré-definidos, que incluíam conceitos atuais sobre o papel da biblioteca nacional na política do seu país e sua missão para com a nação, políticas de aquisição de materiais, políticas e práticas técnicas e relações interinstitucionais. As duas principais funções citadas pelos especialistas foram a acumulação da produção intelectual do país a que as bibliotecas servem e a utilização deste material para atender as necessidades dos usuários da nação.

No mesmo ano, em 1955, o Congresso de Bibliotecas e Centros de Documentação da IFLA aconteceu em Bruxelas, e pela primeira vez uma resolução sobre problemas das bibliotecas nacionais foi discutida. Este marco ensejou a organização do Simpósio de Bibliotecas Nacionais da Europa, que ocorreria três anos depois, e de que tratarei a seguir. Em 1957, o bibliotecário espanhol Nicolás Fernández-Victorio lançou a obra “Conceito e missão da biblioteca nacional”, onde coloca que a verdadeira função das bibliotecas nacionais seria a de

> atender à pesquisa séria, ao trabalho investigativo, ao níveis culturais mais altos do país, encaminhados ao cultivo e desenvolvimento da ciência. Estão no topo, em cada nação, de uma rede de bibliotecas [...] que chamam-se de estudo ou científicas [...] para distingui-las das meramente formativas, educativas ou difusoras de cultura. (FERNÁNDEZ-VICTORIO, 1957, apud FUENTES ROMERO, 2003, p. 30-31)

Assim, esclarece o bibliotecário que o caráter nacional da biblioteca não está no fato de atender a todo e qualquer usuário, mas sim em reservar seus recursos para a pesquisa especializada. Para o autor, uma biblioteca nacional deve ser universalista, humanística, dedicada a armazenar toda a produção editorial de um país ou que verse sobre ele, beneficiária do depósito legal. E mais: o Estado deve legar à Biblioteca o chamado “derecho de tanteo”, ou seja, a preferência da Biblioteca Nacional sobre outros compradores na aquisição pública de um acervo. Deveria também a BN, para Fernández-Victorio, recolher fundos não necessariamente bibliográficos, como mapas e material iconográfico, e atuar como

protagonista das iniciativas de centralização de serviços, como catálogos coletivos, empréstimos interbibliotecas e aquisição coletiva.

2.1 O COLÓQUIO DE VIENA DE 1958

Em 1958, teve lugar em Viena o Colóquio sobre Bibliotecas Nacionais da Europa, promovido pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Admitindo que "ainda não sabemos o que é de fato uma biblioteca nacional" (BOURGEOIS, 1958, p. 2)[9], o evento estruturou-se para responder perguntas que moviam a biblioteca nacional do status de problema abstrato para a realidade prática. Francis (1958) considerou que se fazia necessária a revisão do papel das bibliotecas nacionais a partir do desenvolvimento dos conceitos que envolvem os serviços bibliotecários, em particular a partir do início da Segunda Guerra Mundial. A organização do Colóquio teve em vista basicamente o reconhecimento da diversidade de atuações que a Unesco tinha no campo da biblioteconomia nos mais diversos países, bem como a importância que a International Federation of Library Associations (IFLA), fundada em 1927, passou a atribuir às bibliotecas nacionais ao longo da década de 1950. Em suma, o objetivo do Colóquio era

> reavaliar a biblioteca nacional como instituição, a fim de verificar como ela se ajustou às mudanças sociais e como alguns dos conceitos tradicionais que permeiam suas atividades foram afetados pela sempre crescente produção de materiais impressos e as exigências da pesquisa moderna. (UNESCO, 1958, p. 1)

O programa do Colóquio foi estruturado em seis grandes sessões: papel da Biblioteca Nacional e atividades bibliográficas em um país; a biblioteca nacional como centro nacional de informação bibliográfica; bibliografia nacional e bibliografias especializadas; problemas de catalogação e classificação; novos métodos e técnicas de classificação e recuperação da informação; responsabilidades das bibliotecas nacionais nas atividades bibliográficas frente à cooperação internacional. Curiosamente, dez anos antes do Colóquio, o jornalista e escritor Josué Montello foi nomeado Diretor-Geral da Biblioteca Nacional do Brasil,

[9] Esta dificuldade ontológica também foi manifestada posteriormente por SYLVESTRE, 1987.

substituindo o bibliotecário e bibliófilo Rubens Borba de Moraes. Em seu discurso de posse, proferido a 14 de janeiro de 1948, ele coloca que

> Não devemos confundi-la [a biblioteca nacional], em seu sentido moderno, com uma biblioteca pública, que tem sentido e orientação diferentes. [. . .] Aqui não se cogita, como na biblioteca pública, apenas do leitor do nosso tempo, mas também do leitor dos tempos que hão de vir. (MONTELLO, 1948, p. 6-7).

Ou seja: já na primeira metade do século XX, existia uma consciência tácita do papel essencialmente preservador de uma Biblioteca Nacional – e isso no Brasil, país ainda periférico, mas cuja biblioteca nacional própria, em solo brasileiro, constituiu-se no início do século XIX – antes mesmo do país existir como nação independente. É bem verdade que, naquela ocasião, a Real Biblioteca pouco tinha a ver com a missão de uma biblioteca nacional brasileira, uma vez que refletia e incorporava não a identidade do Brasil, mas a da Corte portuguesa aqui instalada. Sobre este assunto, falarei posteriormente, quando tratar especificamente da Biblioteca Nacional do Brasil.

Uma lista das “possíveis tarefas e responsabilidades” de uma biblioteca nacional foi redigida pelo grupo relatado por Stummvoll (1958, p. 2) no Colóquio de 1958, cuja tarefa era justamente a de mapear o papel da biblioteca nacional no sistema de bibliotecas de um país. Segundo o grupo, as tarefas seriam: coletar a literatura nacional; editar periodicamente a bibliografia nacional, que ajudaria na compilação de estatísticas de produção editorial; preservar e ampliar as coleções de livros estrangeiros; estabelecer um centro de informação bibliográfica, responsável pelo desenvolvimento de catálogos coletivos de livros e periódicos em níveis local, regional ou estadual, anexo à biblioteca nacional quando apropriado; disponibilizar as autoridades utilizadas para o público; estabelecer serviços eficientes em diversas áreas, tais como impressão de catálogos, difusão de informação sobre a biblioteca e atendimento ao público, com apoio de rádio e televisão.

Para o financiamento das atividades da biblioteca, o grupo sugere que ela não dependa exclusivamente do aporte governamental, mas que solicite doações de “pessoas ricas, bibliófilos, etc.” (STUMMVOLL, 1958, p. 3) para criar um círculo de amigos da biblioteca. Com a ajuda deste grupo, seria possível então investir na divulgação e programação cultural da instituição. O grupo também

considerou que os materiais técnicos, em particular os de preservação, deveriam ser de ponta.

Até o momento, falamos somente das tarefas que o grupo considerou primordiais. Ainda houve recomendações quanto à impressão de fichas catalográficas e índices de assuntos, criação de centros de intercâmbio internacional (que no Brasil já existia, e ainda existe, por força de lei desde 1931[10]), capacitação de bibliotecários e captação dos materiais necessários a esta capacitação e, por fim, a biblioteca deveria também abrigar uma entidade associativa dos bibliotecários em nível nacional, que deveria ser associada à IFLA. Também foram mapeados alguns dos principais problemas das bibliotecas nacionais, relacionados principalmente ao volume crescente de material armazenado e a variedade de materiais de tratamento específico em cada coleção. Francis (1958), no relatório de seu grupo, relaciona as questões do tamanho do acervo com as ideias iniciais de Panizzi quanto ao papel das bibliotecas nacionais. Em seu grupo de trabalho, assinalou-se que a revisão da ideia da biblioteca aberta para estudo deveria ser revisada, principalmente considerando-se que foi concebida para bibliotecas muito menores, com muito menos material e para atender usuários com necessidades muito distintas das do final da década de 50.

Na esteira deste pensamento, Francis (1958, p. 2) complementa:

> A fragmentação do conhecimento é tão ampla, e o lançamento de material impresso tão grande, que as bibliotecas se encontram à beira da impossibilidade, por falta de recursos e de pessoal, de manter coleções abrangentes, mesmo dos assuntos que sempre costumavam considerar apropriado manter. (tradução nossa)

Em conclusão, o que o grupo coordenado por Francis diz é que sequer os usuários especializados têm mais interesse em vasculhar grandes coleções, mas precisam de acesso mais fácil e global aos pesados catálogos das bibliotecas – uma perspectiva do que viria a ser a principal facilidade proporcionada pelo avanço massivo da tecnologia na década seguinte: as redes de informação e comunicação. Para facilitar a vida do usuário, Francis aposta que o principal esforço das bibliotecas nacionais deveria ser no sentido de desenvolver serviços de referência que pudessem indicar aos usuários onde está o principal material de que

[10] Decreto 20529, de 16 de outubro de 1931, revogado em 1990 e revigorado pelo Decreto de 26 de agosto de 2003.

necessitam, ao mesmo tempo em que sua coleção complementa as coleções especializadas que indicam aos usuários.

Além disso, ele aponta que um segundo grande investimento deveria ser feito pelas bibliotecas nacionais, no sentido de construir e organizar um sistema de cooperação nacional, partindo do princípio já defendido de que é praticamente impossível criar uma biblioteca universal. Nesse sentido, é sempre importante lembrar que desde 1942 o Brasil já tinha um sistema bastante articulado de cooperação entre bibliotecas, o SIC (Sistema de Intercâmbio de Cooperação), instalado pela bibliotecária Lydia de Queiroz Sambaquy[11] (ODDONE, 2006) no Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp) em São Paulo. O SIC se constituía basicamente num programa de intercâmbio de fichas catalográficas, mas teve grande abrangência e provou ser possível a cooperação interinstitucional num país de dimensões continentais como o Brasil, numa época ainda sem as grandes facilidades das redes informáticas.

O segundo grupo do Colóquio, encarregado de discutir as atividades bibliográficas das bibliotecas nacionais, fez um roteiro de questões a debater com base nas discussões dos outros grupos. As questões são interessantes principalmente por parecerem às vezes óbvias, à luz das práticas atuais. Destacam-se as dúvidas sobre o real papel da biblioteca nacional como agência bibliográfica; se é de sua verdadeira competência a edição de bibliografias retrospectivas e especializadas (e de quem seria essa responsabilidade); se a biblioteca nacional deveria coordenar o sistema de bibliotecas do país, e como fazê-lo; por que a biblioteca nacional deveria ser o centro de informação bibliográfica do país; a quem fornecer a informação bibliográfica gerada na biblioteca; que tipo de material incluir numa bibliografia nacional. Também se sugere discussões sobre práticas técnicas como classificação e catalogação, indicando que uma unificação de procedimentos seria desejável; os efeitos dos novos métodos e técnicas de trabalho bibliográfico nas bibliotecas nacionais e a responsabilidade da biblioteca nacional no intercâmbio bibliográfico internacional.

Dos trabalhos que acabaram fugindo posteriormente do escopo de discussão das bibliotecas nacionais, pode-se lembrar que o mesmo grupo que

---

[11] Lydia de Queiroz Sambaquy (1913-2006), bibliotecária e professora, pioneira na implantação de programas de cooperação técnica (SIC) e instituições de pesquisa em biblioteconomia no Brasil (IBBD, futuro Ibict).

debateu a importância da normatização da catalogação pelas bibliotecas nacionais também falou sobre as normas da International Standard Organization (ISO). No Brasil, as normas ISO são adaptadas e sua manutenção é coordenada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), entidade privada sem fins lucrativos e representante oficial da ISO no país. No que tange à normatização da catalogação dos países, uma das principais preocupações relatadas por Chaplin (1958) é o que hoje conhecemos como controle de autoridades. Reconhecendo o indiscutível papel que a biblioteca nacional exerce em um sistema de bibliotecas, Chaplin coloca que não só a uniformização das entradas (principalmente de autor e título) deveria ser normalizada pela biblioteca nacional, mas esta também deveria envidar esforços para promover a cooperação internacional em torno da universalização dos códigos de catalogação em uso e dos pontos de acesso às obras.[12]

A partir das considerações do Colóquio, Burston propôs uma tipologia para as bibliotecas nacionais, considerando assim aquelas bibliotecas cuja comunidade é "toda uma nação, ou uma parte da nação amplamente estendida social ou geograficamente" (BURSTON, 1973, p. 184). Para ele, contudo, a questão do enciclopedismo do acervo não é essencial na definição de uma biblioteca nacional. Dentro desta perspectiva, a proposta foi de tipificar as bibliotecas nacionais em:

- culturais: bibliotecas que oferecem seus serviços a uma determinada região coesa por identidades culturais e políticas;

- de dupla finalidade: aquelas que atuam como bibliotecas nacionais e, ao mesmo tempo, como acadêmicas, públicas ou parlamentares;

- temáticas: aquelas cujo acervo atende a necessidade de especialização das fontes de pesquisa e buscam ser exaustivas em sua área de conhecimento;

- de referência e empréstimo: aquelas em que o acervo permite que se faça circulação de documentos, sem prejuízo das atividades de preservação;

[12] A questão da uniformidade dos códigos de catalogação em uso é tão complexa que até mesmo dentro de um país pode gerar polêmica. No Brasil, por exemplo, o SIC (Sistema de Intercâmbio de Cooperação), que já citamos, usava como padrão o Código da Vaticana; já a Biblioteca Nacional, à época, usava o Código da American Library Association (ALA), adotado pelo então diretor Rubens Borba de Moraes em 1945 – motivo pelo qual nunca chegou a integrar o SIC. A esse respeito, ver Grings (2011). Quanto aos esforços para cooperar internacionalmente pelo controle de autoridades, um grande passo foi dado na década de 90, com a formação do atual consórcio VIAF (Virtual Authority File), gerenciado pela OCLC e do qual a BN do Brasil faz parte desde julho de 2017.

- para usuários com necessidades especiais: bibliotecas cujo acervo atende particularmente pessoas com necessidades especiais motoras ou de leitura, cujo exemplo mais comum é a de acervos em Braille.

Fuentes Romero (2003) avaliou a tipologia e a considerou excessivamente ampla e não-exclusiva; entretanto, é inegável a importância de uma iniciativa como esta para auxiliar na compreensão da multiplicidade de possíveis atuações destas instituições.

Nos anos 60, a discussão sobre bibliotecas nacionais tomou a pauta de muitas instâncias na biblioteconomia. Em diversas ocasiões o tema foi debatido, buscando-se a revisão dos conceitos até então aceitos e consolidados na comunidade bibliotecária. Inicialmente, em 1963, a IFLA se manifesta em seu programa de atividades propondo um conceito bastante amplo: o termo “biblioteca nacional” deve referir-se a instituições que, primordialmente, têm responsabilidades em âmbito nacional e internacional, o que as faz diferentes das demais bibliotecas.

No mesmo ano, a conferência da seção especializada da IFLA, realizada em Bangor, no Reino Unido, contou com a apresentação do então diretor da Biblioteca Nacional da Dinamarca, Ib Magnussen. Para ele, o conceito de biblioteca nacional estava ligado ao fato da instituição ser depósito da produção intelectual de um país (enciclopédica ou tematicamente) e depender de um governo, ou de verbas públicas. Assim sendo, Magnussen entende que uma biblioteca nacional pode ser universitária (FUENTES ROMERO, 2003), desde que dentre suas funções ela tenha uma coleção de literatura nacional, uma coleção de literatura estrangeira, atue como museu do livro, disponibilize o acervo para acesso público, desenvolva serviços de informação e atividades bibliográficas, funcione como centro de treinamento profissional e participe da planificação bibliotecária nacional. Conforme salienta Fuentes Romero em seu comentário, é pontuando estas características que Magnussen posiciona as bibliotecas nacionais como parte integrante da vida cultural do país a que pertencem, superando a crise identitária da década anterior e colocando-as como um recurso público.

Em 1964 aconteceu mais um evento dedicado às bibliotecas nacionais: o Seminário Regional sobre Bibliotecas Nacionais da Ásia e Pacífico, promovido pela IFLA nas Filipinas. Como resultado dos debates, concluiu-se que eram seis as características principais das bibliotecas nacionais: elas deveriam ser líderes das bibliotecas da nação, servir como depósito permanente das publicações do país,

adquirir livros e outros materiais, oferecer livros e outros materiais, servir como centro de coordenação de atividades cooperativas e oferecer serviços ao governo de seu país (FUENTES ROMERO, 2003). Como vemos, existe praticamente um consenso histórico da classe bibliotecária em torno do conceito depositário e patrimonial que perpassa a instituição “biblioteca nacional”.

Ainda na década de 60, o bibliotecário inglês K. W. Humphreys publicou suas reflexões sobre o tema das bibliotecas nacionais em dois artigos, nos quais agrupou todas as funções que considerou atinentes às instituições. Subdividiu estas funções em oito fundamentais (naturalmente, incluindo a função de depositário legal da produção editorial do país), três desejáveis e cinco opcionais. Atividades como empréstimo interbibliotecas e pesquisa em biblioteconomia são, para o autor, desejáveis, enquanto intercâmbio, desenvolvimento de coleções especiais como braile e treinamento em biblioteconomia são apenas opcionais. Três décadas depois, Line (2000) fará uma crítica a esta tipologia, considerando que as bibliotecas nacionais são um produto do contexto pós-guerra, e que a inclusão de funções como as de elaboração de bibliografias e as de preservação/conservação são um reflexo claro de como o cenário biblioteconômico foi afetado pelas duas guerras mundiais.

Surgiram outras três oportunidades de reflexão sobre as bibliotecas nacionais durante a década de 60: a Reunião de Especialistas em Planejamento Nacional de Serviços Bibliotecários, realizada em Quito (Equador) em 1966; o informe do Comitê de Bibliotecas Nacionais do Reino Unido, editado em 1967; e o artigo de Heinz Gittig, bibliotecário alemão, publicado em 1969 sob o título “Biblioteca nacional”. Percebe-se que a questão permeava as discussões da biblioteconomia em amplo âmbito, desde a Europa imersa na Guerra Fria até a América do Sul.

2.2 A CONFERÊNCIA GERAL DA UNESCO DE 1970

Como vimos anteriormente, no fim da década de 50 as discussões sobre o papel das bibliotecas nacionais ainda eram muito dispersas e giravam em torno de assuntos muito amplos, mas o debate em torno de questões técnicas continuou tomando corpo nas décadas seguintes. Merece destaque a realização da Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação, em 1961, cujas conclusões levaram à Declaração de Princípios, geralmente mencionada como

Princípios de Paris (IFLA, 2009). Na ocasião, catalogadores do mundo todo se uniram em torno do ideal comum de tornar a atividade catalogadora algo mais fundamentado, universal e com objetivos definidos. A verificação da necessidade de revisão e atualização dos princípios norteadores da catalogação levou à redação, em 1997, dos Functional Requirements for Bibliographic Records (Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos – FRBR), um marco na teoria da catalogação que mudou substancialmente o modo de compreender o item a ser descrito pelo bibliotecário catalogador. Posteriormente, os FRBR e os seus equivalentes para elaboração de pontos de acesso dos itens influenciaram a redação do que viria a ser o novo código de catalogação, que substituiria o Código de Catalogação Anglo Americano 2. Edição (AACR2)[13].

As recomendações e conclusões do Colóquio de Viena de 1958 foram revistas e tornadas mais objetivas doze anos depois, na Conferência Geral da Unesco de 1970. Na ocasião, a Conferência considerou de sua competência, diante da necessidade do momento, redigir uma recomendação para a padronização internacional das estatísticas em bibliotecas. Entendeu a Conferência reunida que as estatísticas eram instrumentos essenciais para apurar a influência de cada um dos tipos de bibliotecas nos países-membros, a fim de auxiliar as autoridades responsáveis por reportar à Unesco a situação de suas bibliotecas. Para tanto, redigiu em seu relatório uma relação específica de definições a serem utilizadas a partir daquela recomendação, bem como uma classificação dos tipos de bibliotecas que deveriam ser inclusos nos relatórios dos países-membros. Este documento classifica as Bibliotecas Nacionais como aquelas

> bibliotecas que, independentemente de seu título, são responsáveis pela aquisição e conservação de exemplares de todas as publicações importantes impressas no país e que funcionam como "biblioteca de depósito", por força de lei ou outros dispositivos. Além disto, elas normalmente executam algumas das seguintes funções: elaborar uma bibliografia nacional; reunir e manter atualizada uma coleção ampla e representativa de obras estrangeiras que inclua livros relativos ao próprio país; atuar como centro nacional de informação bibliográfica; compilar catálogos coletivos; publicar a bibliografia nacional retrospectiva. Bibliotecas chamadas "nacionais" mas cujas funções não correspondem às definições acima não

[13] Respectivamente, o FRAD (Functional Requirements for Authority Data – Requisitos Funcionais para Dados de Autoridades), o FRSAD (Functional Requirements for Subject Authority Data – Requisitos Funcionais para Dados de Autoridades de Assuntos) e o RDA (Resource Description and Access – Descrição e Acesso de Recursos), lançado online pela OCLC em 2010.

> deveriam ser colocadas na categoria de “bibliotecas nacionais” (UNESCO, 1970, p. 145. Tradução nossa)

Verifica-se, uma vez mais, que a condição primordial que define uma biblioteca como nacional é o fato da instituição ser *depositária da produção intelectual de um país*. Este depósito garantiria, nas palavras de Lor (1997), que a biblioteca nacional fosse o principal museu do livro da nação, contendo uma alta concentração de tesouros nacionais – uma expressão de cunho tipicamente patrimonial. Com estas características, aponta Fonseca (2007) que está evidente que a biblioteca nacional não atende qualquer tipo de público, mas uma “clientela qualificada”, cabendo o atendimento do público em geral às bibliotecas públicas (p. 54). Sylvestre (1987) assinala que esta definição, que privilegia o aspecto depositário da instituição, acabou por excluir bibliotecas em geral consideradas “nacionais”, como a Biblioteca Nacional de Medicina dos Estados Unidos, mas incluiu outras que sequer são oficialmente designadas como nacionais, como a Biblioteca da Universidade de Helsinki. Na verdade, segundo o autor, em países em desenvolvimento as bibliotecas universitárias são, por vezes, as únicas bibliotecas disponíveis para exercer de fato o papel de bibliotecas nacionais (SYLVESTRE, 1987, p. 2).

Concomitante e consequentemente à sua função de “museu do livro”, também são prerrogativas das bibliotecas ditas “nacionais” a compilação da bibliografia nacional e, portanto, o controle bibliográfico de um país. A tarefa de difundir a produção bibliográfica de uma nação é complexa e dispendiosa, mas “essencial” e “somente elas [as bibliotecas nacionais], dentro de um país, têm o poder e o dever de realizar, pois somente elas assegurariam a exaustividade de uma coleção nacional” (BRAULT, 1998, p. 64). Lembremos que esta exaustividade seria garantida pela responsabilidade de ser depositária da produção intelectual da nação. É a pretensa completude na captação da produção editorial e a consequente geração dos registros bibliográficos relativos ao material captado é que faz uma biblioteca nacional exercer o papel de *centro bibliográfico nacional*. Como tal, fica a biblioteca nacional responsável pela geração de registros bibliográficos dentro dos mais altos padrões de qualidade e disponíveis para utilização de quaisquer outras bibliotecas, seguindo os parâmetros daquilo que, hoje em dia, ganhou o nome de “interoperabilidade” de dados. Vale lembrar, a título de curiosidade, do catálogo de

nosso imperador chinês Chengzu, que decididamente não seria nada interoperável, recheado de rimas entre os verbetes...

Dorothy Anderson (1977), autora dedicada ao tema do controle bibliográfico universal, trata exclusivamente desta tarefa própria das bibliotecas nacionais em seu artigo “The Role of National Bibliographic Center”. O papel de agência bibliográfica nacional foi delegado enfaticamente nos anos 1970, quando a parceria entre Unesco e IFLA criou o projeto Controle Bibliográfico Universal (CBU). O objetivo do projeto era fomentar a cooperação internacional, de modo que os catálogos e bibliografias nacionais se complementassem, a ponto de oferecer o panorama mais exaustivo possível da produção editorial mundial – uma tentativa de perseguir o sonho do catálogo universal de Otlet e La Fontaine. Para tanto, o grupo de trabalho da IFLA responsável pelo estudo do projeto tratou de estabelecer um formato padrão para intercâmbio de dados: o Marc (Machine Readable Cataloging), padrão cujo desenvolvimento foi liderado pela Biblioteca do Congresso Americano nos anos 60 (LIBRARY OF CONGRESS, 2014). O programa CBU foi fechado em 2003 e incorporado ao grupo de discussão sobre padrões bibliográficos, sendo descontinuado em 2011 – mesmo momento em que a Declaração da IFLA sobre depósito legal passa a usar os termos “patrimônio documental” e “registros padronizados”, em substituição ao conceito do controle bibliográfico (IFLA, 2011).

Enquanto diretora do Escritório Universal da IFLA para o Controle Bibliográfico Universal, Anderson entendia que no topo de um sistema de bibliotecas nacional estava uma biblioteca nacional, “destacada pela dignidade de seu prédio, pela riqueza de suas coleções, pela fartura de seus recursos, e pela qualidade de seu corpo de pesquisadores” (ANDERSON, 1977, p. 645) – uma visão ultrapassada que não correspondia à realidade em muitos países; afinal, a discussão sobre o papel e as funções das bibliotecas nacionais era uma questão muito recente. Enfatizando o tema que lhe cabia – o CBU e a cooperação internacional – a autora coloca com muita propriedade:

> O Controle Bibliográfico Nacional pode ser considerado uma continuação de linhas paralelas, cada linha sendo desenhada pelo item literário em si na medida em que progride na mente de cada autor... A outra linha é resultante do substituto do item, seu registro bibliográfico. A primeira linha segue sempre em frente... é a linha do caminho tomado pelo substituto e o substituto em si que devem ser a preocupação principal (ANDERSON, 1977, p. 648. Tradução nossa).

Em outras palavras, Anderson está interessada na qualidade daquilo que virá a espelhar a obra para o usuário – o registro bibliográfico, a ficha catalográfica, o trabalho bibliotecário em si –, a fim de que ele possa escolher o que consultar sem necessariamente percorrer estantes a fio atrás do que não sabe se realmente precisa. Repetindo a preocupação de Chaplin no Colóquio de 1958, Anderson retoma, quase vinte anos depois, a importância do controle de autoridades como ferramenta indispensável para um controle bibliográfico realmente eficaz. E mais: coloca que a tarefa é tão importante que deveria ser prioritária na catalogação desenvolvida na instituição. Para ela, seria interessante manter junto ao centro de informação bibliográfica a geração de fichas de catalogação na publicação, algo que no Brasil revelou-se inviável e foi entregue a outras entidades e profissionais bibliotecários autônomos.

Com o passar do tempo, a indisponibilidade da Biblioteca Nacional do Brasil para cumprir a contento a tarefa de gerar uma bibliografia abrangente tornou inevitável a delegação de parte da tarefa para outras instituições, principalmente as bibliografias especializadas. Assim aconteceu com a Bibliografia Brasileira de Ciências Sociais, que passou a ser publicada pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD, atual Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT) em 1954. Com o incremento substancial da produção editorial na área, o IBBD optou por desmembrar a Bibliografia original em áreas específicas, delegando à biblioteca do Senado Federal a edição da Bibliografia Brasileira de Direito a partir de 1986. A BBD continua a ser editada através da atualização do catálogo coletivo da Rede RVBI (Rede Virtual de Bibliotecas), coordenada pelo Senado Federal (PASSOS; CHAMARELLI, 1994; BIBLIOGRAFIA, 2011).

Retornando ao tema da exaustividade da bibliografia que uma biblioteca nacional pode produzir, lembremos que esta só é possível porque as bibliotecas nacionais são, em tese, as depositárias de toda a produção intelectual do país a que pertencem. Como garantia deste depósito, diversos países têm dispositivos como o chamado “depósito legal”, às vezes voluntário, às vezes regulado por leis, como em Portugal, na Espanha, Polônia, Estados Unidos e em quase todos os países da América Latina. No Brasil, mecanismos semelhantes ao depósito legal existem desde o início do século XIX. Sobre este assunto, falaremos com mais profundidade no capítulo sobre a Biblioteca Nacional Brasileira. Cabe,

entretanto, comentar aqui que está no corpo da lei atual principal de Depósito Legal brasileiro[14], sancionada em 2004: a finalidade do depósito legal é o registro e guarda da produção intelectual do país, e essa captação serve de subsídio à elaboração da bibliografia brasileira. Em suma, o cumprimento correto do depósito legal permitiria um efetivo controle bibliográfico da produção editorial em âmbito nacional, bem como garantiria a formação da chamada Coleção Memória Nacional, a contrapartida de preservação do patrimônio depositado na Biblioteca. Assim como o depósito legal no Brasil, veremos a questão da Coleção Memória Nacional posteriormente, quando tratarmos especificamente do histórico da Biblioteca Nacional do Brasil.

O depósito legal garante que as coleções das bibliotecas nacionais sejam caracteristicamente enciclopédicas, de caráter notadamente humanista, frequentemente constituindo o maior acervo do país. Entretanto, nada impede que a biblioteca nacional tenha uma coleção de caráter geral e seja apoiada por instituições especializadas em determinadas áreas para cobrir aspectos pouco contemplados em seu acervo[15]. Importante é salientar, novamente, que o que determina que uma biblioteca seja dita nacional é o fato dela "adquirir, preservar e dar acesso a publicações do país" (SYLVESTRE, 1987, p. 8), além de outras tarefas que pode exercer ou delegar. A lista de publicações que Sylvestre inclui como passíveis de depósito é bastante extensa:

> publicações sobre todos os assuntos, em todas as formas e línguas (exceção feita para algumas categorias de material impresso para fins pessoais ou de natureza comercial listados abaixo). Publicações incluem não somente os formatos tradicionais de comunicação e informação impressa, como livros, panfletos, revistas e jornais, almanaques, livros do ano, mapas, incluindo aqueles impressos por todos os níveis governamentais (nacional, estadual, local), microformas, mas também partituras, gravações sonoras, filmes, fitas de vídeo, kits educacionais, impressos e publicações sob demanda (texto armazenado eletronicamente, cujas cópias são impressas quando requerido). [...] O fato é que as políticas de desenvolvimento de coleções variam de país para país, tanto em entendimento quanto em práticas institucionais. (SYLVESTRE, 1987, p. 10. Tradução nossa)

[14] Lei 10994, de 14 de dezembro de 2004, que dispõe sobre o depósito legal de publicações, na Biblioteca Nacional, e dá outras providências. Também há a Lei 12192, de 14 de janeiro de 2010, que trata especificamente do depósito de obras musicais.

[15] No Brasil, há um caso excepcional de acervo temático: a Biblioteca Nacional, a maior da América Latina, também possui o maior centro de documentação musical da mesma região.

Infelizmente, é muito difícil que uma biblioteca consiga ter uma coleção de tamanha extensão como a proposta por Sylvestre, por óbvias questões de virtual impossibilidade de armazenamento, preservação e tratamento técnico de tantos tipos de suporte. É curioso verificar, entretanto, que apesar do autor não mencionar documentos eletrônicos como os que temos hoje (e-books, por exemplo), ele cita publicações sob demanda, um dos grandes problemas atuais do depósito legal justamente em virtude de sua publicação irregular. Mesmo que não se cumpra o depósito deste grande rol de documentos, o próprio Sylvestre aponta o que Humphreys (1987, p. 59) também coloca: na definição de bibliotecas nacionais da Unesco, é de responsabilidade da biblioteca recolher e manter todo o material "importante" impresso no país. Mas como definir o que é importante? Na dúvida, comissões de seleção de acervo são formadas e políticas de desenvolvimento de coleções são redigidas: todo o cuidado é tomado na hora de selecionar o acervo e nenhum bibliotecário gostaria de pensar que falta algo ao patrimônio intelectual de seu país por sua ingerência pessoal na seleção de acervo.

O que vimos neste breve histórico foi resumido por Humphreys (1987) de maneira muito eficaz. Para ele, houve três estágios na evolução do conceito de biblioteca nacional; primeiramente, passamos pelo modelo original proposto por Panizzi, de instituições independentes, com autossuficiência para armazenagem de material; em seguida, vemos o perfil da instituição empenhada em cooperação em nível internacional e preocupada com a oferta de recursos, defendida pelo Colóquio de Viena em 1958; por fim, chegamos à biblioteca como centro nacional de informações bibliográficas com todas as implicações desta responsabilidade – basicamente, captar, preservar e prover acesso aos materiais nela depositados.

Uma outra teoria sobre a evolução das bibliotecas nacionais foi proposta por Goodrum em 1979. Para ele, a história das BNs pode ser dividida em três gerações de bibliotecas. A primeira geração é composta de cerca de vinte instituições, das mais tradicionais, fundadas antes ou durante o século XVIII; herdeiras das coleções reais, destinadas a atender o público pesquisador mais erudito, contemporaneamente vieram a se tornar um respeitável centro biblioteconômico em seus países. A segunda geração das BNs de Goodrum é composta por bibliotecas fundadas entre a era pós-napoleônica e a II Guerra Mundial. São instituições imbuídas do espírito tradicional das antecessoras, mas que têm suas atuações prejudicadas por problemas históricos e estruturais, combinados

com a franca expansão das atividades das bibliotecas universitárias e especializadas. A terceira geração é a de um grupo de cerca de 20 jovens bibliotecas, cujas atividades estão restritas basicamente ao treinamento de profissionais bibliotecários e a atuação como pólo de um sistema de bibliotecas local ou regional.

Ao longo do tempo, como vimos, as bibliotecas nacionais têm ensejado diversos movimentos dentro das associações bibliotecárias, bem como fomentado movimentos associativos de caráter temático, por assim dizer. A Seção de Bibliotecas Nacionais e Universitárias da IFLA foi transformada em Seção de Bibliotecas Nacionais, no âmbito da Divisão de Tipos de Bibliotecas, e trabalha conjuntamente com a Conferência dos Diretores de Bibliotecas Nacionais (CDNL), entidade independente criada em 1974 para facilitar o diálogo e a cooperação entre gestores de bibliotecas nacionais do mundo todo. Em nível regional, ainda na década de 70 foi criada a Conferência de Diretores de Bibliotecas Nacionais da Ásia e Oceania (CDNLAO); em 1987, nasceu a Conferência de Bibliotecários Nacionais Europeus (CENL); e em 1992, a Associação de Estados Ibero-Americanos para o Desenvolvimento das Bibliotecas Nacionais da Ibero-América (Abinia), da qual o Brasil é país fundador e membro de pleno direito. Vale destacar que esta última é um organismo diplomático, uma associação de Estados, e não de bibliotecas, organizada em torno da tarefa de encontrar soluções cooperativas para a preservação do patrimônio da região.

No final da década de 80, foi criado o único periódico especializado em bibliotecas nacionais que perdura até hoje: o Alexandria, atualmente publicado pela Sage. Maurice Line, que foi editor da revista até 2010, publicou diversos editoriais importantes revisando a questão das bibliotecas. Em um deles, considera que os anos 70 foram a década de ouro para as bibliotecas nacionais (LINE, 1998, p. 89): afinal, foram anos anteriores à decadência dos recursos destinados às bibliotecas, que obrigou a redução dos serviços prestados e a perda de confiança na instituição. Ao mesmo tempo, a explosão tecnológica permitiu que as demais bibliotecas pudessem tornar-se mais autônomas em seus produtos, serviços e cooperação interinstitucional.

Na mesma época, a Unesco encomendou três informes sobre o tema, para três diferentes especialistas, que forneceram abordagens bastante distintas sobre as bibliotecas nacionais. Guy Sylvestre redigiu o primeiro, editado em 1987,

com o título “Guidelines for national libraries”; em 1989, Maurice Line publicou “National and information needs: alternative means of fulfilment, with special reference to the role of national libraries”; e em 1991, Graham Cornish escreveu “The role of national libraries in the new information environment”. Fuentes Romero (2003a) se debruçou sobre os três, traçando uma importante análise da qual vale ressaltar, muito brevemente, as diferenças de enfoque entre os trabalhos. Enquanto Sylvestre (1987) se propõe a trazer subsídios para a prática do planejamento de serviços bibliotecários em bibliotecas nacionais, Line (1989) traz uma reflexão mais ampla sobre o papel das bibliotecas nacionais nas diferentes realidades apresentadas pelos países, de acordo com seu grau de desenvolvimento; já Cornish (1991) aproveita seu estudo para tratar do impacto das novas tecnologias na atuação das bibliotecas nacionais. Em comum, todos trazem perspectivas sobre os serviços deste tipo particular de biblioteca, se debatendo com uma grande “dificuldade em definir o que seja realmente uma biblioteca nacional” e apontando “claramente as enormes diferenças que ocorrem entre as bibliotecas nacionais existentes” (FUENTES ROMERO, 2003a, p. 87).

A Seção de Bibliotecas Nacionais da IFLA apresentou, no ano 2000, sua definição (“funcionalista”, no dizer de Fuentes Romero, 2003) do que seria uma biblioteca nacional. Para a IFLA,

> As bibliotecas nacionais têm responsabilidades particulares, frequentemente definidas por lei, dentro do sistema bibliotecário e de informação da nação. Suas responsabilidades variam de país para país, mas geralmente incluem: a coleta, via depósito legal, das publicações nacionais (quer se trate de material impresso ou eletrônico) e sua catalogação e preservação; a provisão de serviços centrais (isto é, referência, bibliografia, preservação, empréstimo) aos usuários, tanto diretamente como através de outras unidades de informação; a preservação e promoção do patrimônio cultural nacional; a aquisição de uma coleção pelo menos expressiva de publicações estrangeiras; a promoção da política cultural nacional; e a liderança em campanhas nacionais de alfabetização. (IFLA, 2015. Tradução nossa)

Com este conceito, ainda atual, percebe-se que existe uma grande polissemia em torno das bibliotecas nacionais. Ao mesmo tempo em que a definição, na verdade, não define, mas apenas lista o que mais comumente são as atribuições das BNs, ela mostra o quão díspares são estas funções dependendo do grau de desenvolvimento do país a que servem. O informe de Cornish (1991) é bastante

interessante, na medida em que não só oferece uma lista do que o autor julga serem as funções desejáveis das bibliotecas nacionais, como também traz os resultados de uma pesquisa que mostra quais destas funções são realmente exercidas, e por quem, num universo de setenta e duas bibliotecas que responderam a um questionário previamente aplicado. Para o autor, são funções de bibliotecas nacionais:

> a) organizar uma coleção central de materiais produzidos no país, ou sobre o país ou região em que se situa; b) manter uma coleção ampla de publicações estrangeiras; c) exercer liderança nacional nos assuntos bibliotecários e de informação; d) ser o centro nacional em biblioteconomia e líder no desenvolvimento bibliotecário; e) oferecer um sistema nacional de informação que facilite o desenvolvimento social e econômico em níveis nacional e pessoal; f) receber materiais através da legislação de depósito legal; g) atuar como arquivo nacional para materiais não publicados; h) criar os registros da bibliografia nacional; i) tornar suas coleções acessíveis nacionalmente; j) atuar como centro de um sistema internacional de fornecimento de documentos; k) atuar como fonte nacional de documentos não impressos; l) oferecer um serviço nacional de referência; m) compromete-se a conservar o patrimônio nacional impresso; n) atua como ponto de coordenação central de pesquisa em biblioteconomia; o) oferece serviços nacionais para portadores de necessidades especiais. (CORNISH, 1991, p. 2-3, tradução nossa).

No Brasil, por exemplo (que não respondeu ao questionário de Cornish), atividades mais políticas e de promoção da leitura não estão no escopo de atuação da BN. Apesar de Fuentes Romero (2003) considerar que estas são atribuições mais comuns às bibliotecas de países em desenvolvimento, creio que o oposto também pode ser verdadeiro: às bibliotecas mais desenvolvidas cabem melhor tarefas políticas, uma vez que estão dentro de um sistema bibliotecário já consolidado.

2.3 BIBLIOTECAS NACIONAIS, UM BEM PÚBLICO

Com essa amplitude de recursos que uma biblioteca nacional é capaz de captar e preservar, bem como pela natureza identitária de sua constituição dentro de uma nação, entendemos que a coleção de uma Biblioteca Nacional constitui, estendendo o conceito de Douglas (2007), um bem público. Para a autora, bem público é aquele que deve beneficiar a todos, ou pelo menos ser acessível a todos –

algo que, sem dúvida, é um dos objetivos da manutenção dos acervos das Bibliotecas. Segundo ela,

> [...] o conceito se baseou em três formulações complexas e distintas: primeiro, que o suprimento de um bem não é diminuído pelo consumo individual; segundo, que um dos lados não pode reivindicar um reembolso pelo fato de o ter produzido, já que ele é propiciado pela coletividade; e terceiro, que nenhum membro da coletividade pode ser excluído de seu uso. (DOUGLAS, 2007, p. 34)

Vejamos: o acervo de uma Biblioteca, salvo em caso de furtos ou danos às peças, não diminui pelo consumo individual – a consulta que todo usuário pode realizar. Ninguém pode reivindicar nenhum reembolso de nenhuma natureza à Biblioteca, uma vez que seu acervo é constituído de um bem comum construído através, principalmente, do depósito legal – ou seja, da contribuição da coletividade de autores, publicadores e impressores. Por último, o acesso ao acervo da Biblioteca Nacional é, pela essência da própria instituição, franqueado a qualquer interessado, e este acesso vem sendo facilitado mais e mais com o avanço das tecnologias de comunicação e informação, que permitem que ele ocorra até à distância. Conforme salientamos, o acesso é franqueado por se tratar de uma biblioteca nacional, apesar de, como já citamos, seu acervo se destinar à pesquisa especializada, de pesquisadores de alto nível que necessitem de acesso àquele acervo em particular. Cada biblioteca de outra natureza – pública ou privada, especializada (no sentido de constituída basicamente de um assunto em particular), universitária – tem suas próprias regras e pode solicitar contribuições financeiras não só para a manutenção de seu acervo, mas como um item de finalidade educativa – caso, em geral, das multas por atraso ou dano ao material.

Como bem público, logicamente uma biblioteca nacional constitui patrimônio histórico e cultural da nação, passível de sofrer com as flutuações das políticas dedicadas à preservação dos bens patrimoniais das nações. Para Sylvestre (1987) e Cornish (1991), a manutenção dos acervos das bibliotecas deveria partir também, idealmente, dos governos nacionais ou dos fundos públicos, que deveriam assegurar, através de depósito legal ou outros mecanismos, que todas as publicações fossem adquiridas, preservadas e acessíveis em uma Biblioteca Nacional. A manutenção dos tesouros bibliográficos do acervo de uma biblioteca nacional entra, eventualmente, em disputa com outra das missões da biblioteca: a

de prover acesso à informação de que dispõe. Brault, deparando-se com o início da era das redes digitais e escrevendo às vésperas do século XXI, reflete sobre os limites da preservação documental:

> A presença desses diversos tipos de documentos levanta o problema de sua conservação. E o aparecimento de novas espécies como, por exemplo, os documentos em suporte informático, não simplifica a tarefa. Porque, sabe-se quão paradoxal é a função assumida pelas bibliotecas nacionais: conservar, durante um período indefinido, documentos concebidos para uma duração limitada. E, ao mesmo tempo, colocar à disposição dos leitores, documentos cuja conservação exige mil precauções e um meticuloso cuidado. (1998, p. 62. Tradução nossa)

No mesmo documento, o autor também destaca a importância e a necessidade de parcerias entre as bibliotecas e os mais diversos especialistas do livro, a fim de proteger os acervos e recuperá-los, se for o caso. Para ele, é imperioso "gravar no frontispício de todas as bibliotecas nacionais o dever imperativo da conservação do patrimônio documentário nacional" (p. 63). Em casos cada vez mais comuns de bibliotecas nacionais (como, por exemplo, na Biblioteca Nacional do Brasil), os setores de preservação e conservação têm se tornado peças inestimáveis, figuras protagonistas na ação nas bibliotecas em suas funções primordiais de conservação e preservação dos acervos a que se destinam.

Com o passar do tempo, as funções das bibliotecas nacionais foram se modificando, em virtude de fatores diversos como a queda dos orçamentos destinados a elas e a inserção das tecnologias nos processos. É bem verdade que em tempos de cooperação e de redes, não há nenhuma função da biblioteca nacional que não possa ser exercida por outros organismos. Nas palavras de Line (1993, p. 89),

> as bibliotecas nacionais estão muito mais seriamente ameaçadas do que as demais bibliotecas, porque elas não têm um público alvo estabelecido, nenhuma instituição a servir; elas servem às *nações*, mas essas são entidades muito amplas e nebulosas para formar um eleitorado de fato. Falando friamente, as bibliotecas nacionais não têm "fã-clube" (tradução e grifo nossos)

Mesmo assim, alguns autores apostam na perenidade da importância e do reconhecimento das bibliotecas nacionais como representantes legítimas da cultura de uma nação. Brault (1998), por exemplo, acredita que "a atitude do ser

humano face ao patrimônio documentário revelará o nível de sua evolução cultural" (p. 61). Para ele, é desejável que uma instituição como a biblioteca nacional mantenha-se ocupada com a captação e preservação dos escritos do país a que se dedica. Mas questiona: "O que serão as bibliotecas nacionais do próximo milênio?" (p. 62) Quais serão os suportes que as bibliotecas captarão? Continuarão usando o nome biblioteca ou se tornarão midiatecas? Para ele, "as bibliotecas nacionais do futuro sobreviverão na medida em que se revelem indispensáveis para seu próprio país e para a rede internacional, cumprindo a função que lhes foi confiada por seu governo, função essa calcada no modelo proposto pela Unesco" (p. 64).

O próprio Line propõe:

> A questão então é saber se as bibliotecas nacionais existirão no futuro, majoritariamente como símbolos nacionais, mantendo seus fundos históricos e oferecendo serviços similares ou até inferiores aos oferecidos por outras instituições. [...] Mesmo assumindo que o orgulho nacional e seus símbolos sempre terão sua importância, não se pode presumir que as bibliotecas nacionais têm seu futuro garantido. (LINE, 1998, p. 90)

Como comenta Trigo (2004, p. 21): "de certa forma, a história de uma Biblioteca é também a história de suas tecnologias" – ou seja, independentemente do suporte em que o material esteja, é incumbência da biblioteca nacional mantê-lo e prover acesso ao seu conteúdo, sob pena de estar irremediavelmente presa a uma época a que o futuro não poderá mais consultar. Para Brault, uma biblioteca nacional só faz sentido se inserida numa rede de bibliotecas constituída sobre uma base política bem definida, sendo vista como "uma instituição nacional [...] essencial ao desenvolvimento cultural do Estado" (1998, p. 65); inclusive porque, "Tão necessária quanto a segurança da memória é a missão de promover uma cultura viva, que para se renovar não pode abrir mão das lições do passado". (TRIGO, 2004, p. 8)

A preservação da biblioteca, lugar de memória por excelência, atende àquela necessidade de manutenção de um meio de transmissão de valores nesta nova configuração social, pós-moderna e acelerada, em que não há mais meios de memória, como aponta Nora (1993). Para o autor, o lugar de memória nasce uma vez que a história se cristaliza, porque não é dinâmica, é pontual, determina algo finalizado, cada vez mais rapidamente finalizado e morto, desequilibrando a

experiência presente em relação ao que já foi vivido e revivido. Para defender este ponto de vista, Nora já abre sua reflexão com uma afirmação contundente: “Fala-se tanto em memória porque ela não existe mais”. Entretanto, parece que o próprio autor desconcentra seu argumento a favor da inexistência da memória no ponto em que admite que existem lugares de memória, mesmo que estes se dediquem a algo que não existe mais, apenas um sentimento residual do que já existiu. Para situar esta afirmação, o autor lembra os camponeses franceses, “esta coletividade-memória por excelência cuja voga como objeto de história coincidiu com o apogeu do crescimento industrial” (p. 7), colocando esta situação como exemplo de uma tendência ocorrida em todo o mundo, segundo ele, como um reflexo da globalização - embora o termo “globalização” não seja usado no seu texto original.

Para Nora, esse movimento de industrialização significou o fim do que ele chama “sociedades-memória”, aquelas em que as próprias pessoas, ciclicamente, tratavam de conservar e compartilhar os valores a fim de sua persistência-sobrevivência, como a Igreja, a escola, a família ou o Estado. Novamente, a ênfase volta para o movimento; agora volta a dilatação da percepção histórica versus a aceleração da história e a densidade da memória incluída nesta percepção. O autor considera que esses movimentos contrários e abruptos da memória e da história acabam por romper com a identidade proposta pela conjunção daquelas duas, e volta ao movimento cíclico das sociedades para explicar: “se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares” (p. 8). Ele insiste, colocando que uma vez que temos a experiência cotidiana daquilo que nos é memorial, não há necessidade de história, pois aquilo que é para ser guardado é permanentemente revivido; caso contrário, a reconstrução histórica incorrerá sempre em falha:

> A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas repetições. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. [...] A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. (NORA, 1993, p. 9)

Em determinado período, os conceitos de história, memória e Nação estiveram umbilicalmente ligados, de modo que o presente necessitava da iluminação do passado para justificar-se. E mais: a Igreja, apesar de não citada literalmente enquanto Nora fala sobre a construção da historiografia francesa, está fortemente imbricada na noção de Nação apresentada, na medida em que "História santa porque nação santa" (p. 11). A ideia de memória sacralizada também é desconstruída para mostrar que, nos anos 30, a história ligada ao conceito de Estado-Nação se ligaria ao conceito de Estado-Sociedade, de modo que a própria sociedade tomasse consciência de si mesma. Assim, liberta de sua identificação essencial com o Estado, ela pôde tomar-se como um espaço digno de um futuro, que depende de um preparo; neste momento, a nação deixa de ser uma história-memória para vir a ser uma nação-memória, onde se insere, então, o estudo dos lugares de memória.

Portanto, é na biblioteca, repositório físico de produção intelectual, que repousa a memória da sociedade em que ela se insere; e apesar da vocação de biblioteca-museu que permeia uma Biblioteca Nacional, o que nela se mantém é memória, e não a história – a "memória do mundo", como cita M'Bow (1977, p. 2). Como lembra Nora (1993), em tudo estas se opõem, sendo aquela viva, reconfigurável, mutável, enquanto esta é estanque, a "reconstrução problemática e incompleta do que não existe mais" (p. 9). Ora, num lugar em que a acumulação é permanente, dinâmica, e se pretende exaustiva, não se pode entender a coleção como um espelho histórico e sim memorial, pois em constante crescimento e tentativa de apreender a realidade através de si mesmo: "Nesse sentido, o lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações" (p. 27).

Embora fortemente calcados num momento histórico particularmente pontuado na história francesa – o aniversário da Revolução Francesa, iniciada em 1789 – os escritos de Nora são importantes para entendermos a dinâmica do local de memória que aqui referimos e tentamos compreender. Para ele, um lugar de memória só funciona deste modo se estiver imbuído de uma aura simbólica; ou seja, pode não necessariamente ser um lugar em si, mas um objeto ritualístico ou um minuto de silêncio. Diz ele: "O tempo dos lugares, é esse momento preciso onde desaparece um imenso capital que nós vivíamos na intimidade de uma memória,

para só viver sob o olhar de uma história reconstituída" (1993, p. 12). Com isto, Nora aponta o fim de dois movimentos: o historiográfico, onde a história reflete sobre si mesma, e o histórico, dotado de um capital de memória; ambos, contidos nos lugares que nos remetem aos instrumentos de base histórica e simbólica presentes em nossa memória.

Para Pierre Nora, os lugares de memória são, principalmente, comemorativos; restos de consciências de efemérides numa história que, à chamada, ignoram. Nora entende que tudo aquilo que é ritualizado, em especial coletivamente, é transformado e renovado pela memória. Para Walter Benjamin (2012), por exemplo, seu lugar de memória crucial era sua coleção de livros, da qual ficou apartado durante todos os anos em que permaneceu em fuga pela Europa. Quando finalmente pôde estar de novo de posse de sua biblioteca, descreveu o ritual de desembalar as caixas e encontrar cada capa, cada lombada, como um ato de memória amoroso da formação de sua coleção e de si mesmo como colecionista.

De volta aos lugares de memória de Nora, para eles três facetas convergem, em maior ou menor grau: a material, a simbólica e a funcional. Constituídos por um jogo entre história e memória e embebidos da vontade de memória – caso contrário, são apenas lugares de história -, cabe aos lugares de memória a tentativa de refrear o esquecimento e acumular sentidos, sem perder sua vocação para a constante metamorfose e ressignificação. É o caso da Biblioteca Nacional, uma instituição permanentemente em reconfiguração, vivida de um ponto de vista coletivo: de seu atendimento, de seus serviços, do afeto e da afeição que desperta em seu público, da acumulação de materiais e conhecimentos que constantemente altera o status de seu acervo – ou de seu patrimônio, melhor dizendo.

2.4 O QUE É, AFINAL, UMA BIBLIOTECA NACIONAL?

De um ponto de vista mais ontológico, se poderia dizer que as bibliotecas nacionais são as mais fieis representantes do que Nora chamou de "continente Cultura", na medida em que congregam essencialmente as três palavras-chave da consciência contemporânea: identidade, memória e patrimônio (NORA, 2009, p. 197) – não por acaso, três categorias que se repetem sucessivamente neste trabalho. Ao se constituir como lugar de memória, pela

vontade de memória na construção do patrimônio bibliográfico de um país, as bibliotecas nacionais se posicionam como um ente de perene embate entre a necessidade de preservação e o salutar esquecimento. O colecionismo enciclopédico das bibliotecas nacionais pode, e deve, se deixar tocar por políticas de desenvolvimento de coleções mais criteriosas, sob pena de se tornarem meros espelhos da acumulação colecionista contemporânea de que nos fala Elizabeth Jelin (2002); há o risco de perder a identidade de biblioteca (mesmo que, por vezes, mais museu do que biblioteca) e se tornar um depósito. É necessário, para usar a expressão da mesma autora, um "trabalho de memória" constante na construção desse acervo, desse patrimônio, para não incorrermos no abuso de memória: "o desafio é superar as repetições, superar os esquecimentos e os abusos políticos, tomar distância e ao mesmo tempo promover o debate e a reflexão ativa sobre esse passado e seu sentido para o presente/futuro" (JELIN, 2002,p. 16, tradução nossa).

Ainda que complexo, o exercício de problematizar não só a noção do lugar de memória, mas também as implicações do uso desse termo para categorizar as bibliotecas nacionais, é absolutamente necessário, e não deve nunca perder de vista a noção de bem público, de esfera pública, empreendida no conceito desde o princípio. Do mesmo modo, é necessário problematizar a constituição de uma memória nação frente ao fato de que as nações não são mais, necessariamente, instituições pautadas por uma identidade uniforme. Assim, a memória nação daria espaço para uma memória patrimônio, na medida em que reflete a construção múltipla e polissêmica da identidade dos que habitam uma determinada jurisdição.

Já de uma perspectiva mais pragmática, se o fato das bibliotecas nacionais serem organismos constituintes da identidade de uma nação poderia contrapor a falta de identidade institucional das próprias bibliotecas, mantida por um longo período, isto de fato aconteceu e teve consequências críticas. Para Fuentes Romero (2003), o marco temporal da crise das bibliotecas é a década de 50. Dainton, no prefácio escrito para Humphreys (1987), afirmava categoricamente: "As bibliotecas nacionais estão em crise por toda a parte" (HUMPHREYS, 1987, p. vii). O autor atribui essa crise a um certo apego ao passado, à herança das bibliotecas reais que eram basicamente pautadas pelo papel de representantes de uma identidade nacional sem, no entanto, possuírem uma missão institucional claramente definida. Com isso, Dainton identifica o declínio dos aportes financeiros que deveriam ser providos pelo Estado, o que torna o objetivo de formar uma coleção

extensa e rica praticamente inviável. Além disso, Dainton verifica os problemas decorrentes justamente do tamanho das coleções e das dificuldades de processamento técnico, conservação e armazenamento de materiais que são incessantemente incorporados por força do depósito legal, além dos desafios de incorporar as novas tecnologias ao atendimento dos usuários, cada vez mais exigentes.

Humphreys (1987) atribui o problema identitário das bibliotecas nacionais ao histórico da dificuldade de definir o que de fato é uma biblioteca nacional e suas atribuições, já comentado aqui, e que foi o tema principal do Colóquio de 1958 e da Convenção da Unesco de 1970. O autor coloca que os problemas para estabelecer parâmetros consistentes para as bibliotecas nacionais decorrem principalmente de sua variedade de origens nas diferentes nações e o apartamento da biblioteca de seus usuários, uma vez que ela não possui usuários bem definidos para usufruir de seus acervos – apesar de ser consenso que um acervo rico, precioso e de missão prioritária a conservação deveria ser manipulado exclusivamente por usuários altamente qualificados, pesquisadores de ponta, e não usuários comuns cujas necessidades informacionais poderiam ser resolvidas por um sistema eficiente de bibliotecas públicas.

De fato, como constata Shera (apud FONSECA, 2007), estamos numa era em que as crianças não são estimuladas a frequentar bibliotecas e, portanto, não têm noção do que é, de fato, uma biblioteca, suas funções, suas possibilidades, as diferenças entre cada tipo de biblioteca. A educação de usuários – e, em última análise, de leitores – foi relegada a planos inferiores do projeto educativo das nações. Fonseca completa:

> Está nas observações e na pergunta de Jesse H. Shera a explicação mais plausível para a pouca ou nenhuma atenção que as autoridades brasileiras – até mesmo as dos *ministérios chamados da Educação e da Cultura* – dispensam às nossas bibliotecas: já que delas não se beneficiaram na infância e na mocidade, como podem, depois de adultos, avaliar sua importância que, no máximo, apenas platonicamente admitem? Infelizmente, desse desconhecimento padecem tanto autoridades governamentais como profissionais do mais alto nível. (FONSECA, 2007, p. 51, grifo do autor)

Infelizmente o descaso com a biblioteca maior do sistema biblioteconômico do país não é prerrogativa brasileira. Humphreys (1987, p. 9)

coloca que mesmo na Grã-Bretanha a House of Commons (o equivalente ao parlamento brasileiro) repassava verba insuficiente para aquisição de livros – situação que levou bibliotecas como a de Paris e de São Petersburgo, na Rússia, a apropriar-se indevidamente de itens de outras bibliotecas. Na mesma obra, Humphreys (1987) aponta que a queda brusca no número de funcionários da Biblioteca do Congresso Americano – a Biblioteca das Bibliotecas, fonte de consulta para os bibliotecários em todo o mundo – é mais um dos sinais críticos do declínio do prestígio destas instituições. Para ele, o corte de verba repassada para as bibliotecas impacta não só na aquisição de material, mas na contratação de profissionais e na capacidade de preservação e conservação do acervo – em suma, em todas as principais atividades de uma biblioteca nacional.

Ao manifesto de Edson Nery da Fonseca citado anteriormente juntam-se críticas de outros expoentes da biblioteconomia brasileira, que responsabilizam a gestão pública pelo mau momento enfrentado pelas bibliotecas. É o caso de Rubens Borba de Moraes, frequentemente apontado como um dos grandes diretores da Biblioteca Nacional, cuja gestão ocorreu entre 1945 e 1947. Em seu livro “O Bibliófilo Aprendiz”, Moraes comenta, remontando o início do colecionismo que gerou as grandes bibliotecas: “No Brasil, então, onde a administração pública, além de ignorante é desmazelada e demagógica, se não fosse o colecionador particular, o bicho, a sujeira e o clima destruiriam tudo que o nosso passado nos legou” (MORAES, 2005, p. 18).

De fato, as eleições para presidente da República ocorridas em 2014 demonstraram que a preocupação com as bibliotecas passou ao largo dos planos de governo propostos pelos candidatos: apenas um, entre seis, mencionou a palavra “biblioteca” no documento apresentado ao TSE e disponibilizado no site do Tribunal para consulta dos eleitores (MURAKAMI, 2014). No ano anterior, um editorial de opinião de um grande jornal iniciou com a frase “O descaso das autoridades em relação à preservação da história do Brasil pode muito bem ser simbolizado pela degradação da Biblioteca Nacional” (A CRISE, 2013). Outro perigo que correm as bibliotecas nacionais está na própria formação dos bibliotecários, treinados em escolas onde já não se fala sobre bibliotecas nacionais. Há trinta anos, Jannice Monte-Mór (1987) já chamava a atenção para este problema, percebido por ela particularmente no Estado do Rio de Janeiro:

> A transferência [do curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional para a Fefieg, atual Unirio, em 1969] provocou, possivelmente pelo distanciamento físico, igual e progressivo distanciamento conceitual de “BIBLIOTECA NACIONAL” para os estudantes de Biblioteconomia. Qual é o seu significado? Pergunta raramente respondida com acerto. Em decorrência, formam-se profissionais distanciados informativa e afetivamente do real valor deste patrimônio. (MONTE-MÓR, 1987, p. 170. Grifo da autora)

Aparentemente o avançar do tempo não melhorou a percepção do problema em nível mundial. Fuentes Romero, apesar de escrever na alvorada do século XXI, reportou em 2005 as colocações de Natalia Tyulina, bibliotecária soviética que, em 1976, elencou as causas da crise identificada nas bibliotecas nacionais. Para ela, o problema tinha fundos de três origens: sociais (o crescimento do número de pesquisadores, que criou a necessidade de ampliação do uso de fontes de informação), científicas (o progresso científico desenfreado gerou dificuldades para as bibliotecas, praticamente impossibilitadas de acompanhar o crescimento da produção científica com suas possibilidades de aquisição) e biblioteconômicas (as causas anteriores fomentaram o desenvolvimento e estabelecimento das bibliotecas especializadas, mais aptas a atender o público científico; enquanto isso, o conjunto das causas exigiu o crescimento das redes de cooperação entre bibliotecas, organismos dos quais as bibliotecas nacionais tradicionalmente não faziam parte).

Embora sigam afetadas pelos problemas, as bibliotecas nacionais ainda têm qualidades particulares que as sustentam. Tyulina identifica principalmente a especificidade da constituição do acervo, o mais enciclopédico e completo possível, que tornou as bibliotecas nacionais organizações sem par nos seus sistemas nacionais; além disso, as coleções de literatura estrangeira, acumuladas durante anos, também são geralmente únicas. Em terceiro lugar, ela aponta que a gama de conhecimentos coberta pelas coleções das bibliotecas nacionais garante o atendimento de públicos que não necessariamente contam com bibliotecas especializadas para si. Por fim, o nível de expertise necessário para gerenciar uma unidade de informação tão peculiar pode fazer com que o corpo técnico de uma biblioteca nacional seja o mais qualificado para exercer papéis institucionais de centralização, proposição de padrões e coordenação das atividades bibliotecárias do sistema nacional.

Pode-se também inferir que a crise identitária das bibliotecas está ligada ao crescimento do olhar sobre o chamado patrimônio intangível, ou imaterial, e a falta de recursos para dar conta da manutenção de todos os objetos a tutelar. Este movimento ganhou força em âmbito internacional a partir de 2003, com a adoção da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial pela Unesco. O documento prevê a promoção de políticas de preservação das práticas, tradições e saberes dos povos, dando visibilidade ao aspecto não registrado da cultura das nações. O Brasil correu na frente dessa tendência, trabalhando na valorização e registro do seu patrimônio imaterial desde o final da década de 1990, com a criação do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial.

Por outro lado, podemos igualmente atribuir causas de ordem sociológica à pouca visibilidade dispensada às bibliotecas nacionais e, por que não dizer, às bibliotecas em geral, numa época que Vargas Llosa (2013) chama de sociedade do espetáculo. Para o autor, nestes tempos, a atividade intelectual está em declínio em detrimento do espetáculo, da figura espetaculosa e feérica, da falta de reflexão, da volatilidade do pensamento. Seguindo o mesmo raciocínio, Manguel (2006) aponta a decadência da atividade da leitura, tida modernamente como mero passatempo, em contraposição ao poder político e simbólico atribuído às grandes coleções, que agora são “menos uma entidade viva do que um armazém molesto” (p. 186). Para Meneses (2007), essa postura pode acabar trazendo complicações graves para a sociedade. Ao relegar as bibliotecas a planos inferiores dentro de suas gestões, não acabariam os Estados impondo (não)memorabilidades – características do que é memorável - aos acervos?

Em resumo, no meio do contrassenso causado por afirmações tão díspares quanto “a biblioteca nacional é uma das partes mais importantes do sistema bibliotecário do país” e “a biblioteca nacional é um fenômeno arcaico, ineficaz e moribundo” (FUENTES ROMERO, 2005, p. 140), parece ser quase lugar comum identificar que sim, há uma crise em curso nas bibliotecas nacionais. Como já vimos, o Brasil não escapou de encará-la e pensá-la, tanto na teoria quanto na prática: acadêmicos como Edson Nery da Fonseca e profissionais como Jannice Monte-Mór deram suas versões para o fenômeno.

3 BIBLIOTECA NACIONAL DO BRASIL: MEMÓRIA, HISTÓRIA E PATRIMÔNIO

É interessante notar como uma instituição dotada de tanto prestígio e simbolismo pode ter uma história recheada de tantas idiossincrasias. Um esboço rápido do histórico da Biblioteca Nacional do Brasil remonta, evidentemente, à Real Biblioteca portuguesa, recolhida por D. José I depois do terremoto seguido de incêndio que devastou Lisboa em 1755. Nesta fatalidade, quase toda a coleção da biblioteca existente – fundada no início do século XV por D. João I, "O Boa Memória", e ampliada por seus filhos – perdeu-se, e com o empenho de D. José, uma nova coleção ergueu-se no Palácio Real português. Este acervo já contava com cerca de 60 mil peças no ano de 1807, quando D. João VI, Príncipe Regente, embarcou para o Brasil com sua Corte, fugindo da invasão napoleônica. As obras foram embarcadas posteriormente, em duas etapas, de 1810 a 1811; na viagem da família real, veio apenas a coleção do Conde da Barca, que cuidou de embarcar seu acervo pessoal na nau Medusa. Para acomodar a coleção, D. João designou primeiramente o Hospital da Ordem Terceira do Carmo, localizado na Rua Direita (hoje Av. Primeiro de Março), em frente ao Paço Imperial. Verificando a precariedade do local, logo determinou a mudança para as catacumbas da mesma Ordem. Este ato, datado de 29 de outubro de 1810, é considerado o ato fundador da Biblioteca Nacional – uma das primeiras instituições de cultura em solo brasileiro (CARVALHO, 1994), se não a mais antiga (LAGO, 2005).

Com a segunda remessa dos livros da Real Biblioteca veio Luís Joaquim dos Santos Marrocos, ajudante da Real Biblioteca que aqui chegou com a incumbência de ser o "bibliotecário do Rei", alcunha pela qual é conhecido até hoje. Em suas cartas, enviadas entre 1811 e 1821 à família que permaneceu em Portugal e da qual há transcrição no v. 56 dos Anais da Biblioteca Nacional, estão relatos preciosos do tratamento dado ao acervo ainda à época da Corte. É dele, por exemplo, o pedido ao pai para que enviasse "uma cópia do sistema de classificação bibliográfica feita pelo Dr. Antônio Ribeiro dos Santos para a biblioteca pública: são papelinhos aqui de muita estimação, pois é terra de tudo estéril" (CARTAS, 1938, p. 46). Luís Marrocos também tinha uma aguçada perspectiva de conservação do acervo: propôs que se enviassem as duplicatas do acervo para uma biblioteca

pública na Bahia, uma vez que já não cabiam no espaço da então Biblioteca e estariam fadadas à deterioração.

Com a Independência brasileira, proclamada em 1822, o bibliotecário responsável à época, padre Joaquim Damaso, não quis permanecer no país e retornou à Biblioteca da Ajuda em Portugal, levando consigo muitas das obras da Real Biblioteca ou “ao menos uma boa cópia deles” (CABRAL, 1878, p. 159). A parte do acervo que aqui ficou foi “comprada”, a título de indenização a Portugal, por 800 contos de réis, uma soma significativa para a época. Antes de mudar-se para sua majestosa sede atual, em 1910, a Biblioteca ainda teve outro endereço. Foi na Rua do Passeio, para onde a Biblioteca Imperial e Pública mudou-se em 1858, na administração de Frei Camillo de Monserrate. Vinte anos depois da mudança a Biblioteca ganhou o nome de Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; o prédio da Rua do Passeio existe até hoje e abriga a Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O uso do termo “pública” na denominação da biblioteca acabou por confundir os usuários quanto à sua missão institucional, já que dava a entender que deveria acolher todo tipo de consulente. Como vimos na seção anterior, a própria biblioteconomia só tratou de consolidar o conceito e as tarefas das bibliotecas nacionais tardiamente, a partir dos anos 1950 – embora literatos como o ex-diretor da BN, Josué Montello, já tivessem em mente, ainda na década de 40, a preocupação de preservação do patrimônio que caracteriza este tipo de instituição. Alguns órgãos de imprensa já tinham consciência da mudança de foco:

> Mas o problema fundamental é o do reajustamento da Biblioteca Nacional às condições de biblioteca de conservação, sem o caráter público, e isto não depende do alto espírito do escritor e erudito que a dirige com tanta proficiência, lutando com um terrível fantasma: a falta de verba. (O QUE ACONTECE..., 1952, apud LAPA; JORDÃO, 2017, p. 232)

Para o grande público, entretanto, este conceito demorou um pouco mais a se fazer claro – e durante um bom tempo, a ideia era somente a da complexidade da pesquisa que ali se realizava. Em 1957, o Correio da Manhã publicava forte crítica ao fato de que o salão de leitura da BN estava cheio de estudantes e grupos de jovens, num sintoma da falta de bibliotecas adequadas para atendê-los:

> Não haverá mais onde estudar, senão na Biblioteca Nacional? De qualquer modo o governo – mais precisamente o Ministério da Educação – que não garante bons locais de estudo escolar, não pode permitir que a Biblioteca Nacional seja desvirtuada de suas finalidades, que é [sic] propiciar leituras e pesquisas bibliográficas, as quais, por sinal, exigem, ambas, um mínimo de silêncio. (BIBLIOTECA..., 1957, p. 6)

Com a revisão das recomendações e conclusões do Colóquio de Viena por ocasião da Conferência Geral da Unesco de 1970, consolidou-se a visão de que bibliotecas nacionais eram aquelas que, basicamente, serviam de depositárias da produção intelectual de um país e daí elaboravam produtos e serviços não só para o público, mas principalmente para a rede de bibliotecas da qual deveria ser líder. Até esta prerrogativa, em 1842, correu o risco de ser retirada da Biblioteca Nacional: uma iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) propôs que a autoproclamada “casa da memória brasileira” fosse a depositária legal da produção editorial em território nacional (GUIMARÃES, 1988).

Conforme já comentamos anteriormente, a instituição do depósito legal não é nem recente, nem exclusiva do Brasil. Dom João VI trouxe consigo os mecanismos portugueses de depósito legal, as “propinas”, que obrigavam a Imprensa Régia instalada no Brasil a enviar exemplares de suas publicações para a Real Biblioteca, que foi oficialmente instalada no Rio de Janeiro em 1810. Com a independência do Brasil em 1822, a obrigação do depósito foi transmitida à Imprensa Régia, que também foi instalada no Rio de Janeiro quando da vinda da Família Real para o país. Cabia à Imprensa Régia enviar suas publicações à Biblioteca Imperial e Pública da Corte (nova denominação da Real Biblioteca depois da Independência) e assim foi até 1907, quando o Decreto 1825 finalmente regulou o Depósito Legal no país já republicano, determinando que a Biblioteca Nacional seria sua única beneficiária.

A legislação foi atualizada em 2004, quando, depois de quinze anos de tramitação, foi aprovada a Lei 10.994, de proposta do Senador Jarbas Passarinho – ex-Ministro da Educação e Cultura, responsável pela nomeação de Jannice Monte-Mór para a Direção Geral da Biblioteca Nacional. Nova legislação foi promulgada em 2010, tratando especificamente do depósito de obras musicais. Nenhum destes atos, entretanto, foi regulamentado até hoje, o que dificulta sobremaneira a correta

fiscalização do depósito legal. Antes, proposta de alteração da lei[16], submetida pelo senador José Sarney em 2010, sugeria que o depósito legal garantisse exemplares para todas as bibliotecas públicas brasileiras e bibliotecas nacionais dos países lusófonos. O projeto foi arquivado na Câmara dos Deputados, rejeitado pela Comissão de Educação e Cultura, pela falta absoluta de condições técnicas e logísticas para a execução do proposto.

Mais recentemente, em 2017, uma grande polêmica envolvendo as competências de depósito legal criou-se no âmbito do Ministério da Cultura, ao qual a FBN é vinculada. O então diretor do Departamento do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, que não tem vinculação direta alguma com a Biblioteca, convocou a criação de um grupo de trabalho para discutir a legislação e execução do depósito legal sem consultar previamente a instituição beneficiária do dispositivo. Convidou entidades completamente alheias à BN e ao depósito em si, almejando descentralizar a coleta e depósito da memória bibliográfica brasileira, alegando que a centralização do acervo na Biblioteca Nacional trazia “pretensos louros” que a instituição se recusava a discutir (e claramente ignorando os aspectos práticos e teóricos envolvidos no cumprimento da missão de preservação do patrimônio bibliográfico) (BRAYNER, 2017). Alegou também que a falta de regulamentação da lei criava gargalos que dificultavam sua execução, e acusou a Biblioteca de faltar com controle das publicações que recebia. Diante da denúncia de falta de competência administrativa para o chamamento do grupo, este foi suspenso.

3.1 A BIBLIOTECA MONUMENTO

Não é de hoje que a Biblioteca Nacional presta serviços iconográficos às produções culturais brasileiras: na ficção ou em documentários e trabalhos jornalísticos, audiovisuais ou escritos, a BN já foi palco e cenário de diversas representações. Suas salas já foram o gabinete da juíza vivida por Bruna Lombardi na novela “Roda de Fogo”, de 1986 (MEMÓRIA, 2013a); o analfabeto Vicente, interpretado por Pedro Paulo Rangel na novela “Sabor da Paixão”, de 2002, também foi tentar entender o mundo dos livros percorrendo as estantes da Biblioteca

[16] Projeto de Lei do Senado n. 198, de 2010. Altera a Lei n. 10.994, de 14 de dezembro de 2004, que "Dispõe sobre o depósito legal e de publicações, na Biblioteca Nacional, e dá outras providências", para incluir as bibliotecas públicas estaduais e do Distrito Federal entre as destinatárias de exemplares de publicações referentes ao depósito legal.

(MEMÓRIA, 2013b). Quanto aos documentários, é quase impossível nominar todas as produções que lá foram ambientadas: passando pelo documentário de 2006 “Uma Palavra”, sobre Chico Buarque, até o recente “Chumbo ainda mais quente”, episódio do programa Observatório da Imprensa sobre o golpe militar de 1964 (TV Brasil), inúmeras produções se aproveitaram da força imagética da coleção da Biblioteca para posicionar o trabalho numa atmosfera de credibilidade intelectual.

Na literatura, se enfileiram os usos da Biblioteca, de seu entorno ou de sua fachada, como cenários, personagens ou temas jornalísticos de diversos textos. No recém lançado livro “A Biblioteca Nacional na crônica da cidade”(LAPA; JORDÃO, 2017) há inúmeros trechos, publicados nos séculos XIX e XX, que demonstram o respeito e o papel protagonista que a instituição exerce no imaginário dos escritores: de Machado de Assis a Jô Soares, passando por Lima Barreto, Rubem Braga, Carlos Drummond de Andrade e Rubem Fonseca, não foram poucos os literatos que colocaram a Biblioteca Nacional em prosa e verso.

Por todas essas aferições de valor simbólico e imagético, afirmar que a Biblioteca Nacional é o lugar de memória por excelência da cultura brasileira parece ser um lugar comum: seu acervo de estimados 9 milhões de peças, entre livros, periódicos, material iconográfico e musical, dentre outros, a coloca na posição de maior biblioteca não só do país como da América Latina. Dito isto, todo o entendimento da Biblioteca ocorre como um patrimônio *per se* e como detentora de um patrimônio em constante crescimento e reconfiguração; a biblioteca é o local onde se estabelece a mais clara dualidade documento/monumento de que nos fala Le Goff (1996): ela é, em si, um monumento ao documento.

De fato, o prédio da Biblioteca é inegavelmente monumental. Seu projeto, de autoria do marechal Souza Aguiar, exibe contornos que não negam sua influência militar: sua aparência de fortaleza, com torreões laterais e robusta estrutura, foi executado em cinco anos e inaugurado pelo então engenheiro responsável, o coronel Moniz Freire, em 1910. O edifício está orgulhosamente de frente para a cena cultural carioca do início do século XX, cravado em plena Cinelândia (alcunha do entorno da Praça Floriano, só consolidada duas décadas depois), na novíssima Avenida Central, vizinho do também novíssimo Theatro Municipal e do Museu Nacional de Belas Artes. O majestoso prédio, hoje já centenário, exibe internamente estilo eclético, com influências variando do neoclássico ao *art déco*. A época de sua construção era de efervescência cultural e

o prédio foi construído ali não por acaso: enquanto Sevcenko (1983) narra a tentativa do governo republicano de aproximar a atmosfera da parte central da cidade do modelo francês, urbano e cosmopolita, de circulação de intelectuais e literatos e discussões políticas em profusão, debatendo a Nova República e seu projeto de governo, Moraes (1987, p. 6) comenta que o prefeito Pereira Passos achava que se tinha de "construir alguns edifícios públicos monumentais, para enfeitar a cidade e enfeitar aquele largo ali".

O prédio possui estrutura de aço e acabamentos em granito, mármore, metais, vidros decorados e concreto sobre malha de arame. Por fora, exibe balcões sustentados por traves de aço. Sofreu diversas restaurações, nem todas devidamente documentadas, que acabaram por alterar significativamente sua aparência original. Em 1994, um projeto de restauração completa supervisionado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) recuperou as cores e estilos da construção original (BATISTA; MIRANDA, 1996). À época, constatou-se que a estrutura estava seriamente degradada pela existência dos ornamentos externos, que propiciaram rachaduras e, ao caírem, expuseram a estrutura metálica. Um dos balcões também foi identificado como já restaurado, tendo parte de sua estrutura metálica original substituída por concreto.

A longo prazo e atentando para os aspectos práticos, entretanto, o edifício revelou-se rapidamente um fragoroso fracasso. Projetado para armazenar 400 mil volumes, passou a ser visto pelos seus administradores como um local "péssimo" para uma biblioteca, opinião publicamente emitida por Rubens Borba de Moraes na década de 40 e por Jannice Monte-Mór nos anos 70, para ficarmos apenas em dois de seus diretores. À época de sua construção, o então diretor, Manuel Cícero Peregrino da Silva, foi convidado a visitar as obras e notou imediatamente a falta de salas de leitura. Recebeu como resposta a afirmação de que não se sabia que bibliotecas necessitavam de salas de leitura – motivo pelo qual o projeto teve de ser emendado e construiu-se uma ala avançada nos fundos do prédio (MORAES, 1987). As palavras de Monte-Mór (1974) reforçam a percepção de inadequação da "fortaleza":

> É um prédio do início do século [...] Embora na época se tenha dito que era um prédio ideal para biblioteca [...] nós diríamos o contrário: o prédio é péssimo para o funcionamento de biblioteca. Mas o prédio

> foi planejado pra 400 mil volumes, e como nós já dissemos nós [...] temos 3 milhões de peças, então... a falta de espaço é total.

À época da inauguração, a opinião pública se dividiu a respeito do prédio. Enquanto alguns, como Lima Barreto, sentiam-se intimidados pela “empáfia” do novo palácio, outros, como Júlia Lopes de Almeida, consideraram “o edifício, cuja fachada é [...] uma das mais belas, mais grandiosas e mais serenas dentre todas as do Rio de Janeiro moderno, correspondia internamente ao que prometia no exterior: luxo e conforto” (ALMEIDA, 1910, apud LAPA; JORDÃO, 2017, p. 155). Fato é que a majestade da construção fez com que a Biblioteca fosse uma “adequada” sede para a Câmara dos Deputados entre junho de 1922 e maio de 1926, por ocasião dos preparativos para a Exposição Comemorativa a Independência do Brasil. Durante este período, foi palco também para a posse do presidente Artur Bernardes (em 1922) e para os funerais de Rui Barbosa, falecido em 1923.

Hoje em dia, decorridos mais de cem anos de sua inauguração, a construção apresenta novamente diversos problemas estruturais e estéticos: descascamento de pintura interna e externa, esquadrias degradadas pelo tempo, vidros rachados e quebrados, infiltrações, rachaduras nas claraboias que ocasionam entrada de água nos salões. Em função do excesso de peso – os 400 mil volumes imaginados por Souza Aguiar no projeto original já foram superados há décadas -, a estrutura do prédio também está comprometida. Neste período crítico para a Biblioteca, em que a instituição sofre com a falta de condições adequadas de trabalho, inundações por pane no sistema de ar condicionado, falta flagrante de pessoal e de recursos, inexistência de espaço para alocar o mais importante acervo do país, a imprensa dedicou algum espaço para publicar as mazelas da instituição. O editorial do jornal que publicou uma matéria polêmica, intitulada “O Ocaso da Biblioteca Nacional” (FILGUEIRAS, 2013), assinado por Marcelo Balbio (2013, p. 7), resumia:

> Boa parte da fachada está encoberta por estruturas de alumínio. As catracas de segurança são cenográficas, já que não registram quem entra e sai do prédio. O ar-condicionado está parado desde maio do ano passado, e são ventiladores (alguns levados por funcionários) que precisam dar conta do recado. Cartazes nas portas avisam que é proibido usar tomadas para carregar notebooks e afins, para evitar sobrecarga na rede elétrica. Os bebedouros foram removidos para manutenção, e lá ficaram. No setor de periódicos, há 20 computadores novinhos, que até hoje nunca foram ligados. Caixas

> com livros são empilhadas em corredores, porque não há espaço para guarda-los. Este é o cenário que aguarda o visitante na Biblioteca Nacional, no Centro, a maior da América Latina. Entra gestor, sai gestor, os problemas se acumulam.

Ainda no ano de 2013, uma reforma estrutural foi iniciada e alguns dos problemas resolvidos. As claraboias foram reformadas, tendo os vitrais e vidros restaurados, aplicação de filtro UV e limpeza; foi estudada a instalação de uma ventoinha para circulação de ar entre a claraboia e o vitral, de modo a diminuir a temperatura do ar encapsulado e minorar os efeitos da estufa sobre os ambientes logo abaixo. A reforma das redes lógica e elétrica foi interrompida por problemas contratuais no segundo semestre de 2015 e ainda não retomada, dois anos depois; quando executada, propiciará condições para a reestruturação do sistema de ar condicionado, problema grave que afeta as condições de armazenamento e trabalho em todos os ambientes. Em 2017, teve início a maior obra de recuperação já executada no prédio, com previsão de duração de mais de um ano: a fachada está sendo inteiramente recuperada, com troca e requalificação das esquadrias, colocação de filtros UV nas janelas, limpeza dos elementos metálicos; uma roupa nova completa, enquanto o interior ainda sofre com o espaço deteriorado pela falta de correta manutenção. Nada disto, contudo, resolverá o crônico e anunciado problema da falta de espaço, que mesmo com a remodelagem do prédio Anexo (de que falarei adiante), não será resolvido – apenas mitigado.

3.2 BIBLIOTECA NACIONAL NO BRASIL: DIMENSÃO SIMBÓLICA

É importante a recorrência de uma expressão neste texto, costurando toda a fala sobre a significação de uma Biblioteca Nacional não só como representante da identidade de um país (mesmo, e principalmente, se multifacetada) como no seu papel biblioteconômico de liderança e representação junto à comunidade bibliotecária: a dimensão simbólica, presente nas várias facetas da instituição, da administrativa à técnica. A fluidez com que o simbólico perpassa o discurso sobre uma biblioteca nacional não ocorre à toa. Uma biblioteca como a Biblioteca Nacional do Brasil, de presença física tão marcante, tão esteticamente relevante (tão respeitável em seu prédio, de acordo com o colocado por Anderson em 1977), e ao mesmo tempo de tão grande importância para a classe bibliotecária,

certamente serve de fonte para um imaginário muito rico. No caso que aqui comentamos, é a partir da criação da imagem da instituição solene, imbuída do espírito enciclopédico do conhecimento do século XVIII, abrigada em prédio imponente e por vezes intimidador, que se monta o simbolismo no qual se envolve a "Biblioteca Nacional".

Mesmo envolta neste simbolismo, a Biblioteca não pode se furtar a exercer suas funções na vida da sociedade e da comunidade em que se insere, contribuindo para, como Castoriadis (2000) ressalta, a "economia de conjunto da vida social" – funções estas que, como já comentado, são consolidadas no cenário biblioteconômico internacional. Ou seja, é preciso que haja uma dinâmica cíclica e racional na atuação da Biblioteca: a fim de fazer jus ao seu status simbólico, é preciso manter-se atuante em sua missão, o que manterá seu simbolismo e assim por diante. Portanto, é preciso que a instituição também seja capaz de assumir a simples projeção de seu simbolismo para partir para a execução do que a sociedade espera dela.

Uma análise que tenha por objetivo a verificação de simbolismo precisa, evidentemente, lançar mão de ferramentas linguísticas que auxiliem na identificação dos significantes em tela. Em nosso caso, pode-se dizer que o principal componente responsável pelo simbolismo atribuído à Biblioteca é, sem dúvida, o qualificativo "Nacional", que busca unificar sua identidade patrimonial, sua relação com a nação que representa, e sua desejada atuação em todo o território, não só atendendo os cidadãos brasileiros como a classe bibliotecária. No contexto do patrimônio, o uso do adjetivo "nacional" concorre para produzir, no dizer de Gonçalves, uma "autoconsciência individual e coletiva" (GONÇALVES, 2015, p. 213). A força deste adjetivo é tanta que a Biblioteca Distrital Leonel de Moura Brizola, em Brasília, adotou o nome fantasia "Biblioteca Nacional de Brasília", por estar dentro do Complexo Cultural da República – o que, diante do quadro recente de pouco prestígio da Biblioteca Nacional do Brasil (que enfatizarei em breve), acabou por confundir muitos usuários e bibliotecários.

Em verdade, a tramitação das propostas da mudança do nome da biblioteca já demonstra desconhecimento das próprias autoridades quanto à subordinação administrativa da instituição. Em dezembro de 2005, uma indicação aprovada na Câmara Legislativa do Distrito Federal foi encaminhada ao Ministério da Cultura para nomear a Biblioteca do Complexo Cultural da República com o

nome de Leonel de Moura Brizola, por sugestão do então senador Cristovam Buarque. No processo, a Procuradoria Federal junto à Biblioteca Nacional esclareceu que, após a promulgação da Lei 3699, de 10 de novembro de 2005, a Biblioteca foi nomeada “Biblioteca Leonel de Moura Brizola” – uma lei do próprio Distrito Federal. Ora, se é o Distrito Federal o ente a legislar sobre a instituição, parece evidente que a jurisdição a que ela responde seja o próprio DF – fato que, como se vê, parece ignorado até mesmo pela Câmara Legislativa.

Uma transferência da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro para Brasília foi imaginada nos anos 60, apoiada na lógica da construção da Capital no coração geográfico do país e na centralização de seus recursos de Estado. A ideia merece contemporização: se por um lado é perfeitamente plausível transferir o símbolo do patrimônio cultural e bibliográfico da nação, por outro a ação estava irremediavelmente investida da “retórica da perda” que Gonçalves comenta (2015) – no caso, perda do aspecto monumental, tradicional, consolidado da mais antiga instituição de cultura da nação. Enquanto que a visão da Biblioteca na capital carioca é imponente, firme, robusta, de “fortaleza”, como disse a diretora geral Jannice Monte-Mór em 1974, a Biblioteca de Brasília foi projetada dentro da tradição do desenho arquitetônico de Oscar Niemeyer, arquiteto modernista cuja obra primava pelas linhas simples e que, por vezes, na execução dificultavam o aspecto funcional do prédio – caso também do Museu Nacional erguido na Esplanada, vizinho da Biblioteca.

FIGURA 1 – Biblioteca Nacional do Brasil, no Rio de Janeiro.

Projeto do Gen. Francisco Marcelino Souza Aguiar. Inaugurada em 1910. Foto de Marc Ferrez, 1910. Acervo da Biblioteca Nacional Digital.

FIGURA 2 – Biblioteca Nacional Leonel de Moura Brizola, em Brasília.

Projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer. Obra entregue inacabada em 2006. Foto: Poltronas Kastrup.

A transferência foi negada pelo Ministro da Educação em maio de 1962, e não tardou para que a imprensa se manifestasse a respeito em nota com certo cunho bairrista (e equivocado do ponto de vista conceitual):

> Medida acertada a do ministro da Educação, decidindo com aprovação do Conselho que a Biblioteca Nacional não siga para Brasília. Apenas as duplicatas serão remetidas para o Planalto. [...] O adjetivo Nacional é apenas um qualificativo ligado ao antigo título de capital da República. [...] Ao acerto da medida ministerial ajunte-se o reconhecimento implícito de que o Rio de Janeiro continua sendo a capital intelectual do Brasil. (BIBLIOTECA, 1962, p. 6)

Alguns articulistas também se manifestaram a respeito da questão, como Otto Maria Carpeaux, que ainda salientou que a criação de uma Comissão de Planejamento da Biblioteca Nacional em Brasília seria inócua e não daria em nada (CARPEAUX, 1962, p. 2). Nelson Costa pontuou:

> Graças a condições especiais, a que se juntaram motivos administrativos, o Rio se constituiu verdadeiramente capital do país no que tange a problemas e conquistas culturais, sendo assim de inteira justiça que aqui permaneçam os órgãos que se integraram nessa tradição de sabedoria, sempre a serviço de milhares de pessoas verdadeiramente capazes de os utilizarem convenientemente. (COSTA, 1962, p. 2)

Como percebido pelos jornalistas, apesar de lógica, a transferência da Biblioteca Nacional feriria mortalmente a relação da instituição com o público. A monumentalidade do prédio, agora já centenário, é parte insubstituível da *persona* da biblioteca enquanto patrimônio da nação – mesmo que a nação em geral não

tenha essa noção de patrimônio muito clara – e da cidade, notoriamente marcada pelo largo período como capital. O responsável pela implantação das primeiras políticas de patrimônio cultural no país, Rodrigo Melo de Franco Andrade, já falava a respeito na década de 30, considerando que

> "só do convívio com os monumentos e com a sua história poderá nascer a estima sincera que eles devem inspirar. Esse sentimento será como o do apego às pessoas e às coisas familiares". Ou seja, ele reconhece que a relação com os bens culturais envolve não apenas a dimensão cognitiva, mas também a estética e a afetiva, o que nos leva a reconhecer o seu grande potencial de alcance na comunicação com o público. (FONSECA, 2008, p. 121)

Posteriormente, o prédio da Biblioteca construída no Complexo Cultural em Brasília provou ser mais inadequado para o maior acervo da América Latina do que a fortaleza militar onde a coleção se encontra até hoje. A capacidade prevista para armazenamento em Brasília foi muito inferior ao necessário para a coleção brasileira, que hoje, como já citado, está estimada em cerca de 9 milhões de peças. A obra foi entregue inacabada em 2006, para que pudesse começar a atender o público que procurasse uma biblioteca pública – que, frustrado, descobriu que a Biblioteca não possuía acervo disponível para consulta ou empréstimo, uma situação que perdurou até 2013 (MACIEL, 2013). Apesar de iniciativas bastante positivas, como uma biblioteca infantil e poltronas reclináveis para descanso, o prédio foi durante muito tempo subaproveitado e antes mesmo da abertura para uso mais intensivo dos usuários já havia elevadores estragados e equipamentos fora de uso.

A Biblioteca Distrital Leonel de Moura Brizola tem, como missão, a priorização de acesso às obras e o atendimento ao público usuário, ações que ameaçam substancialmente a integridade física do acervo em geral. Só esta postura já desqualifica a Biblioteca de Brasília como biblioteca nacional, que, com isso, não cumpre um dos papeis principais de uma biblioteca dita "nacional" – o de preservação. Além disso, ela não é uma depositária legal da produção intelectual do país, mais um item a excluir a instituição da lista de bibliotecas nacionais do Brasil. Entretanto, sua existência foi defendida por bibliotecários e intelectuais na década de 60, com o intuito de embasar um grande sistema nacional de bibliotecas, conforme veremos adiante.

A Biblioteca Leonel de Moura Brizola também vem sofrendo com a questão da sucessão de seus diretores, reforçando a polêmica entre “leigos” versus técnicos. Em 2017, o bibliotecário Antonio Miranda, então diretor da biblioteca, foi exonerado, e para ocupar o cargo foi nomeado o economista Carlos Alberto Ribeiro de Xavier, cuja atuação profissional foi bastante destacada nas áreas da educação e cultura. Entretanto, neste caso, houve impetração de mandado de segurança por parte do Conselho Federal de Biblioteconomia para assegurar que a direção da biblioteca em Brasília seja ocupada por um bibliotecário (AÇÃO... 2017).

3.3 GESTÃO DA BIBLIOTECA NACIONAL: BREVE HISTÓRICO

Ao longo dos mais de 200 anos de existência, a Biblioteca Nacional do Brasil passou por diversas subordinações administrativas que demonstraram na prática a teoria de Lilia Schwarcz, que traremos em seguida, de que as bibliotecas são frágeis e passageiras – e ainda assim, de um simbolismo inegável. Desde o início da República e no começo do século XX, a Biblioteca Nacional prestava contas ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Com o desmembramento deste em 1930, a Biblioteca Nacional inaugura sua fase de subordinação ao Ministério da Educação – e Saúde, na época. O Ministério assim permaneceu até 1953, quando tornou-se Ministério da Educação e Cultura. A Biblioteca passou a pertencer à administração indireta em 1981, quando passou a integrar a Fundação Nacional Pró-Memória juntamente com o Instituto Nacional do Livro (INL). Em 1985 a Fundação sai dos auspícios da Educação e é transferida para recém-criado Ministério da Cultura (MinC), desmembrado do antigo MEC. Ali ficou até 1987, quando compôs a Fundação Nacional Pró-Leitura. Em 1990 uma nova fase administrativa é criada: por força de decreto, extingue-se o INL e a Biblioteca vira Fundação Biblioteca Nacional, entidade vinculada ao Ministério da Cultura, com duas bibliotecas subordinadas, além do recém-criado Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas.

A partir dos anos 70, ocuparam o posto maior de dirigente da Biblioteca Nacional doze pessoas, sendo que, nos últimos quarenta anos, apenas quatro bibliotecárias chegaram ao posto máximo da administração da Biblioteca – e nenhum profissional bibliotecário o fez desde 1990, quando a Biblioteca tornou-se uma Fundação. Foram Diretores-Gerais da Biblioteca Nacional a bibliotecária

Jannice Monte-Mór (12/5/1971-1979), o bibliófilo Plínio Doyle (10/5/1979-1982), a bibliotecária Celia Zaher (1/2/1982-1984), a também bibliotecária e ex-diretora do INL Maria Alice Barroso (22/3/1984-1989), sucedida por Lia Temporal Malcher (25/8/1989-6/7/1990) e Ronaldo Menegaz (16/7/1990-16/12/1990), interinamente, até a transição completa para o *status* de Fundação. Desde então, passaram pela Presidência da Fundação Biblioteca Nacional o escritor Affonso Romano de Sant'anna (1990-1996), Eduardo Portella, entre 1996 e 2002, Pedro Corrêa do Lago (2002-2005), o sociólogo Muniz Sodré (2005-2011) e o jornalista Galeno Amorim, no período 2011-2013. Entre 2013 e o afastamento da presidente Dilma Rousseff, em 2016, o cargo de Presidente da Fundação foi ocupado por Renato Lessa, cientista político e professor. Com a efetivação de Michel Temer na presidência da República, foi nomeada para a FBN a advogada e empresária Helena Severo.

Recentemente, novo Estatuto para a Biblioteca foi aprovado através do Decreto 8297, de 2014, e foi retirado do organograma da Fundação o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Este foi deslocado para a estrutura direta do Ministério da Cultura, subordinado ao Departamento do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, que em 2017 passou da Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural para a Secretaria de Economia da Cultura. Uma estrutura que deixa clara a intenção de vincular as bibliotecas públicas à cadeia produtiva do livro, e não à formação de cidadãos.

Conforme já coloquei na introdução deste trabalho, são consenso entre todas as gestões, desde as do século XIX, as dificuldades enfrentadas pela Biblioteca Nacional. As carências resumem-se na "tríade da falta": de espaço, de pessoal e de recursos financeiros. Todos os relatórios de gestão vindos a público[17], sem exceção, apresentavam queixas de seus diretores nesse sentido. Carvalho (1992, p. 41-42) coloca que a nomeação do frei Camillo de Monserrat, o primeiro bibliotecário[18] da Biblioteca Imperial e Pública da Corte, foi feita em busca de alguém "decidido a enfrentar os problemas estruturais da Casa e a falta de perspectiva cultural dos políticos, patenteada nos endêmicos cortes de verba e em descabidas interferências na vida interna e nas mais banais rotinas da Biblioteca".

---

[17] Os relatórios de gestão da Biblioteca Nacional foram publicados nos Anais da Biblioteca, com uma interrupção importante de 1943 a 1971, quando Jannice Monte-Mór retomou a prática de publicar os relatórios da Diretoria.

[18] Título da maior autoridade da Biblioteca no período de 1822 a 1889, quando então passou a chamar-se "Diretor", cargo que durou até a reforma administrativa de 1945.

Apesar de ter contado com a confiança do governo e, em particular, do conselheiro João Alfredo Correia d'Oliveira, responsável por sua nomeação, Ramiz Galvão também padeceu de graves problemas à frente da Biblioteca. Cite-se como exemplo seu testemunho, logo após ter sucedido o frei Camillo em 1870:

> segundo Ramiz Galvão, [frei Camilo de Monserrat] entregou-a [a Biblioteca] num estado de total decrepitude. Porém, esse estado não se devia a um mero descaso do religioso, que insistentemente solicitava melhorias para a instituição, mas aos parcos recursos disponíveis e às constantes negativas que recebia do Ministério do Império, diante dos pedidos que fazia. (CALDEIRA, 2015, p. 53)

Ele ainda deu declarações a respeito da liberdade que recebeu para gerenciar a instituição, além de outros rasgados elogios à postura do ministro d'Oliveira. Atribuiu a boa fase administrativa da biblioteca ao orçamento quintuplicado e à disposição do ministro para ouvir suas reclamações, delegando na medida certa a competência para resolver as questões institucionais. E pontuou: "O ministro não deixa de ser o diretor supremo dos serviços da sua pasta, por alhear de si atribuições mínimas e compartir a responsabilidade com seus delegados." (GALVÃO, 1884-1885, p. 129)

Foram notáveis também as gestões de Manuel Cícero Peregrino da Silva, o mais longo mandato da Biblioteca e responsável pela mudança para o prédio atual, e Rodolfo Garcia, atormentado por um "minguado orçamento" e pela "tortuosa fase" política em que se encontrava o país no intervalo entre a Revolução de 30 e o fim do Estado Novo em 1945. Segundo Carvalho, "o Governo não teve muita disposição para atender as reivindicasões [sic] da Biblioteca, por mais justas que fossem, uma vez que era a própria crise institucional do país o que mais o preocupava" (1992, p. 50). Contudo, o autor aponta também que Garcia falhou em sua gestão, deixando pouco a pouco de lado as tarefas administrativas e revelando "um certo cansaço" (CARVALHO, 1992, p. 50) na execução das tarefas técnicas e na organização interna. Na teoria do autor, tudo isso é reflexo da conjuntura maior do governo Vargas.

Além disso, outros problemas foram marcantes na história da gestão da Biblioteca, com ênfase particular na luta de décadas pela autonomia administrativa, conquistada em certa medida quando da transformação em fundação, em 1990. Enquanto algumas administrações foram marcadas por

questões trabalhistas, de conflito com os servidores, outras foram responsáveis pelo completo apagamento da atuação da Biblioteca – e consequente diminuição, ou esquecimento, da força de seu simbolismo. Nas palavras de Pedro Corrêa do Lago, Presidente da Fundação no período 2003-2005, “A Biblioteca tem uma marca muito boa, mas estava dormente” (VIANNA, 2004).

Apesar dos problemas críticos que as bibliotecas nacionais têm sofrido sistematicamente a partir da década de 70, conforme apontamos anteriormente, Fonseca (1979) entendeu que a responsabilidade pelos problemas enfrentados pela Biblioteca Nacional do Brasil não era sempre imputável aos seus diretores. Em suas palavras, “Culpados são, antes, os governantes e, especificamente, os Ministros da Educação” (FONSECA, 1979, p. 50). A despeito desta afirmativa contundente (e corroborada pela imprensa, como vimos na seção anterior), sabe-se que Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde do governo Vargas, tinha ideias muito claras quanto à “necessidade de desenvolver as bibliotecas brasileiras e na carência de pessoal convenientemente treinado para fazê-lo” (ODDONE, 2013, p. 78). Não faltou ao ministro compreensão do papel da Biblioteca Nacional no sistema de bibliotecas do país: foi dele a iniciativa de chamar Rubens Borba de Moraes para diagnosticar o estado da BN em 1945, ainda na gestão Rodolfo Garcia, o que levou ao famoso relatório que se manteve sigiloso durante anos, por demasiado escandaloso, e à reforma administrativa da instituição.

Ao mesmo tempo em que fazia a crítica dos ministros responsáveis pela BN, Edson Nery identificava uma nova fase para a Biblioteca Nacional: tratava-se da administração de Jannice Monte-Mór como Diretora-Geral da Biblioteca, que a 12 de maio de 1971 assumiu o cargo e pouco mais de um mês depois já tomava medidas para promover uma reforma administrativa na Biblioteca. A gestão de Monte-Mór foi tomada de tanta importância que Fonseca a classificou como “o acontecimento mais significativo [para a biblioteconomia brasileira] da década 70 (sic)” (FONSECA, 1979, p. 51). Não à toa, foi ele o principal responsável pela articulação da nomeação da bibliotecária, colega de escola de biblioteconomia e amiga íntima.

Permito-me neste momento uma digressão, um desenvolvimento de um raciocínio embasado no que já vimos até agora: se a Corte portuguesa era, como se sabe, francamente católica; se Dom João VI tinha tanto apreço por sua Livraria que a trouxe consigo quando veio para a então Colônia; se Dom Pedro I

pagou tão caro pelo acervo para mantê-lo no novo Império; se Dom Pedro II era um homem de letras, um estadista de renome, político querido e de boa figura no exterior, por que o apreço pela Biblioteca não estendeu-se politicamente quando veio a República? Por que a administração pública federal brasileira relega a Biblioteca Nacional – e a preservação de seu patrimônio cultural, consequentemente - a um segundo plano?

A navalha de Occam[19] nos vem à cabeça e suscita uma hipótese: conforme já vimos, bibliotecas eram símbolos de poder, de domínio cultural – e, no caso brasileiro, de afeto. A família real tinha afeição por sua biblioteca, fazia questão de tê-la por perto para contar com o acervo na educação dos príncipes. Com o passar do tempo, a imagem permaneceu consolidada, mas à transição dos regimes políticos, de monárquicos para republicanos, esqueceu-se de informar aos governos que as bibliotecas não se sustentam sozinhas. Como diz Lilia Schwarcz (2002, p. 418): "É porque na história das bibliotecas sempre se impôs esta mesma duplicidade: observadas internamente são frágeis e passageiras; vistas com maior distanciamento parecem indestrutíveis". Também se pode pensar na solução do lugar-comum: tornou-se corriqueiro o discurso de valorização do patrimônio sem, entretanto, efetivar-se a sua proteção. Sem os devidos recursos para o trabalho em um acervo – espaço, verba, pessoal, estudo, dedicação -, a dinâmica de uma coleção em constante desenvolvimento se converte em manutenção de um depósito estagnado.

O bibliotecário Edson Nery da Fonseca, já citado aqui diversas vezes, foi um dos críticos mais ferrenhos da situação da biblioteconomia brasileira, e da atenção prestada pela administração federal à Biblioteca Nacional. Em seu livro "Introdução à Biblioteconomia", cuja primeira edição é de 1992, ele já apontava que "[...] a omissão das autoridades explica por que nossa Biblioteca Nacional tenha passado por fases de esplendor e decadência", citando nomes como o do frei Camilo de Monserrate, Ramiz Galvão, Manuel Cícero Peregrino da Silva, Rubens

[19] Princípio lógico atribuído a Guilherme de Occam, que recomenda que se necessário escolher uma teoria para explicar algo, que se escolha a que implique o menor número de entidades necessárias à explicação. O princípio recomenda assim que se escolha a teoria explicativa que implique o menor número de premissas assumidas e o menor número de entidades. Em outras palavras, a explicação mais simples (que envolve o menor número de premissas e entidades envolvidas) tende a ser a mais correta.

Borba de Moraes e Jannice Monte-Mór como destaques na direção da Biblioteca, sendo os três últimos grandes administradores do século XX (2007, p. 58).

Edson Nery também foi um respeitado estudioso da obra de Gilberto Freyre e nos escritos do grande intelectual também encontrou críticas à Biblioteca Nacional:

> Em artigo publicado pela revista O Cruzeiro, o escritor Gilberto Freyre lamentava que a Biblioteca Nacional estivesse como que desencarnando em fantasma: “um fantasma do Rio de Janeiro dos dias do engenheiro Passos e do engenheiro Sousa Aguiar” (FONSECA, 1979, p. 41).

É também de Edson Nery, bibliotecário formado pela Escola de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional, o manifesto “Ser ou não ser bibliotecário”, publicado na década de 60. No documento, ele afirma “Não ser bibliotecário para silenciar diante de uma Biblioteca Nacional que é uma vergonha nacional [...]” (FONSECA, 1966, p. 2). Este documento foi um dos estopins para a CPI da Biblioteca Nacional, instalada pela Câmara dos Deputados em 1966. Sua redação, e de vários outros escritos da época, é fortemente pautada pelo corporativismo levantado pela promulgação da legislação que regulamentou a profissão de bibliotecário no país, editada alguns anos antes. Nesse período, era Diretor-Geral da BN o escritor Adonias Filho, com quem Edson Nery se envolveu em contenda pública nos jornais da época, como veremos mais adiante.

Feito esse recorrido panorâmico sobre a gestão da Biblioteca Nacional durante o século XX, vamos olhar com atenção para as duas gestões que nos interessam: as de Adonias Filho e Jannice Monte-Mór, o “leigo” e a “especialista” referidos no título deste trabalho.

4 DÉCADA DE 1960: ADMINISTRAÇÃO ADONIAS FILHO

O escritor baiano Adonias Aguiar Filho, nascido em Ilhéus em 1915, mudou-se para o Rio de Janeiro em 1936 e manteve sempre como atividades principais o jornalismo[20] e a produção literária. Suas primeiras contribuições ao serviço público deram-se na década de 50, quando foi nomeado diretor do Instituto Nacional do Livro (sucedendo Augusto Meyer no período 1954-1955) e, em seguida, do Serviço Nacional de Teatro. Durante sua gestão como diretor da Biblioteca Nacional, foi eleito para a cadeira 21 da Academia Brasileira de Letras (1965), vice-presidente da Associação Brasileira de Imprensa (1966) e nomeado membro do Conselho Federal de Cultura no ano seguinte.

Praticamente toda a década de 60 viu a Biblioteca Nacional administrada por Adonias Filho, escritor de orientação política francamente conservadora. Sua gestão sucedeu a do filólogo Celso Cunha e iniciou em 20 de fevereiro de 1961. Sua nomeação pelo então Ministro da Educação e Cultura Brígido Fernandes Tinoco, logo no início do curto governo de Jânio Quadros, foi comemorada na imprensa (por exemplo, por MEIRA, 1961, p. 2) como “garantia de uma administração correta e inteligente”. A Associação Brasileira de Bibliotecários recebeu com “excelente acolhida” o nome de Adonias, “por certo de uma inteligência, de um saber e de uma determinação esclarecida, postos ao serviço da causa mesma que anima a entidade...” (PIEDADE, 1961). O novo diretor tratou de comunicar amplamente a posse no novo cargo e recebeu numerosas correspondências de congratulações, notadamente de colegas de repartições públicas e representantes da classe editorial.

Durante a gestão, contudo, não deixou de lado suas atividades como tradutor e crítico literário, publicando críticas em diversos periódicos como na revista O Cruzeiro e no Diário de Notícias, e produzindo literatura[21]. Sua condição de escritor e jornalista, aliás, foi o que lhe garantiu maior número de citações em jornais e revistas no período: a revista O Cruzeiro só citou sua posição de diretor da

---

[20] Profissão que só veio a ser regulamentada em 1969, quando passou a exigir o curso superior em Jornalismo para exercício. Não foi localizado registro de que Adonias Filho tenha concluído qualquer curso superior, posto que iniciou os estudos de Jornalismo em Salvador, em 1934, e se transferiu para o Rio de Janeiro em 1936, onde iniciou prontamente carreira jornalística de colaboração em jornais da então Capital.

[21] Durante o período em que esteve na Biblioteca Nacional, Adonias lançou três romances, dois ensaios, um volume de novelas e um de crítica literária.

Biblioteca Nacional uma vez, em 1964, dizendo que “O escritor Adonias Filho, Diretor da Agência Nacional e da Biblioteca Nacional, resolve seu problema [de falta de tempo para o ofício de escritor] da seguinte maneira: escreve na Agência Nacional e lê na Biblioteca. É claro.”[22] (ANCHIETA, 1964, p. 117). Uma outra citação a ele como diretor foi feita em 1968, em matéria de página inteira no Jornal do Brasil, falando sobre a nova rotina de identificação de leitores adotada na Biblioteca, o problema da falta de espaço para o acervo e a Divisão de Bibliopatologia, responsável pela conservação dos livros (IDENTIFICAÇÃO..., 1968).

A gestão de Adonias Filho foi muito controversa, sendo criticada ferozmente pela classe bibliotecária depois da regulamentação da profissão, através de lei promulgada em 1962 e regulamentada por decreto em 1965. Como já colocado na introdução deste trabalho, a redação da lei 4084/62 torna exclusivo dos bacharéis em Biblioteconomia o uso do título de bibliotecário e dispõe sobre as atribuições dos profissionais, informando que compete aos bibliotecários, dentre outras tarefas, a direção e administração de bibliotecas. Entretanto, é necessário salientar novamente que, ao contrário de outras legislações regulamentadoras como, por exemplo, as do exercício da advocacia, da psicologia, da medicina ou mesmo da contabilidade, em lugar algum as atribuições estão explicitamente colocadas como privativas ou exclusivas dos bibliotecários. A interpretação corporativista da legislação, contudo, vem sendo a bandeira da atuação dos Conselhos de Biblioteconomia desde então e até hoje a questão, como vimos, parece dividir o corpo técnico das bibliotecas em “os bibliotecários” e “os outros”, supostamente incompetentes para exercer as tarefas “de bibliotecário”. Veremos posteriormente que o grande porta-voz desse ponto de vista foi o bibliotecário Edson Nery da Fonseca, que aproveitou seu espaço na imprensa para divulgar abertamente o posicionamento.

Amigo de Golbery do Couto e Silva, Adonias permaneceu à frente da Biblioteca Nacional durante os mandatos de Jânio Quadros, João Goulart (Jango), Castello Branco e Costa e Silva (além dos dois mandatos interinos de Ranieri Mazzilli), mesmo com todas as turbulências e mudanças de orientação política que a administração federal sofreu durante esse tempo. Foi durante seu período na BN,

---

[22] A Agência Nacional foi criada no governo Vargas como agência de notícias do governo, sendo substituída pela Empresa Brasileira de Notícias em 1979 e, posteriormente, pela Agência Brasil, dentro da Empresa Brasileira de Comunicações, no governo Collor.

em 1966, que Edson Nery da Fonseca publicou o já citado manifesto “Ser ou não ser bibliotecário”, em que tachava a Biblioteca de “vergonha nacional” – e obteve grande repercussão com isto, como veremos. No mesmo ano, o professor Afrânio Coutinho publicou sua réplica ao manifesto, sem, no entanto, citar textualmente o texto a que se reporta. Coutinho sai em defesa da instituição, dizendo que se trata de um “orgulho nacional”, salientando que “há um abismo entre reconhecer-lhe as falhas e considerá-la uma vergonha nacional”. Na busca por responsáveis pela situação em que a instituição se encontrava, Coutinho arrolou como causa a “mudança criminosa da capital para Brasília”, o que fez com que o Rio de Janeiro perdesse prestígio e seus órgãos governamentais, os recursos a si destinados. E pleiteou a transformação da Biblioteca Nacional em instituição autônoma ou fundação[23], para impedir o “emperramento burocrático, agravado pelo isolamento de Brasília, que os reduzirá cada vez mais à impotência e ao marasmo” (COUTINHO, 1966, p. 4).

É importante lembrar que o momento político brasileiro era bastante tenso desde o início da década de 60. Apenas sete meses depois de assumir a Presidência da República, em 1961, Jânio Quadros renunciou, atribuindo a “forças terríveis” de oposição a motivação para o ato. Na ocasião, o vice-presidente eleito, João Goulart, estava em missão oficial na China; assumiu portanto, interinamente, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. Percebendo a intenção do Congresso Nacional de não empossar o vice em seu retorno ao país, Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, iniciou a Campanha da Legalidade, para garantir que o devido processo democrático seja cumprido na sucessão presidencial. A posse foi garantida através de acordo entre situação e oposição, estabelecendo-se um regime parlamentarista com Jango como chefe de estado. Contudo, em plebiscito realizado em 1963, o regime presidencialista foi pedido pelo povo e João Goulart foi empossado presidente do Brasil, num momento conturbado para a política interna e externa que gerou fortes reações da ala mais conservadora da sociedade.

Em abril de 1964, o descontentamento dos tradicionalistas atingiu seu ápice e os militares tomaram o poder executivo, depondo o presidente eleito João

[23] A mudança da capital para Brasília virá a ser apontada como um problema para a gestão da BN durante os depoimentos à CPI da Biblioteca Nacional, como veremos posteriormente. O tema do isolamento de Brasília voltará à baila no cenário nacional; recentemente, alguns cronistas apontam que o afastamento da capital favorece a impunidade (MENDES, 2017). Quanto ao tema da natureza jurídica da Biblioteca Nacional, sabemos que só foi resolvido (e insatisfatoriamente) em 1990, quando ela se tornou fundação.

Goulart, que se exilou no Uruguai, e empossando o general Castello Branco. Ato contínuo, para ratificar a seriedade da ação militar, a Junta Militar, capitaneada pelo general Artur da Costa e Silva, assina o Ato Institucional 1, cujos primeiros efeitos foram a instalação de eleições indiretas para a Presidência e a cassação dos direitos políticos de 102 cidadãos – 41 deles deputados federais, incluindo Leonel Brizola, Rubens Paiva, Plínio de Arruda Sampaio e Osny Duarte Pereira, o único magistrado cassado no período. Um ano e meio depois, em outubro de 1965, o Ato Institucional 2 deu mais um golpe na já combalida democracia e acabou com o pluripartidarismo até então vigente, permitindo a filiação somente a um dos dois partidos restantes: a Arena (Aliança Renovadora Nacional), partido do governo, e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), partido de oposição. O truculento período da ditadura militar brasileira ainda perduraria por duas décadas, sendo encerrado com a eleição indireta de Tancredo Neves em 1985.

Infelizmente, não há registros de relatórios de Adonias Filho como diretor geral da Biblioteca Nacional nos primeiros quatro anos de sua gestão (1961-1964) – coincidentemente ou não, o período imediatamente anterior a sua eleição para a Academia Brasileira de Letras. Há registro da criação de um grupo de trabalho, instituído pela Portaria n. 211, de 22 de maio de 1961, que contava com o diretor-geral Adonias Filho, João Stavola Porto, diretor da Divisão de Circulação, mais os bibliotecários Manoel Adolpho Wanderley e Hélio Gomes Machado. A portaria dá a entender que o grupo deveria trabalhar no sentido de subsidiar uma reforma para a autonomia administrativa que, como veremos, não se realizou.

Em 1962, como já sabemos, foi promulgada a legislação que regulamentou a profissão de bibliotecário. Foi o estopim para o início de uma "cruzada" da classe para que um técnico assumisse a direção da Biblioteca Nacional, contrariando, como vimos, a opinião pública da Associação Brasileira de Bibliotecários, que havia acolhido Adonias Filho tão calorosamente, com tanta certeza de sua iminente contribuição. A polêmica foi incrementada pela criação, no ano anterior, do Sistema Nacional de Bibliotecas[24] - uma primeira tentativa do que veio a ser o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, efetivado na década de 90.

[24] Decreto n. 51223, de 22 de agosto de 1961, que cria o Sistema Nacional de Bibliotecas no âmbito do Ministério da Educação e Cultura. Em seu art. 8, prevê que "O Serviço Nacional de Bibliotecas será administrado por um Bibliotecário na qualidade de Diretor, e os setores por Chefes, também Bibliotecários". O decreto foi revogado em 1990, quando da promulgação de nova estrutura regimental do MEC. Dois anos depois, foi criado o SNBP dentro da estrutura da FBN.

Em 1963, provavelmente impulsionado pela regulamentação da profissão de bibliotecário, o sempre polêmico Edson Nery da Fonseca publicou nota no suplemento literário do Diário de Notícias, saudando a necessidade do “diploma de bibliotecário” para dirigir o Sistema. E completou: “Os escritores que desejarem continuar dirigindo órgãos governamentais desta natureza eminentemente técnica, que façam o curso de biblioteconomia. Não queiram ocupar cargos sem assumir os respectivos encargos” (FONSECA, 1963, p. 1). Obviamente, a referência era a Adonias Filho. Chama a atenção no decreto o caráter cooperativo do Sistema, que parece ser fortemente influenciado pelas ideias que Lydia Sambaquy implantara no SIC na década de 40.

O primeiro relatório de atividades encontrado da gestão Adonias data de 14 de fevereiro de 1966, e se refere ao exercício de 1965; nele, o diretor se refere a relatórios anteriores em que “dificuldades de toda ordem” no cumprimento da missão da Biblioteca já foram apresentadas e não só não foram resolvidas como continuam se agravando. E completa:

> É por isto, Senhor Ministro, que tomo a liberdade de chamar a atenção de V. Excia. para o constante e infalível apelo contido em todos os relatórios das Seções – e que se repetem através dos anos – para que sejam dadas as providências no sentido de serem sanados os principais déficits da Biblioteca Nacional: a crescente e dramática <u>falta de espaço</u> para conter o desenvolvimento natural dos serviços [...]; a <u>deficiência das verbas</u> para aquisição de obras, para a publicação dos trabalhos, para a compra de material [...], e para os serviços de rotina indispensáveis [...]; a <u>falta de pessoal</u> especializado nas diversas funções (o ofício BN n. 237/65 [...] solicita a ampliação de lotação da Casa; a necessidade urgente de obras e consertos [...], necessidades já demonstradas em diversos ofícios às repartições competentes, mas que até hoje não foram devidamente atendidas. (AGUIAR FILHO, 1966. Grifo meu para a “tríade da falta”)

De lavra do próprio Adonias há muito pouco no volume, que é basicamente uma compilação dos relatórios dos diretores das divisões e dos chefes das seções, precedido por uma página e meia de texto de apresentação e alguns quadros estatísticos. Informou o relatório que a Biblioteca envidou esforços para retomar a prática de identificar os leitores através de cartão, atendendo quase 7 mil pessoas no seção de Obras Gerais. Em termos de representação da BN, chama a atenção o relatório da Divisão de Música, redigido por Mercedes Reis Pequeno, responsável por montar sozinha a seção apenas cinco anos antes, a pedido do

então diretor Eugênio Gomes. A bibliotecária e musicóloga já estava engajada nos trabalhos de colaboração com a International Association of Music Libraries, Archives and Documentation Centres (IAML), tentando estabelecer no Brasil o Repertório Internacional de Fontes Musicais (RISM), um dos quatro repertórios bibliográficos mais importantes na área de musicologia.

Em janeiro de 1967 Adonias enviou ao Ministro, "para cumprir as determinações regulamentares", o relatório das atividades de 1966. Uma vez mais, sua redação foi sucinta, apresentando em menos de quatro páginas o extenso calhamaço apenso dos relatórios recebidos dos diretores e chefes de seção subordinados. Nota-se que ele mesmo referenciou, como no ano anterior, as informações "contidas nos relatórios dos Chefes de Seção e dos Diretores das Divisões" – ou seja, não assumiu diretamente as reivindicações como suas, apenas repassou as dos subordinados. Informou já de saída que a Biblioteca vinha

> enfrentando grandes dificuldades (pela <u>insuficiência impressionante de pessoal, material e verbas</u> – insuficiência clamorosa já apontada nos relatórios dos exercícios anteriores, e que se constitui a tônica invariável e permanente das queixas e reivindicações contidas nos relatórios dos Chefes de Seção e dos Diretores das Divisões que compõem a Biblioteca Nacional) [...] (AGUIAR FILHO, 1967, p. 1. Grifo meu para a "tríade da falta")

Salientou, em particular, o pedido de ampliação do quadro de pessoal para 533, alegando que os 271 funcionários existentes não eram nem suficientes nem adequadamente qualificados para as tarefas que cumpriam. Também ressaltou que, dos vários pedidos de obras e reparos realizados, apenas dois foram executados, e acrescentou uma lista de dezessete reivindicações urgentes, como a reforma do quadro elétrico e instalação de cortinas para proteção solar. Para dar certo relevo às atividades que, como de praxe, a Biblioteca continuava executando com plena competência, colocou ele (sem citar números, já que os relatórios na íntegra estavam apensos) um destaque qualitativo ("vulto impressionante dos trabalhos de rotina", "importância do trabalho meticuloso", "eficiência dos serviços", "paciente trabalho de pesquisa", "relevante obra didática e cultural"), mas meramente burocrático, de cada uma das divisões da Biblioteca, não esquecendo dos Cursos de Biblioteconomia, até então existentes na estrutura da casa.

Ao final, ressaltou ele que a Biblioteca sofria de “problemas maiores” que motivaram a CPI da Biblioteca Nacional, “com enorme repercussão na imprensa do país”, e cujo relatório ele apensou ao seu ofício, informando que pretendia iniciar as providências requeridas no ano que começava. Ao final das vistas de seus relatórios, falarei com mais profundidade deste importante evento.

É curioso perceber que o diretor-geral deu por encerrado o exercício de 1967 ainda em novembro, ao encaminhar o relatório anual de atividades ao Secretário-Geral do Ministério no final deste mês. Não deixa de ser um pouco chocante perceber que o relatório foi inteiramente replicado do relatório do ano anterior. Caso não houvessem pequenas alterações, como o destinatário (já que o relatório do exercício 1966 foi encaminhado ao Ministro), o número de funcionários (aumentado em um) e as datas, e ele não tivesse sido totalmente redatilografado, poder-se-ia dizer que era o mesmo documento[25].

Como reflexo da CPI, apenas se descobre que ocorreu a criação de um “Grupo de Trabalho Preparatório para a Reorganização da Biblioteca Nacional” (AGUIAR FILHO, 1967a), instituído pela Portaria BN n. 27, de 6 de abril de 1967. Sobre este grupo e os resultados do trabalho, não há muita documentação disponível. Os dois relatórios de atividades encontrados, um datado de maio de 1968 e outro de novembro do mesmo ano, são extremamente sucintos e dão conta, basicamente, da realização de um grande inventário físico e de fluxos e atividades da Biblioteca. Numa tentativa de divulgar o esforço, o grupo também relatou que vinha redigindo uma série de notas intitulada “A Nova Face da Biblioteca Nacional”, que foi publicada na revista Cultura.

O exercício de 1968 foi relatado ao Ministro em ofício datado de 30 de janeiro de 1969. A redação insistiu:

> Embora – e é lamentável deveras – a tônica constante em todos os nossos relatórios nos anos que se sucedem, seja a observação das grandes dificuldades com que nos defrontamos pela <u>insuficiência de pessoal, espaço e verbas</u>, para o andamento dos serviços, embora esperando com este permanente déficit, podermos assegurar, Senhor Ministro, que – a exemplo dos anos anteriores – os trabalhos de rotina foram o melhor possível cumpridos, honrando a tradição

[25] A título de curiosidade, o texto também incorporou alterações ortográficas que só viriam a ser oficializadas em 1971, na reforma ortográfica. É possível que Adonias Filho tivesse tomado contato com o Projeto de Lei 504, de 1967, que propunha a alteração do formulário ortográfico e veio a se tornar a Lei 5765/71.

> desta Casa, orgulho do patrimônio cultural do Brasil (AGUIAR FILHO, 1969, p. 1. Grifo meu para a "tríade da falta")

Embora ainda sucinto, com as tradicionais quatro páginas antecedendo os relatórios apresentados pelas Divisões, neste ano o Diretor-Geral apresentou um relatório mais detalhado, trazendo alguns números mais técnicos e ressaltando a terceira participação da bibliotecária Mercedes Reis Pequeno no Congresso da IAML, desta vez realizado em Nova Iorque. Na ocasião, ela ocupava o posto de vice-presidente da associação, num esforço de representação internacional da Biblioteca e do país que não se reflete nas atividades relatadas pelo diretor-geral.

O último relatório localizado da gestão de Adonias Filho, do ano de 1969, fugiu do padrão dos relatórios anteriores. Aparentemente, não foram enviados apensos os relatórios dos diretores subordinados: apenas o texto de quatro páginas que apresentou "condensadas ao máximo" as "dificuldades gerais – crônicas, aliás, pois já constam dos relatórios dos anos anteriores" (AGUIAR FILHO, 1970). A redação difere substancialmente dos outros relatórios. Repetindo as reclamações dos anos anteriores, os três primeiros itens apontados referem-se à "tríade da falta", então indicadas como "déficit de pessoal" (341 servidores, contra os 533 solicitados por ofício em 1965)[26], "carência de espaço" ("talvez a dificuldade mais dramática com que os diversos serviços se defrontam") e "exiguidade de verba" (um "velho problema"). Nas duas páginas seguintes, o diretor relata "resumidamente, como foi solicitado" as realizações do ano, trazendo um apanhado de fatos e números sobre as atividades da Biblioteca, apontando também um marco importante na história da BN e do ensino de biblioteconomia: neste ano, os cursos de Biblioteconomia foram transferidos para a recém criada Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara (Fefieg), o embrião da atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio).

É importante destacar, contudo, que os relatórios dos diretores continuam arquivados no conjunto e trazem dados importantes; em especial o da chefe da Divisão de Administração, Marina de Barros Roxo, trouxe uma breve informação sobre os primeiros impactos da implantação efetiva da reforma administrativa prevista no Decreto-Lei 200, de fevereiro de 1967, cuja redação foi

---

[26] Quase cinquenta anos depois, a lotação efetiva do quadro de servidores da FBN continua praticamente a mesma: o Relatório de Gestão de 2015 apontou 376 cargos efetivos ocupados, de 555 autorizado (FUNDAÇÃO..., 2015).

alterada pelo Decreto-Lei 900, de 29 de setembro de 1969. Este último, em particular, lido nos dias atuais, causa bastante incômodo. Sob as disposições do Ato Institucional n. 5, do ano anterior, os signatários deste decreto-lei são os ministros militares, e não o Presidente. A observação principal de Marina Roxo diz respeito ao ônus da implementação do decreto, que descentralizou atividades administrativas, delegando à BN tarefas anteriormente executadas no próprio MEC sem que, contudo, a Biblioteca tivesse estrutura para tanto.

Não foi localizado relatório de gestão para o ano de 1970, o último da administração de Adonias Filho. Em junho daquele ano, o Correio da Manhã publicou editorial intitulado “Um tesouro em risco”, pedindo a atenção do ministro Jarbas Passarinho para a conservação da Biblioteca e citando problemas como instalações “superadas” e “insuficientes”, a abnegação dos funcionários que trabalhavam com “magros salários” e o “permanente ataque de seus inimigos naturais, a umidade, o mofo...” (UM TESOURO..., 1970, p. 2). Nenhuma novidade, se considerarmos tudo o que vimos relatado nos documentos administrativos. O escritor pediu exoneração do cargo em janeiro de 1971.

Mas nem só de dificuldades viveu a gestão Adonias. No arquivo de correspondência do período, composto de mais de mil peças guardadas na Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional, há algumas cartas curiosas. No meio da imensa maioria de ofícios e cartas trocados com o MEC, pedidos de doações, convites e cartas sociais, o ano de 1965 foi aquele em que Adonias Filho recebeu um pedido de autorização para “estacionar” dois carrinhos de sorvete Kibon nos jardins da Biblioteca; negou um pedido de realização de um desfile de moda no salão da divisão de Manuscritos (para o qual a BN “só” precisaria oferecer o espaço e cadeiras para o público) e leu os agradecimentos de uma turminha de alunos de 4. ano que esteve em visita à Biblioteca e gostou muito. Um pequeno alívio para o ano vindouro, em que aconteceria a CPI.

4.1 A CPI DA BIBLIOTECA NACIONAL

Em 28 de junho de 1966, onze dias depois da publicação do manifesto de Afrânio Coutinho que admitiu as falhas da BN em resposta ao libelo de Edson Nery da Fonseca, a Câmara dos Deputados publicou a Resolução 200/66, que criou Comissão Parlamentar de Inquérito para “investigar as atuais condições em que se

encontra a Biblioteca Nacional e se está atendendo as finalidades que inspiraram sua criação" (BRASIL, 1966, p. 4124). A CPI era presidida pelo deputado Newton Carneiro, tendo como vice-presidente o deputado Aderbal Jurema e relator o deputado Hamilton Nogueira. Assinaram o pedido de constituição da CPI 145 deputados; dentre eles, o integralista Plínio Salgado, o futuro líder da campanha das Diretas, Ulysses Guimarães, e o ex-Presidente da República Ranieri Mazzilli. Salgado foi inclusive indicado pelo seu partido, a Arena, para compor a Comissão e chegou a presidir a sessão de instalação do órgão. Brígido Tinoco, ex-Ministro responsável pela nomeação de Adonias Filho para a direção geral da BN, assumira como suplente o mandato de deputado federal alguns meses antes, mas não se manifestou para a abertura da CPI. Licenciado para tratar de interesses particulares, Gustavo Capanema, ex-ministro da Educação e nome fortemente ligado às questões do patrimônio cultural e das bibliotecas, também não consta dos autos. Além dos já citados Newton Carneiro, Plínio Salgado, Aderbal Jurema e Hamilton Nogueira, compunham a Comissão pela Arena os deputados Luna Freire, Pedro Vidigal e Arnaldo Nogueira; pelo MDB, foram membros da Comissão Odilon Ribeiro Coutinho e Teófilo de Andrade.

Já na segunda sessão da CPI, o Presidente da Comissão mandou juntar aos autos o artigo de Afrânio Coutinho e convocar para depoimentos Adonias Filho, Augusto Meyer[27] (então Diretor do INL), Lydia Sambaquy (então professora do curso de Biblioteconomia da BN, já ex-presidente do IBBD). Também deliberou-se pelo chamamento, como testemunhas, de Josué Montello, Antônio Caetano Dias (presidente da Associação Brasileira de Bibliotecários), Afrânio Coutinho e Edson Nery da Fonseca. Pediu-se a inclusão de relatórios dos três últimos Diretores (a saber, os jornalistas Eugênio Gomes e Elysio Condé e o filólogo Celso Cunha) e dos artigos escritos por Rubens Borba de Moraes e Rodolfo Garcia sobre o problema bibliográfico nacional. Augusto Meyer não compareceu por razões de saúde e pediu para responder quaisquer esclarecimentos por escrito, o que lhe foi negado de acordo com as normas processuais.

Em 17 de agosto de 1966, ocorreu a primeira sessão de depoimentos. O Presidente da CPI, Newton Carneiro, chamou a atenção para os objetivos da

[27] O gaúcho Augusto Meyer (1902-1970), poeta e ensaísta, foi diretor da Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul entre 1930 e 1936. Organizou e dirigiu o INL nos períodos 1937-1954 e 1961-1968. Foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1960.

Comissão, que visava, “sobretudo, chamar a atenção dos parlamentares e eventualmente da administração pública brasileira para esse aspeto [sic] importante da vida nacional.”, lembrando a responsabilidade do país diante de sua posição na América Latina (BRASIL, 1966-67, p. 324). Newton Carneiro queria também estabelecer a Biblioteca Nacional como pauta permanente da cultura nacional. Adonias Filho, Diretor Geral da Biblioteca, foi ouvido nesse dia como depoente na CPI, levando consigo extensa documentação com estatísticas e dossiês sobre a Biblioteca Nacional, em particular sobre a necessidade de reparos no prédio. Levou, inclusive, cópia dos esclarecimentos relativos ao requerimento de informações n. 4329, de 1965, da Câmara dos Deputados, em que se manifestou sobre o estado “bastante precário” das instalações da Biblioteca, o quadro de pessoal “por demais deficiente”, contando então com apenas 270 funcionários, o não funcionamento dos sistemas de combate a incêndio e de ar condicionado. Citou também projeto de lei encaminhado pelo Presidente Juscelino Kubitschek ao Congresso em 1960, que previa a concessão de autonomia administrativa à BN.

Especificamente quanto ao estado de conservação do acervo, Adonias Filho trouxe documento emitido pelo sr. Helio Machado, Diretor da Divisão de Circulação, que escreveu que a deterioração do material da BN ocorria em virtude de três fatores principais: ação do tempo, da infiltração de água das chuvas, e do excessivo manuseio pelos leitores, por vezes culminando em “mutilação criminosa” dos exemplares[28] (BRASIL, 1966-67, p. 53). Assinalou, também, que previa um máximo de seis anos de atividade até o esgotamento da capacidade de estocagem dos armazéns de obras gerais, situação já ocorrida no armazém de periódicos. Adonias Filho também fez anexar aos autos da CPI documento datado de 1961, encaminhado ao Diretor da Divisão de Obras do MEC, em que estipulava-se a ordem das obras em andamento e programadas para o prédio sede da Biblioteca, que incluía solicitações feitas desde o ano de 1957. A mesma lista de providências foi repetida em novo ofício, para o mesmo destinatário, em março de 1962 e março de 1963, com o realce de fazer constar que tais providências foram “consideradas indispensáveis ao bom funcionamento dos serviços desta Casa” (BRASIL, 1966-67, p. 60).

[28] Contrariando, como vimos, a missão de preservação das bibliotecas nacionais.

Outro dos documentos apresentados por Adonias Filho era um ofício destinado ao Ministro da Educação e Cultura, Darcy Ribeiro[29], datado de 1962. No documento o diretor aborda a crise de espaço para armazenamento de acervo, informando que o problema afetava “em maior ou menor escala, todos os serviços desta Casa” (BRASIL, 1066-67, p. 63). E pedia atenção à questão, já levantada há quase uma década, da necessidade imperiosa de construção de um prédio anexo para a Biblioteca. Incluiu também documentos emitidos ao longo dos seus primeiros anos na Direção da BN, solicitando providências que hoje soam mais ou menos comezinhas, como a instalação de rede interna de telefonia, conserto de portas, de colunas do saguão central e a colocação em funcionamento do sistema de ar condicionado, já instalado na ocasião e sem condições de operação por conta da deficiência da rede elétrica.

Sucessivos ofícios no decorrer dos anos 1961-1965, apensos aos autos do processo, mostram que Adonias Filho foi repetitivo em seus pedidos, solicitando recorrentemente providências para os mais diversos reparos no prédio. Pela repetição, deduz-se que nenhum dos pedidos foi atendido com a devida presteza, sendo reiterados, por vezes, ao longo de anos a fio. Os problemas específicos com fornecimento de água e infiltrações ganharam força a partir de 1965, quando foi pedida revisão da rede distribuidora de água, as chuvas causaram danos no prédio e houve falha sistemática no fornecimento de água (Of. BN 255/65, destinado ao Representante do MEC no Estado da Guanabara. BRASIL, 1966-67, p. 80).

Adonias Filho também tratou de incluir nos documentos que apresentou à Comissão a extensa lista de instituições com que a Biblioteca Nacional fazia permuta de material bibliográfico, e correspondência trocada com os mais diversos órgãos em virtude das atividades de difusão cultural do acervo da Biblioteca, em especial exposições. Com isso, provavelmente quis ressaltar o papel de representatividade cultural que a BN exercia, apesar de todas as dificuldades estruturais. Divulgou também relatório de M. Wanderley Ferreira, Chefe da Divisão de Aquisição, que denunciava as graves condições em que a divisão operava: falta de espaço, conservação e limpeza ineficientes por conta da falta de pessoal,

[29] Darcy Ribeiro (1922-1997), antropólogo, escritor e político de notável atuação progressista. Foi, dentre outras realizações, um dos responsáveis pela criação da Universidade de Brasilia, Ministro da Educação em breve período do governo João Goulart (1962-1963) e vice-governador do Estado do Rio de Janeiro (1983-1987). Foi eleito para a Academia Brasileira de Letras em 1993.

mobiliário precário, atraso no trabalho, falta de verba. Ferreira manifestou-se pontualmente:

> Somos de opinião, Sr. Diretor, que se tratando de verba destinada a uma instituição cultural, como é a Biblioteca Nacional, não deveria a mesma sofrer reduções ou cortes, cujo efeito é, como não poderia deixar de ser, desastroso, extremamente prejudicial ao interesse do rico patrimônio desta Casa (BRASIL, 1966-67, p. 202).

Este relatório foi endossado por outros, elaborados a pedido para a ocasião, começando pelo já citado do senhor Helio Machado, Diretor da Divisão de Circulação. Além de indicar os problemas críticos de conservação do acervo, o diretor apontou como necessidades mais prementes da Divisão a melhoria da iluminação e o conserto dos elevadores internos e da rede de telefonia. Indicou que a produtividade da Divisão estava prejudicada pela falta de pessoal e de material, e também se mostrou favorável à construção de um anexo para a BN como "solução definitiva" para o problema do espaço de armazenamento. Por fim, chamou a atenção para a interessante questão que se levantava e que configurava, segundo ele, "séria ameaça" para o patrimônio bibliográfico: a Library of Congress estava em vias de instalar escritório no Brasil, para captação de coleções de material bibliográfico nacional. Previu ele "amplo sucesso para os objetivos daquela agência, por dois motivos simples: 1. Recursos para superação de nossas ofertas; 2. Forma rápida de pagamento, sem delongas e complicações burocráticas". (BRASIL, 1966-67, p. 210).

Wilson Louzada, então Chefe da Divisão de Publicações e Divulgação, também emitiu seu relatório a pedido de Adonias Filho; no documento, destacou as necessidades de incremento no quadro de pessoal – razão pela qual os serviços encontravam-se "em permanente regime deficitário" -, problemas materiais, como falta de espaço e de iluminação, e carência orçamentária. Este último problema, segundo ele, constituía "ponto crucial" do relatório, já que o orçamento destinado à Divisão nos anos anteriores estava "inteiramente fora da realidade" (BRASIL, 1966-67, p. 214). As mesmas queixas repetiram-se nos sucintos relatórios de Francisco Pereira da Silva, Diretor da Divisão de Catalogação, e de Paulo Mendes Campos, Diretor da Divisão de Obras Raras e Publicações. O relatório da Divisão de Bibliopatologia apontou ainda outro problema: o do desvio de funções, que fazia com

que um mensageiro, nível 1, que possuía o curso de medicina, prestasse serviço de biólogo.

Também foi juntada documentação que mostrou as reiteradas iniciativas de Adonias Filho junto ao MEC, pedindo que encaminhasse projeto de decreto para atualização da legislação referente ao depósito legal. Com efeito, a devida atualização da legislação, como sabemos, só se deu quase quarenta anos depois, com a promulgação da Lei 10.994 de 2004. O próprio Presidente da Comissão, Newton Carneiro, afirmou durante a sessão que testou a efetividade do depósito legal, buscando obras editadas no Paraná, e não encontrou quase a metade delas; dito isso, concluiu, genérica e simplesmente, que o depósito legal não funcionava.

Em seu depoimento, Adonias Filho deu declarações contundentes antes de suavizar a situação. Por exemplo, afirmou que a BN

> por negligência ou omissão dos governos, das prefeituras do hoje Estado da Guanabara, teve a sua finalidade imediata e fundamental corrompida, isto é, a finalidade de biblioteca nacional, sendo forçada, por exigência social, a aceitar a finalidade de biblioteca pública (BRASIL, 1966-67, p. 325).

Criticou ainda o prédio, então com 56 anos de uso, dizendo que era "um edifício velho, estragado, embora de construção muito forte, muito rígida". E apontou os problemas:

> Chove, há infiltração de água, porque não há impermeabilização do teto; não há serviço de assistência material para eliminar essas deficiências, essas condições do prédio. E por que não há? Este é o problema que eu considero sério, o único problema, o grande, o fundamental problema da Biblioteca Nacional, porque não há, absolutamente, autonomia administrativa e financeira. (BRASIL, 1966-67, p. 326)

Com isto, quis ele dizer que para resolver qualquer problema – de contratação de pessoal a troca de lâmpadas – dependia de órgãos externos, das Divisões do Ministério da Educação ou de outros órgãos federais[30]. Apesar da extensa lista de reclamações, Adonias Filho eximiu os ministros da Educação do problema, dizendo que eles "não têm medido esforços e interesse no sentido de

[30] Como vimos em seus relatórios, a situação mudou com o Decreto-Lei 200, editado no ano seguinte.

sanar o problema, sem o menor êxito" (BRASIL, 1966-67, P. 326). E generalizou a situação de penúria que vivia a Biblioteca, estendendo o quadro às demais instituições culturais federais como o vizinho Museu de Belas Artes e o Museu Nacional. Foi adiante: isentou também os Presidentes da República, colocando no ar uma questão insolúvel. "...a situação permanece. Por quê?" (p. 326). Realmente, é de se questionar – e também vale o questionamento: por que isentar tudo e todos dos problemas da instituição? Disse o diretor que, das vinte providências que pediu à Divisão de Obras do MEC para solucionar em 1961, apenas uma foi solucionada até o momento da CPI, a despeito de suas sucessivas solicitações: o reparo dos jardins da entrada da rua México. Por quê?

O ex-diretor Celso Cunha foi ouvido durante quatro horas pela Comissão no dia 23 de agosto de 1966. Apresentou relatório sucinto de sua gestão, ocorrida entre 1956 e 1960. No documento, apontou que em sua gestão ocorreu impermeabilização do prédio e obras de restauro, reforma da rede elétrica e telefônica. Indicou falta de pessoal, envolvido em "esforço extraordinário" para manter a casa funcionando, mas relatou haver obtido aumento de verbas durante sua gestão, praticamente quadruplicando o montante nos cinco anos em que esteve à frente da Biblioteca (BRASIL, 1966-67, p. 264). Ao final, pontuou o relato com quatro reivindicações: aumento gradativo de orçamento, duplicação do quadro de pessoal, ampliação do espaço e autonomia administrativa.

Perguntado pela Comissão se considerava que a Biblioteca Nacional estava em crise, respondeu: "Acho que ela sempre esteve em crise, porque enfrenta, entre outros, o problema da umidade do Rio [...] O correr do tempo demonstra o descaso do Governo em relação à Biblioteca Nacional, descaso natural [...]" (p. 365). Comentou que era preciso prestígio político aos diretores da BN, porque "um diretor que não disponha daquela amizade pessoal, da convivência pessoal do Ministro e mesmo do Presidente da República, dificilmente administra" (p. 368). E deu exemplos concretos desta afirmação, ao comentar os impedimentos para instalação dos aparelhos de ar condicionado: disse que contatou amigos para resolver o problema, mas que a responsabilidade não era sua, e sim da Divisão de Obras do MEC.

Também Celso Cunha desincumbiu os diretores da Biblioteca da responsabilidade pela sua situação:

> Perguntaria: de quem na sua opinião, é a culpa, pelo estado calamitoso em que se encontra a Biblioteca Nacional? É dos Governos, do clima, a quem V. Sa. já se referiu, ou o descaso dos Diretores? O SR. DEPOENTE – Os Diretores são, creio, os que, no caso, podem ter menos culpa. Quando se estuda a história da Biblioteca, verifica-se que todos os Diretores fizeram o que poderiam fazer: pediram. O poder de um diretor de serviço, no Brasil, é mínimo. (BRASIL, 1966-67, p. 371)

Disse, também, que era necessário ao gestor mentir para que pudesse desvencilhar-se da burocracia orçamentária federal e realizar alguma obra. Culpou a formação elitista dos governos brasileiros pelo descaso histórico com a Biblioteca. Contrariando a opinião de Adonias Filho e Celso Cunha, o deputado José Bonifácio manifestou-se imputando a "responsabilidade pela situação deplorável da Biblioteca Nacional [...] à maior parte dos diretores da Biblioteca Nacional" (BRASIL, 1966-67, p. 383). Explicou sua tese dizendo que os diretores não compareciam ao Congresso para pleitear recursos nas votações de orçamento – exceção feita a Celso Cunha e Adonias Filho, que mostraram interesse no acompanhamento da tramitação do orçamento. Segundo ele,

> houve um desinteresse total por parte desses diretores [...] porque se o Governo dá a uma pessoa uma incumbência qualquer, essa pessoa tem de fazer as diligências necessárias para levar a incumbência à frente, inclusive comparecer perante aqueles que podem atuar no sentido de auxiliá-lo no desempenho dessa incumbência. (BRASIL, 1966-67, p. 384)

Celso Cunha rebateu a acusação, lembrando que a falta de verbas impede que os diretores viajem a Brasília para se fazerem presentes na Câmara dos Deputados. Justificou seu contato direto com os parlamentares pela proximidade geográfica entre Biblioteca e Congresso, que ainda ocorria na sua gestão – já que Brasília ainda não havia sido fundada, a Câmara dos Deputados funcionava no Palácio Tiradentes, a cerca de 600m do prédio sede da Biblioteca. Mas foi solicitado a manifestar-se quanto à importância do corpo-a-corpo na função do diretor geral da Biblioteca, e, de modo capcioso, a dizer se preferia que o cargo fosse ocupado por técnicos ou por intelectuais. Saiu-se da situação dizendo que a Biblioteconomia da época era bastante distinta e nova, e que em verdade tanto fazia a formação do administrador desde que fosse capacitado para tanto, que tivesse visão global do problema.

Na quinta reunião da Comissão, ocorrida em 25 de agosto de 1966, foi ouvida a bibliotecária Lydia Sambaquy, que trouxe um ponto de vista mais técnico aos relatos ouvidos na CPI. Em seu depoimento, chamou a atenção para os problemas que julgava mais urgentes na Biblioteca Nacional: falta de pessoal, recuperação do edifício e preservação do acervo, e a "dinamização dos serviços bibliotecários no país" (BRASIL, 1966-67, p. 266). Contudo, mais do que debater os problemas da Biblioteca Nacional, Lydia Sambaquy colocou que a questão em pauta "apenas retrata o sintoma mais em evidência [...] Na verdade, o que está sofrendo e vem sofrendo de maneira prolongada, é a biblioteconomia, em geral, no País" (BRASIL, 1966-67, P. 412). E esclareceu, dizendo que na verdade os bibliotecários brasileiros sentiam-se isolados da evolução tecnológica que o resto do mundo via acontecendo, com a mecanização de procedimentos e implantação do então chamados "cérebros eletrônicos" – os primórdios da informatização, a implantação de redes efetivas de instituições de informação.

Com isso, Lydia Sambaquy voltou sua crítica não só para as questões estruturais da BN, mas incluiu no rol de problemas todo o sistema bibliotecário brasileiro e seus serviços, que operava em total isolamento de suas unidades. Colocaram-se na pauta as dificuldades das bibliotecas brasileiras como um todo e da formação de leitores/pesquisadores. Em outras palavras, Lydia iluminou a questão conforme desejava Celso Cunha: com uma visão macro da instituição e de sua atuação, colocando a Biblioteca Nacional como protagonista de um sistema que, como um todo, não funcionava. Aos ouvidos leigos, a crítica provavelmente soou pouco relevante; contudo, depois do recorrido que fizemos sobre a evolução do conceito e das funções das bibliotecas nacionais, sabemos que a colocação de Lydia estava totalmente de acordo com os estudos empreendidos no grupo de trabalho coordenado por F. C. Francis no Colóquio de Viena de 1958. Lembremos que, segundo o relatório do autor, as bibliotecas nacionais deveriam ser responsáveis pela organização e coordenação de um sistema de cooperação nacional – plenamente em conformidade, diga-se de passagem, com a estrutura prevista para o Sistema Nacional de Bibliotecas proposto em 1961. Considerando o pioneirismo de Lydia na implantação do SIC, duas décadas antes, a observação faz todo o sentido.

Propondo soluções para os problemas específicos da BN que apontou, e que foi chamada a colaborar, ela apoiou a construção de um prédio anexo para

desafogar a histórica sede, sem esquecer de recuperar o prédio principal, operação “inadiável” para ela. Lydia Sambaquy fez juntar aos autos da CPI o projeto de lei que cria a Biblioteca Nacional de Brasília e o documento “Missão das Bibliotecas Nacionais”, de sua autoria. A inclusão destes documentos serviu ao propósito de ilustrar sua teoria de que só um sistema efetivo de bibliotecas, atuantes e cooperantes, seria capaz de resolver o problema da formação de leitores e o correto atendimento aos usuários.

Apesar de apoiar a criação da Biblioteca Nacional de Brasília, Lydia foi contundente, afirmando que “a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro deve ser intocável” (BRASIL, 1966-67, p. 429). Entendia a professora que a BN deveria ser assistida em termos de recursos para manter-se como centro referencial, enquanto que à Biblioteca Nacional de Brasília caberia o papel de coordenadora de um sistema nacional de bibliotecas (já criado, como vimos, mas nunca de fato implementado). Em verdade, a ideia de Lydia Sambaquy era a de descentralizar serviços para convergir esforços em torno de um sistema bibliotecário ideal. Sua opinião era compartilhada pelo bibliotecário Helio Machado, diretor da Divisão de Circulação da BN. Em relatório de atividades encaminhado à direção-geral em 1969, ele manifestou preocupação com a atribuição de responsabilidades pouco específicas à biblioteca brasiliense. Segundo seu relato, dizer simplesmente que àquela biblioteca cabiam os campos eminentemente sociais “poderá criar para esta Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro situações de simples museu de velhas e mal conservadas peças bibliográficas, muito embora possuidora do acervo mais rico e precioso da América Latina” (MACHADO, 1969). Para ele, a solução seria a transformação da BN num moderno centro de documentação, com a implantação de tecnologias que potencializassem a comunicação institucional.

A atividade da Comissão encerrou-se no dia 30 de novembro de 1966, em reunião que votou o relatório final da CPI, que deveria ser encaminhado, junto com as conclusões da CPI, ao Poder Executivo para as providências cabíveis, “a fim de que seja preservado um dos maiores patrimônios culturais do Brasil, representado pela Biblioteca Nacional” (BRASIL, 1966-67, p. 278). Em paralelo, a situação da BN começava a se tornar pública fora do país: em boletim da biblioteca da Universidade da Califórnia (UCLA), apenso aos autos da CPI, uma bibliotecária americana declarou que “a Biblioteca Nacional era praticamente um túmulo sombrio,

e muito empoeirado”[31], além de outras observações pouco elogiosas às condições das bibliotecas brasileiras (BRASIL, 1966-67, p. 313). Como conclusões, constam no relatório que “de fato, as denúncias feitas eram de inteira procedência” (p. 457). A CPI concluiu que o acervo da BN estava ameaçado por diversos fatores, falhava na prestação de serviços, não tinha equipamento adequado, nem pessoal, nem orçamento suficientes, carecendo de espaço e de atualização urgentes.

> Tendo observado tais condições, cremos que só resta aos membros desta Comissão aguardar que, conhecendo os fatos constantes dos autos, o Governo adote as providências necessárias à defesa de um dos maiores patrimônios culturais do Brasil, tão gravemente ameaçado. (BRASIL, 1966-67, p. 458)

Apesar das conclusões da CPI, Adonias Filho manteve-se no cargo e não há registro de qualquer melhoria nos recursos destinados à Biblioteca. No final da década de 60, contudo, alguns veículos de comunicação começaram a manifestar preocupação com a Biblioteca. Editorial do JB intitulado “Túmulo da Cultura” noticiou: “A Biblioteca Nacional [...] está no fim”, abandonada, danificada pelas “duas grandes chuvaradas que flagelaram a Guanabara em 1966 e 1967”, contando com apenas dois bibliotecários. E completou:

> O Governo brasileiro provavelmente não sabe, mas está cometendo um crime contra a cultura que vai muito além das fronteiras do País. [...] A ‘imagem’ que vigora neste momento é a do sinistro mausoléu da Biblioteca Nacional onde o Ministério da Educação e Cultura põe a apodrecer a cultura de um povo a quem não dá educação”. (TÚMULO..., 1968, p. 6)

A manifestação do jornal repercutiu em Brasília, onde o deputado Adhemar Ghisi protocolizou o Requerimento de Informação 4168/68, solicitando esclarecimentos junto ao Ministro da Educação quanto à situação denunciada. Talvez no intuito de amenizar o mal-estar causado, pouco mais de um mês depois o mesmo periódico publicou nova matéria sobre a BN, salientando que, na percepção do diretor Adonias Filho, os problemas da instituição são três, sendo o principal a falta de espaço, seguida de perto pela necessidade de cumprir o papel de biblioteca pública pela falta de bibliotecas no país e pela falta de autonomia administrativa e

[31] Johanna Tallman, bolsista Fulbright que passou seis meses no Brasil, disse ao periódico Library Newsletter/UCLA n. 56, de 10 de novembro de 1966, que a “National Library is like a gloomy tomb, and very dusty”.

financeira da Biblioteca, agravada com a mudança dos principais órgãos do MEC para Brasília. A falta de autonomia administrativa, reivindicação antiga dos diretores da Casa, tinha sofrido mais um golpe interno no MEC em 1967, quando a portaria 286 tratou de subordinar todos os órgãos da Cultura à Secretaria Geral, exercida por Édson Franco[32], que alegou falta de coordenação entre as atividades desenvolvidas. Três dias antes da publicação da matéria do JB, através da Portaria 124-A, de 21 de março de 1968, o então ministro Tarso Dutra, determinou que somente o Ministro de Estado poderia enunciar publicamente o pensamento do Governo Federal a respeito das diretrizes e da execução dos programas do MEC.

No ano seguinte, o Chefe de Gabinete do Ministro exarou recomendação, através do Of. Circular 1001, dizendo que "a representação do MEC junto ao Congresso Nacional é da competência exclusiva da Assessoria para Assuntos Parlamentares, salvo designação expressa do Ministro e para fins especiais". Ou seja: qualquer pleito que o diretor pudesse vir a representar junto aos parlamentares não poderia ser feito pessoalmente. Considerando que Adonias Filho já tinha se posicionado publicamente considerando um problema a falta de autonomia administrativa da Biblioteca, pode-se inferir que estes atos todos acabaram por minar a vontade do escritor em permanecer dirigindo a instituição.

Impulsionado pelo desejo de cuidar de seus interesses pessoais, e provavelmente esgotado pela polêmica CPI ocorrida durante sua gestão, Adonias Filho finalmente pediu demissão do cargo de diretor geral da Biblioteca Nacional no início de 1971 (antes mesmo de toda a discussão Nery/Montello que veremos a seguir). Apesar de seu pedido de exoneração, permaneceu no cargo até 29 de abril do mesmo ano. Durante seu depoimento na CPI da Biblioteca, ele admitiu que começou a desejar demitir-se do cargo de diretor mais ou menos um ano depois de assumir. Não há correspondência arquivada na BN do ano final de sua gestão. Surgem na imprensa como nomes para sucedê-lo a diretora do Instituto Nacional do Livro, Maria Alice Barroso, e o bibliófilo Plínio Doyle, indicado pelo próprio Adonias Filho, chancelado pelo editor José Olympio e visto com bons olhos pelo Ministro Jarbas Passarinho – que, segundo a imprensa, queria para a direção da Biblioteca um escritor, que aceitasse a baixa remuneração proporcionada pelo cargo[33]. A

[32] Édson Raymundo Pinheiro de Souza Franco, professor e advogado, foi secretário geral do MEC entre 1966 e 1969.
[33] Segundo nota publicada no Diário de Notícias, 11 abr. 1971, p. 9.

discussão sobre a sucessão na BN, entretanto, traz à tona novamente a questão da habilidade técnica e as discussões corporativistas para ocupar o mais alto cargo da instituição referencial da biblioteconomia brasileira.

Mesmo finda a gestão do desafeto, Edson Nery aproveitou os públicos problemas estruturais da Biblioteca no início do ano de 1971 para novamente falar sobre sua insatisfação com a situação da BN: no início de fevereiro, o prédio sede teve o fornecimento de água suspenso por alguns dias e o bibliotecário, indignado, encaminhou correspondência ao Jornal do Brasil afirmando que as recentes administrações, de escritores, "nada mais fizeram que cuidar de suas áreas específicas, piorando, portanto, a situação daquela casa" (BIBLIOTECA..., 1971, p. 14). Sua crítica culminou na afirmação de que a Biblioteca vivia uma situação "vergonhosa e caótica".

A publicação gerou polêmica. O primeiro a sair em defesa de Adonias foi o ex-diretor da BN Josué Montello, que, dois dias depois das declarações de Edson Nery, usou do mesmo JB para acusar o bibliotecário de "leviandade" em seu "ataque grosseiro aos escritores que dirigiram a BN" e defender sua própria gestão. Lembrou que reformou o curso de Biblioteconomia da BN, enalteceu alguns de seus feitos como gestor e informou que corrigiu o que considerou "erros crassos" de seu antecessor na direção, Rubens Borba de Moraes (MONTELLO, 1971, p. 6).

Veio a tréplica. Edson Nery reiterou as acusações, lembrando o depoimento de Adonias Filho à CPI da BN de 1966 – ocasião em que o diretor admitiu que as condições da Biblioteca eram muito ruins. Rubens Borba de Moraes foi procurado pelo Jornal do Brasil e considerou a situação da BN uma "balbúrdia", atribuída aos governos "que insistem em fazer do cargo técnico de diretor uma 'sinecura para literatos'", "antecâmara ou sucursal do salão de chá da Academia Brasileira"[34], argumentando que somente um técnico poderia organizar apropriadamente a instituição (ACUSAÇÃO..., p. 7) Edson Nery aproveitou o momento para, em outra declaração, também levantar a bandeira da necessidade de técnicos ocuparem cargos de gestão em bibliotecas.

[34] Uma crítica não tão bem fundamentada, considerando que, dos onze diretores da BN da fundação da Academia até a data da polêmica (1897-1971), apenas três foram eleitos para a ABL durante seu mandato: José Alexandre Teixeira de Melo, que foi um dos acadêmicos fundadores, Rodolfo Garcia e Adonias Filho. Ramiz Galvão, eleito em 1928, foi diretor da BN antes da existência da Academia. Josué Montello (em 1954) e seu interino, José Honório Rodrigues (em 1969), bem como Celso Cunha (em 1987), foram eleitos depois de seus mandatos como diretores.

> - Não tendo como defender sua péssima administração à frente da Biblioteca Nacional com argumentos válidos – pois sua preocupação maior é escrever romances – o sr. Adonias Filho procura atacar o curso de biblioteconomia que dirijo [...] os bibliotecários mais lúcidos estimam os escritores, pois sem eles nem sequer haveria bibliotecas. Nossa luta é contra os subliteratos que pretendem viver às custas de mecenatos governamentais [...] o Brasil precisa de especialistas nos cargos técnicos e não de subliteratos que não conseguem viver com a subliteratura que produzem. (DIRETOR..., 1971, p. 4)

Ainda na polêmica, Josué Montello manifestou-se novamente no Jornal do Brasil, respondendo à Edson Nery – cuja indignação já tinha ganho espaço em dois jornais. Em seu artigo, atacou seu antecessor, Rubens Borba de Moraes (a quem chamou de pseudotécnico) e defendeu que a direção da Biblioteca Nacional era um cargo administrativo: “A direção da Biblioteca Nacional reclama, antes de tudo, um administrador, e administrador que seja igualmente erudito, com a consciência de que dirige não uma biblioteca pública [...] e sim um museu bibliográfico [...]” (MONTELLO, 1971, p. 6).

A por panos quentes na discussão, apareceu José Honório Rodrigues, historiador, acadêmico e ex-diretor interino da BN na gestão de Josué Montello. Para ele, o grande mal da Biblioteca Nacional era a falta de recursos orçamentários, que prejudica os serviços. Em sua opinião, criticar as direções era um reducionismo do problema principal: a existência de outras prioridades na frente da instituições culturais, na política do governo. Ponderou também que para dirigir uma Biblioteca como a Nacional e se responsabilizar pelo seu acervo, deveria se prover melhores salários a um homem de alta qualificação cultural e administrativa, um erudito e amante dos livros (PROFESSOR... 1971, p. 10).

Toda a polêmica era inócua, uma vez que Adonias já estava de saída. O máximo efeito conseguido foi o de pressionar publicamente pela nomeação de um técnico para a direção da Biblioteca, que herdará, como os seus antecessores, uma biblioteca com problemas crônicos e públicos de espaço, de fornecimento de água, de atraso no processamento técnico, de baixos salários. Para o Correio da Manhã, a Biblioteca Nacional estava “como que adormecida, suas estantes cada vez mais acumuladas de pó, seu acervo ameaçado, a publicação de seu Boletim Bibliográfico interrompida, móveis e utensílios em estado precário e o serviços desatualizados.” (NOVA..., 1973, p. 3)

5 JANNICE MONTE-MÓR E OS ANOS 70

Jannice de Mello Monte-Mór nasceu em Osasco, São Paulo, em 23 de julho de 1927. Foi aluna dos Cursos de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional, tendo se graduado no Curso Superior em 1947. Durante os dois anos dos cursos, teve aulas com nomes como Lydia de Queiroz Sambaquy, Rubens Borba de Moraes, Cecília Meireles e Josué Montello, e teve como colegas proeminentes futuros bibliotecários como Edson Nery da Fonseca e Maria Elvira Meireles Correia Dias – filha de Cecília Meireles. Como resultado do cenário de forte discussão corporativista criado por Edson Nery nos anos 60, foi a primeira bibliotecária a assumir a direção da Biblioteca Nacional, tendo administrado a Instituição de 1971 a 1979. Sua direção é por muitos considerada um dos principais marcos da história da Biblioteca Nacional: uma gestão renovadora, norteada para a reforma administrativa da Biblioteca, à luz do então novo conceito de bibliotecas nacionais, o seu papel na coletividade a que serve e, principalmente, nos sistemas de informação bibliográfica do país. Faleceu em 23 de julho de 2005, no Rio de Janeiro, cidade onde viveu toda a sua vida. Deixou quatro filhos e netos, além de um legado indiscutível de pioneirismo e dedicação à biblioteconomia brasileira.

A nomeação de Jannice para a Direção Geral da Biblioteca Nacional, indicada pela amiga Maria Alice Barroso, foi uma “expressiva vitória” para a classe dos bibliotecários (FIGUEIREDO, 1971, p. 6), que vinham pleiteando publicamente que o cargo de diretor geral da Biblioteca Nacional fosse ocupado por um técnico. O discurso do ministro Jarbas Passarinho, francamente favorável à nomeação de um escritor, deixou a entender nas entrelinhas que esperava que Jannice estivesse “a serviço dos intelectuais” (BIBLIOTECA, 1971, p. 14)

Impulsionado pela “vitória” da classe na nomeação de um técnico para a direção geral da BN, Edson Nery publica mais um artigo, intitulado “Com os nossos fica a palma da vitória”. No texto, Edson constrói uma espécie de linhagem de administradores da Biblioteca que, em sua opinião, mereciam destaque por sua preocupação em reorganizar a instituição. Para ele, é justo citar Ramiz Galvão, Manoel Cícero Peregrino da Silva (o responsável pela mudança da Biblioteca da rua do Passeio, no Rio, para o prédio sede atual, na Av. Rio Branco), Rubens Borba de Moraes (“homem de letras e *double* de bibliotecário”, segundo Edson Nery) e Celso

Cunha (que mereceu a citação por ter-se preocupado em completar as coleções da BN, publicar um catálogo e adquirir um ar condicionado para a instituição). Ao fazer esta lista, o bibliotecário já prevê que a amiga Jannice será a próxima a nela constar, pois "... tem tudo para isso: competência, honestidade e dinamismo, conhecimento pessoal das bibliotecas europeias e norte-americanas, não lhe faltando sequer a sensibilidade literária...". Neste ponto da narrativa, Edson mostra seu conhecimento pessoal da figura que homenageia, citando a mãe dela, Dulce, e Manuel Bandeira, que ele credita também como amigo de Jannice. Completam o time dos "afiliados" de Jannice novas citações de Rubens Borba de Moraes – por sua importância na biblioteconomia paulista e pela ascendência como professor e Lydia de Queiroz Sambaquy, tida como seguidora carioca da tendência antiburocrática na biblioteconomia iniciada por Borba de Moraes em São Paulo.

Se não é abertamente antipático, Edson soa no mínimo com uma neutralidade estranha ao se referir a Adonias Filho e Jarbas Passarinho. Sem citar nominalmente nenhum dos dois, ele se refere ao primeiro como "o escritor que dirigia a Biblioteca Nacional" quando da promulgação da legislação regulamentadora da profissão de bibliotecário e ao segundo somente como "o Ministro da Educação e Cultura". Pode-se inferir que a anonímia se deu por conta das diferenças ideológicas entre o autor, francamente de esquerda, e Adonias e Passarinho, ambos bastante conservadores – além, é claro, da já conhecida rixa pública entre o bibliotecário e o escritor. No trecho, Edson diz que Adonias Filho permaneceu no cargo de diretor geral da BN a despeito da vigência da lei "em virtude do clássico princípio de não retroatividade das leis", já que, se a lei fosse cumprida à risca, seria necessário nomear prontamente um bibliotecário. Quanto a Jarbas Passarinho, é pintado como um seguidor respeitoso da legislação em vigor que, por essa característica, nomeou para dirigir a BN uma bibliotecária – Jannice – ao invés do escritor que Adonias Filho queria como seu sucessor.

Os "inimigos" da vitória da nomeação de Jannice são retratados por Edson como os "escritores desejosos de um lugar tranquilo para suas elocubrações", "sub-literatos acostumados a viver de favores governamentais", ou, citando termo usado por José Lins do Rego, "intelectuários". Pessoalmente incomodado pela polêmica em que se havia envolvido alguns meses antes na imprensa, Edson Nery personifica todos esses adjetivos invocando o "beletrista

maranhense” que sucedeu Rubens Borba de Moraes na direção da BN – a saber, Josué Montello, o interlocutor que veio em defesa de Adonias Filho contra Edson Nery nas páginas do Jornal do Brasil. Em outras palavras, no texto louvando a nomeação de Jannice, Edson Nery aproveita para, uma vez mais, produzir “só mais um artigo” e salientar a discordância entre bibliotecários e intelectuais, no que diz respeito à condução da Biblioteca Nacional do Brasil.

FIGURA 3 – Posse de Jannice Monte-Mór como Diretora Geral da Biblioteca Nacional

Jannice é a mais alta, a terceira da esquerda para a direita.
Fonte: Acervo pessoal de Patricia Monte-Mór, disponível no Facebook

Com um senso de transparência administrativa aguçado e muita visão do cenário biblioteconômico, Jannice resolveu “sacudir o velho casarão da Cinelândia despertando-o para a realidade do momento, emprestando aos numerosos serviços uma série de inovações” (NOVA..., 1973, p. 3). Tomou como bandeira para sua gestão a reforma administrativa da BN, a fim de melhorar processos e rotinas, otimizar recursos, identificar deficiências e posicionar a biblioteca de acordo com as exigências do perfil de biblioteca nacional proposto pela Unesco no recente Simpósio de 1970.

A falta de “trânsito” público e político de Jannice, no momento de sua indicação para a direção da Biblioteca Nacional, se fez notar fortemente no discurso da imprensa, que inicialmente sequer grafou seu nome corretamente. Sem contar as diversas vezes que seu nome foi escrito sem o “n” dobrado e as várias formas

incorretas para o sobrenome, o JB lhe chamou de “Djanice Montemor”; para o Diário de Notícias, ela era “Janice Montemar”, e o Correio da Manhã chegou a chamá-la “Janine”. Em dezessete ocorrências de citações à Biblioteca Nacional durante seu processo de nomeação e a sua gestão, seu nome aparece em somente dez; em outras ocasiões, a menção é substituída por expressões como “a direção da Biblioteca”, ou somente “A Biblioteca”. Curiosa é a redação do jornalista Heron Domingues, colunista do Diário de Notícias, que nas duas vezes em que escreveu sobre a BN não citou o nome da diretora; entretanto, em agosto de 1971, ele lembrou que “Homens de largo prestígio cultural e de acesso às cúpulas políticas passaram, nas duas últimas décadas, pela direção da Biblioteca” (DOMINGUES, 1971, p. 8). Como percebemos, largo prestígio cultural e acesso às cúpulas políticas, como tinha Adonias Filho, não foram suficientes para resolver os problemas da instituição.

Chama a atenção a diferença de tratamento dispensada aos personagens masculinos envolvidos: os ministros Jarbas Passarinho, Ney Braga e Euro Brandão[35], sempre citados nominalmente, e Adonias Filho, o diretor precedente, que por vezes ostentava junto do nome um “o acadêmico” ou “o escritor” a título de qualificativos. Jannice, por sua vez, era mais frequentemente tratada por “senhora”; uma ou duas vezes, foi “a professora bibliotecária”, ou, na ordem inversa, a “bibliotecária Professora”, tratamento dado a ela pelo Correio da Manhã junto à informação de que havia sido agraciada com a comenda da Ordem do Mérito Educativo (NOVA..., 1973, p. 3).

Paulatinamente, a redação dos jornais teve de se render à competência de Jannice. Se no início o Correio da Manhã e o Jornal do Brasil informavam que a nova diretora estava “a serviço dos intelectuais” (BIBLIOTECA, 1971), denotando certa subalternidade, o Diário de Notícias alertou para o “prejuízo pessoal” que ela aceitou ao assumir o cargo, ao mesmo tempo em que pontuou que o ministro Jarbas Passarinho a considerava a pessoa adequada para “imprimir a ela

[35] Os três foram ministros da Educação e Cultura durante o mandato de Jannice à frente da Biblioteca Nacional. O militar Jarbas Passarinho (1920-2016), responsável pela sua nomeação, esteve no cargo entre 1969 e 1974. Ney Braga (1917-2000), também militar, ocupou o posto entre 1974 e 1978, e já havia sido ministro da Agricultura na década de 60. O engenheiro e filósofo Euro Brandão (1924-2000) teve um mandato mais breve, de 1978 a 1979, e foi substituído por Eduardo Portella. Passarinho, uma das figuras mais controversas da ditadura, já havia sido ministro do Trabalho e Previdência Social e retornou como ministro em diferentes pastas mais duas vezes, sendo uma delas já no período da abertura, no mandato de Fernando Collor.

[a BN] o ritmo adequado" (NOVA, 1971, p.9). Dois anos depois, o Correio da Manhã publica matéria em que compara o "lastimável abandono" em que a BN se encontrava antes da gestão de Jannice, que "sacudiu" a instituição, trazendo inovações e batalhando pela reforma administrativa: "A atitude obstinada da Professora Jannice Monte-Mór, [...] merece louvores, tendo em conta o esforço meritório da orientadora desse notável empreendimento" (NOVA..., 1973, p. 3).

Sua competência foi rapidamente reconhecida, mas em certos momentos, relativizada. O ministro Jarbas Passarinho, em discurso na Semana Nacional da Biblioteca de 1973, afirmou que a nomeação de Jannice para a direção da BN - lugar que parecia "privativo de grandes escritores brasileiros" (PASSARINHO, 1973, p. 29) - foi um ato de coragem. Ou seja: apesar do nome de Jannice ter respaldo, coragem teve ele ao colocar uma profissional com formação técnica no seu lugar de direito, em função legalmente fundamentada. Jannice também foi lembrada na Biblioteca Nacional durante muito tempo depois de sua gestão: o primeiro Presidente da Fundação, Affonso Romano de Sant'anna, pediu sua assessoria ao assumir o cargo, em 1990. Gilberto Vilar de Carvalho (1990), no mesmo ano, considerou que sua administração foi corajosa e "venceu em diversas frentes" (p. 118). À época, o historiador era pesquisador da Biblioteca.

O maior interlocutor de Jannice foi, sem sombra de dúvida, o colega Edson Nery da Fonseca. Um dos articuladores de sua candidatura à direção da BN, Edson Nery não se fez de rogado quando viu que a amiga dos tempos de estudante tinha conseguido o cargo: como vimos, publicou artigo no Correio Braziliense louvando não só a colega, como sua mãe – uma demonstração pública de afeto e proximidade. Ainda na década de 70, exaltou em livro a gestão da bibliotecária à frente da BN, creditando a ela e aos ministros da Educação Jarbas Passarinho e Ney Braga a "recuperação da mais importante casa de livros do país" (FONSECA, 1979, p. 50).

Além de ter testemunhado o tombamento do edifício-sede da Biblioteca pelo Iphan em 1973, a gestão de Jannice foi responsável pela implementação da microfilmagem visando a preservação do acervo, com a instituição do Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros, e inseriu a Biblioteca Nacional como parte integrante do grupo responsável pelo desenvolvimento do Formato Calco (Catalogação Legível por Computador). Além disso, foi responsável pela criação da Agência Nacional do ISBN, um marco importante não só nos serviços da

Biblioteca, mas na integração da instituição com o cenário internacional. Também foram realizações de Jannice o inventário do acervo de periódicos da BN e das diversas Seções da Divisão de Referência Especializada, pela primeira vez realizado na BN, de forma minuciosa e sistemática. Jannice levou a necessidade de ampliação da área de armazenamento de acervo a sério, coordenando Comissão Técnica de estudos para fundamentar o projeto de um futuro Edifício Anexo para a BN. Também atualizou as publicações da Biblioteca, notadamente os Anais e o Boletim Bibliográfico, e retomou a prática de publicar os Relatórios de Gestão, antecipando a exigência de transparência da administração pública.

Sucintamente, Fujita (2016) compilou no seguinte quadro as realizações da gestão de Jannice. Note-se, uma vez mais, como a “tríade da falta” permaneceu intocada no rol das metas não atingidas, a despeito de toda a competência e esforço da bibliotecária diretora:

Figura 4 – Quadro das metas atingidas e não atingidas na gestão de Jannice

Metas atingidas	**Metas não atingidas**
- Implementação parcial da reforma administrativa;	- Aumento do espaço físico;
- Recuperação física e tombamento do edifício sede pelo IPHAN;	- Lotação do quadro de pessoal técnico e auxiliar;
- Implementação da microfilmagem visando à preservação do acervo;	- Autonomia administrativa da Biblioteca.
- Desenvolvimento do Formato CALCO (Catalogação Legível por Computador);	
-Inventário do acervo de periódicos e processamento por computador do acervo correspondente;	
- Inventário das diversas seções e Divisões de Referência Especializada;	
- Instalação de telex e do terminal de computador PRODASEN (ligação direta do sistema do Senado para receber informações de legislação)	
- Estudos preliminares, elaborados por Comissão Técnica, para fundamentar o projeto de um futuro Edifício-Anexo para a BN	
- Atualização das publicações periódicas: Anais da Biblioteca Nacional e Boletim Bibliográfico;	
- Implantação do Sistema ISBN;	
- Designação da BN, pela Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, como biblioteca depositária das fitas magnéticas do Formato MARCII;	
- Aumento das pesquisas sobre conservação e restauração de documentos com a participação de técnicos estrangeiros e nacionais.	

Fonte: Fujita, 2016

No espírito da publicidade da gestão pública, já no primeiro ano de sua gestão Jannice retomou a publicação dos Relatórios da Diretoria, apensos aos Anais

da Biblioteca Nacional. Esta prática durou até 1978, seu último ano completo à frente da BN; seu sucessor, Plínio Doyle, só fará menção à sua administração no relatório publicado em 1981, referente aos anos de 1979 e 1980[36]. Jannice redigiu um relatório final de gestão em março de 1979, prevendo que a mudança de governo, em abril, acarretaria na mudança de direção da Biblioteca; o datiloscrito encontra-se na Biblioteca Nacional.

Ao contrário do antecessor, que simplesmente encaminhava os relatórios dos subordinados, Jannice redigia seus próprios relatórios. A análise destes documentos mostra uma redação elegante, concisa, de forte cunho técnico; empenhada em reconhecer os esforços feitos pelo corpo de servidores da Biblioteca sem, contudo, perder de vista as necessárias melhorias para o aproveitamento total das possibilidades de atuação da instituição. Citemos, como exemplo, o comentário feito a respeito das compras de material bibliográfico do ano de 1976, no qual coloca o esforço da Biblioteca em integrar o sistema bibliotecário do país:

> A propósito de aquisições no exterior, a Biblioteca tentou promover um levantamento destinado a coligir informações que possam enriquecer os argumentos cabíveis, no caso de necessidade de uma exposição do assunto. Consciente de que todas as bibliotecas brasileiras vêm enfrentando, com maior ou menor intensidade, problemas relativos à compra de publicações editadas fora do Brasil, a BN – a braços, também, com essas dificuldades – sentiu-se no dever de envidar esforços para procurar atenuar tais problemas. Através de um questionário, encaminhado às principais bibliotecas gerais e especializadas do País, colheu elementos para realizar um estudo geral das medidas adotadas pela maioria delas e das conclusões a que a experiência de cada uma poderá levar. (MONTE-MÓR, 1976, p. 224-225).

Ao longo de seus relatos técnicos e estatísticos, Jannice não perdia a oportunidade de fazer observações sobre a cronologia dos eventos que levaram às situações descritas. Esta característica traz uma importante contribuição à história da Biblioteca, uma vez que apresenta um panorama evolutivo que facilita o estudo e a compreensão dos tópicos a que ela se ateve em seus memoriais. Ainda no já citado relatório de 1976, podemos extrair o seguinte trecho a título de ilustração:

---

[36] Nenhuma novidade no fato de que o relatório abre com "Não foi, portanto, surpresa o que aqui encontramos: deficiência no número de funcionários, carência de espaço para as divisões e seções, verbas insuficientes para atender a todos os serviços normais de uma instituição da importância e da projeção da BN" (p. 243). Mais uma vez, a "tríade de falta" aparece de maneira cristalina num relatório de gestão.

> Em 1976, foram as seguintes as principais providências tomadas pela Direção da BN, relativamente à ocorrência de repercussão negativa já registrada no relatório do exercício de 1975, consubstanciada no possível furto de 25 volumes de uma das coleções do *Correio Braziliense*: ofício BN n. 29/76, da Direção da BN à Direção do DAC [...]; ofício BN n. 85/76, dirigido ao Superintendente Regional da Polícia Federal [...]. Sempre com a assessoria jurídica do DAC, a Biblioteca Nacional vem acompanhando o caso e, no findar do ano, aguarda sua solução oficial. (MONTE-MÓR, 1976, p. 225)

Ao longo dos relatórios de Jannice foram identificados os seguintes tópicos recorrentes: Prédio Anexo, Atendimento, Aquisição, Intercâmbio, Processamento técnico, Reprodução, Conservação, Estrutura administrativa, Exposições realizadas, Participação em eventos, Publicações, Intercorrências, Manutenção, Orçamento, Projetos especiais e Conclusões. Enquanto alguns destes assuntos eram tratados de modo mais estatístico, como os números do processamento técnico e de atendimento, outros eram de cunho bastante administrativo e estratégico. Dois dos temas mais caros à gestão de Jannice foram o estabelecimento de um prédio Anexo e a reforma administrativa da Biblioteca – como percebe-se, uma perspectiva diferente de lidar com a "tríade da falta". Dado o total esgotamento de recursos de armazenamento de acervo e de área de trabalho no prédio Sede, iniciou-se longo debate sobre as alternativas para solução do problema contando, inclusive, com sugestões de Lúcio Costa para a construção de um anexo contíguo ao prédio[37].

À reforma administrativa, Jannice dedicou-se intensamente, vindo a público mostrar suas ideias em eventos técnicos e posteriormente em artigos – principalmente em "Reforma da Biblioteca Nacional", publicado em 1972, que exibe o organograma desenhado pelo grupo de trabalho por ela presidido e que veremos a seguir. Este grupo foi criado ainda em 1971, logo depois de sua admissão como Diretora Geral. A seu pedido, o Ministério da Educação e Cultura criou as condições para assinar termo de cooperação com o Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e, no início de 1972, a Fundação Getúlio Vargas foi incumbida por esse acordo de prestar assistência técnica à Biblioteca Nacional.

[37] Conforme esboço publicado em MONTE-MÓR, 1972.

Como vimos na seção anterior, a CPI da Biblioteca Nacional ratificou como grandes problemas da BN a falta de espaço, de orçamento e de pessoal, que impactava nos serviços prestados – situação pública e notória em todos os documentos publicados pelos diretores desde o século XIX. No cotejo entre as categorias identificadas nos relatórios de Jannice e estes tópicos, optei por realçar os temas envolvidos na "tríade da falta" – uma abordagem mais fácil de seguir nos relatórios dela, considerando que a própria diretora redigia a respeito das ações de sua gestão.

5.1 ESPAÇO

Conforme já dito, o espaço para armazenamento de acervo e para o trabalho das equipes da Biblioteca foi uma das grandes preocupações de Jannice. Antes dela, Adonias Filho já tinha feito tratativas para a construção de um prédio anexo, que foi inclusive noticiada na imprensa como tendo início previsto para 1968 – fato que, como sabemos, não se concretizou (BIBLIOTECA..., 1968). Portanto, não deveria ter causado um "olhar assustado" do ministro Jarbas Passarinho o pedido de Jannice, logo em seu discurso de posse, de construção de um prédio anexo para a Biblioteca (COLUNA..., 1971, p. 8).

Logo no início de sua gestão, em 1971, Jannice já manifestava, mais ou menos discretamente, sua opinião sobre o prédio sede, salientando que sua adequação técnica era datada: "Planejada para 400.000 volumes, a Biblioteca Nacional abriga, hoje, porém, cerca de dois e meio milhões de peças" (MONTE-MÓR, 1971, p. 362). Com o desenvolvimento das atividades da Direção, a questão pôde ser aprofundada. Em 1972, um estudo conduzido pelo Grupo de Trabalho da FGV mostrou um déficit já existente de 4000m2 de espaço útil, "excluída a armazenagem de material bibliográfico". Com a perspectiva de aumento futuro, a construção de um anexo seria a "única maneira de contornar o angustiante problema da falta de espaço físico para expansão de seu acervo" (1972, p. 264).

Contudo, o problema não foi resolvido. Em 1973, relatou Jannice um

> clamoroso déficit de espalho [espaço] e se o aumento permanente do acervo e o natural desenvolvimento dos serviços – em decorrência da nova estrutura – levarão, nos próximos 50 anos, à necessidade de uma área útil muito superior à área total do atual edifício, parece evidente que só mesmo a construção de um prédio anexo dotará a

> Biblioteca Nacional de instalações satisfatórias para abrigar um acervo sempre crescente e oferecer condições ideais de trabalho e atendimento aos usuários. (1973, p. 263)

Neste momento, ela insere em sua narrativa a informação de que "já desde 1960, quando de há muito vinham sendo consideradas insatisfatórias as instalações da Biblioteca Nacional, vem ela reivindicando para si a antiga sede do Supremo Tribunal Federal" (1973, p. 264) – ou seja, a denúncia da falta de espaço não foi sua prerrogativa, e soluções vinham sendo apresentadas há mais de uma década, como já vimos. O prédio a que ela se refere, a antiga sede do Supremo Tribunal Federal, é o prédio contíguo à Biblioteca Nacional, sito à Av. Rio Branco, 241, e com entrada também pelos fundos, na rua México. É também uma edificação da época da reurbanização da cidade, com construção iniciada em 1905, e inicialmente projetado para abrigar a Mitra Arquiepiscopal. Ainda durante a obra de construção, o prédio foi adquirido pelo Governo Federal e, quando inaugurado, em 1909, passou a ser sede do Poder Judiciário no país. O Supremo Tribunal Federal ocupou o prédio até 1960, quando foi transferido para a nova capital federal, Brasília; depois disso, foi ocupado com outras instâncias da Justiça e, em 2001, o prédio foi reaberto como Centro Cultural Justiça Federal.

Em 1974, Jannice conta que o grupo de trabalho examinou duas diferentes propostas para sanar o problema de espaço: o uso do terreno do antigo STF ou a construção nos terrenos laterais nos fundos da Biblioteca, dependendo a solução de apreciação superior – proposta endossada por Lucio Costa, que entregou uma sugestão de Anexo que agregaria 8000 m2 distribuídos em oito pisos construídos em um dos espaços que hoje abriga um jardim, nos fundos da Biblioteca. Jannice completa: "O trabalho com relação ao edifício anexo da Biblioteca Nacional aguarda, porém, ao findar 1974, medidas que, já agora, fogem da alçada da instituição" (1974, p. 203). Refere-se ela à Exposição de Motivos 838, encaminhada em 4 de agosto pelo Ministro interino Confúcio Pamplona[38] à Presidência da República, que pede uma solução para que a BN possa usar o prédio do STF. Em outubro de 1975, foi designada uma comissão para elaboração de um programa de construção de edifício Anexo para a Biblioteca. No ano seguinte, a Diretoria da BN encaminhou ao Iphan os "elementos fundamentais para possibilitar

[38] Confúcio Pamplona, militar, nascido em 1920, foi Secretário Geral do MEC e ministro interino do mandato Jarbas Passarinho.

às autoridades competentes a decisão apropriada, em relação ao local ideal para sua construção [do Anexo]". Enquanto isso, deu-se continuidade aos entendimentos entre Justiça Federal e MEC para utilização do terreno do STF; o movimento perdurou durante o ano de 1977, "no sentido do aproveitamento conjunto do terreno ainda hoje ocupado pelo edifício que abrigou o Supremo Tribunal Federal, no Rio de Janeiro" (1977, p. 290).

Jannice termina seus relatórios de gestão sem ver solução para o problema que continuamente manteve em pauta. Em 1978, último ano em que publica seu relatório, ela conta que "Permaneceu, durante o exercício, o problema de espaço físico agravado diariamente pelo número crescente de publicações recebidas, basicamente, em virtude do mecanismo do depósito legal" (1978, p. 331). E ratifica que a questão foi encaminhada às instâncias superiores: "... o assunto foi transferido a Sua Exa. O Sr. Presidente da República e, ao que se saiba, ainda sem solução".

Passados mais de 35 anos do final da gestão Jannice, a Biblioteca Nacional ainda não viu solução definitiva para o problema de espaço, tanto para trabalho quanto para armazenamento de acervo. Conforme previsto, este aumenta progressivamente e já esgotou todos os nichos disponíveis no prédio Sede. Na década de 80, um silo de cereais de cerca de 16000 m2 foi adquirido na Zona Portuária do Rio de Janeiro, a fim de abrigar o tão esperado prédio Anexo. Em condições muito aquém do ideal, o prédio tem sido usado para armazenar não só acervo da Biblioteca, mas a reserva técnica do Escritório de Direitos Autorais e, durante muito tempo, serviu também como depósito para materiais do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Em 2014, um concurso promovido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil selecionou, dentre 66 inscritos, um projeto de retrofit para o prédio de quatro pavimentos assinado pelo arquiteto Hector Vigliecca. A proposta privilegiava o aspecto de equipamento cultural da biblioteca e a inclusão do prédio no escopo do novo Porto Maravilha, iniciativa de revitalização da área portuária da cidade. A ideia era transferir todo o acervo corrente e parte da área técnica da Biblioteca para este novo prédio, mantendo no prédio sede os acervos especializados. Contudo, com a mudança na administração da FBN em 2016, o projeto foi arquivado.

Nova dificuldade na administração do espaço ocupado pelos setores da Biblioteca surgiu em 2016, quando uma obra de reestruturação do Palácio

Capanema, antiga sede do Ministério da Educação e Cultura no Rio de Janeiro, obrigou a desocupação do prédio. Com isto, o Escritório de Direitos Autorais, a Biblioteca Euclides da Cunha e a Divisão de Música e Arquivo Sonoro, setores da BN sediados no prédio, foram deslocados para o edifício do Teleporto, próximo da Prefeitura do Rio de Janeiro. Os acervos ainda não foram transportados e, portanto, o atendimento que depende de consulta está suspenso por tempo indeterminado.

Figura 5 – Projeto do Novo Prédio Sede da Biblioteca Nacional (Anexo)

Projeto apresentado pelo escritório Vigliecca & Associados em concurso promovido em 2014

5.2 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

A maior evidência das diferenças entre Jannice e Adonias pode ser facilmente percebida na leitura dos relatórios. Enquanto ele se limitava a fazer introduções aos relatórios de seus subordinados, sem filtrar as informações que repassava ao Ministério, Jannice coligia todos os dados e os apresentava em estrutura própria, dando destaque às atividades biblioteconômicas desenvolvidas na casa. Quando assumiu a Direção, ela encontrou o processamento técnico separado em várias divisões distintas, o que, provavelmente, lhe parecia pouco lógico. Em 1972, com o estabelecimento do grupo-tarefa para reestruturação da Biblioteca, ela apresentou um novo organograma que uniu as etapas do processamento técnico. O organograma ainda sofreu diversas alterações ao longo do tempo, em particular depois da transformação da Biblioteca em Fundação, em 1990.

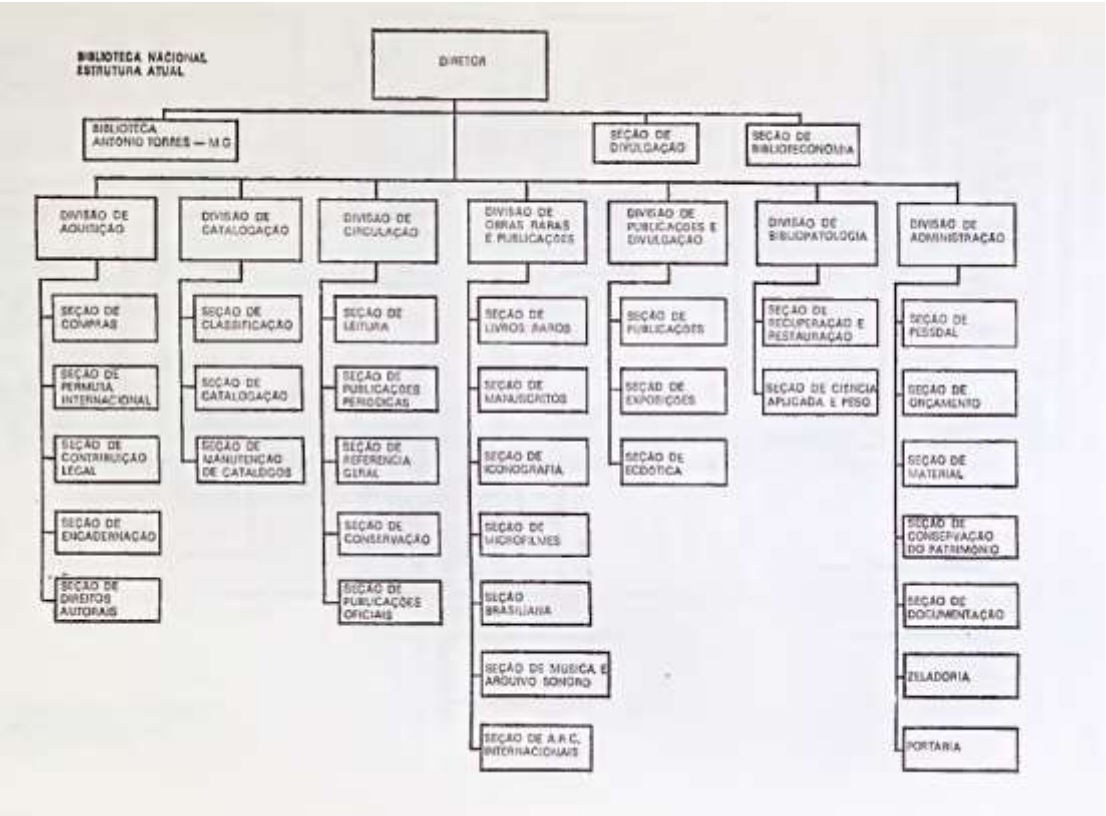
A estrutura que a Biblioteca Nacional tem hoje para o processamento técnico de seu acervo encontra-se principalmente organizada num Centro

especializado, chamado de Processamento e Preservação. A equipe do Centro é distribuída em três Coordenações, responsáveis pelos Serviços Bibliográficos (processamento técnico biblioteconômico), Preservação e Microrreprodução. Apesar de ser obviamente um tema interessante do ponto de vista da história dos processos técnicos na Biblioteca, e de os relatórios de Jannice trazerem muitas informações relevantes, creio que aqui o foco seria um pouco perdido se mantivéssemos a análise de todos os dados apresentados. Por ora, apenas alguns aspectos, para fins de amostragem do interesse com que ela relatava as atividades, serão expostos.

A estrutura encontrada por Jannice quando assumiu a Biblioteca tinha, nas suas próprias palavras,

> necessidade de rever a natureza da instituição, para atender de maneira mais pronta às soluções de seus problemas, uma vez que encontramos a Biblioteca Nacional subordinada ao Departamento de Assuntos Culturais do Ministério da Educação e Cultura, e sem autonomia administrativa e financeira. Dirigimos nossa ação [...] para os problemas de caráter técnico, que exigiam uma tomada de posição imediata. (MONTE-MÓR, 1972, p. 16)

Figura 6 – Organograma da Biblioteca Nacional em 1971



Fonte: Monte-Mór (1974)

E continuou, chamando a atenção para sua motivação em resolver os problemas de ordem técnica, já que eram de conhecimento geral no meio especializado. Segundo ela, seria normal ao “idealismo do bibliotecário profissional” o interesse em resolver “os destinos da Biblioteca Nacional” (MONTE-MÓR, 1972). Existiria, portanto, um movimento de classe em torno da instituição que justificaria a atenção aos processos técnicos e sua melhoria. Segundo sua observação, o organograma que estruturava a biblioteca não era lógico, nem funcional, apresentando divisões constituídas sem critério consistente, o que ocasionava ambiguidade de serviços (caso, por exemplo, das coleções de periódicos, que podiam ser encontradas em diversas seções; ou ainda, a atividade de encadernação, separada da conservação, que se encontrava na Divisão de Circulação).

Nos Anais de 1972, ela relata que a preocupação com a estrutura da Biblioteca já existia desde 1967, quando um grupo de estudos propôs um esquema de reorganização para a BN, sem entretanto implantar as alterações[39]. Na tentativa de começar um processo de solução dos problemas, Jannice apresentou uma de minuta de lei para transformação da BN em órgão autônomo, vinculado ao MEC. Também solicitou a celebração de convênio com a Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social (Mudes) para contratação de 20 bolsistas de Biblioteconomia para atuação nos serviços técnicos. Buscando uma maior visibilidade para os problemas da BN ela também pediu que a instituição fosse apresentada ao Escritório para a Reforma Administrativa, a equipe de avaliação da FGV formada para estudar a estrutura do Estado.

Tendo seu pleito atendido, em 1972 iniciaram os estudos de reforma administrativa, incluindo um “exame acurado da situação da Biblioteca Antônio Torres” de Diamantina, vinculada à BN por força de lei a partir de 1954. A revisão do papel dessa biblioteca na estrutura da BN foi objeto de comentário inclusive durante a CPI da Biblioteca, em 1966; e todos os depoentes se manifestaram sugerindo que ela fosse retirada da estrutura da BN. O grupo de trabalho da FGV, na década de 70, redigiu documento que reposicionava a Biblioteca Nacional dentro de um

[39] A referência é ao grupo de trabalho criado como resultado da CPI, que, como já sabemos, não gerou resultado prático algum.

objetivo mais amplo de “difusão cultural no processo educativo para o desenvolvimento”. O relatório do ano especifica as conclusões do grupo de trabalho, incluindo mapeamento de atividades realizadas na Biblioteca, clientela atendida, alteração de rotinas, diretrizes e políticas, “com o propósito de preparar o terreno para a nova estrutura”, resultando numa estrutura de transição para as necessidades vindouras. A Biblioteca Antônio Torres, de vocação pública, começou a ser transferida para o município de Diamantina; em compensação, em 28 de dezembro ocorreu a assinatura do termo de cessão da Biblioteca Euclides da Cunha (BEC), localizada no Palácio Capanema, no Rio de Janeiro, do Instituto Nacional do Livro (INL) para a BN. Nas palavras de Jannice, “depois de trabalhos preliminares de seleção e nova orientação, [a BEC] passará a constituir uma especializada coleção de obras didáticas”, papel que cumpre até hoje.

Ao mesmo tempo em que as estatísticas apresentadas por Jannice prestavam contas da atuação técnica da instituição, também davam satisfações sobre a difícil situação em que ela encontrou o acervo e seus esforços para maximizar o valor do trabalho das equipes técnicas encarregadas do processamento do material armazenado na casa. Ao assumir, em 1971, Jannice deparou-se com cerca de 500.000 volumes em depósito “desde os primórdios da instituição, que não haviam recebido ainda qualquer processamento técnico – e não o receberam até agora – e que aguardam sua incorporação oficial ao acervo” (p. 363). Além disso, constatou que havia um atraso de 6 anos no tratamento técnico do material recebido, o que prejudicava sobremaneira a execução de uma bibliografia nacional atualizada.

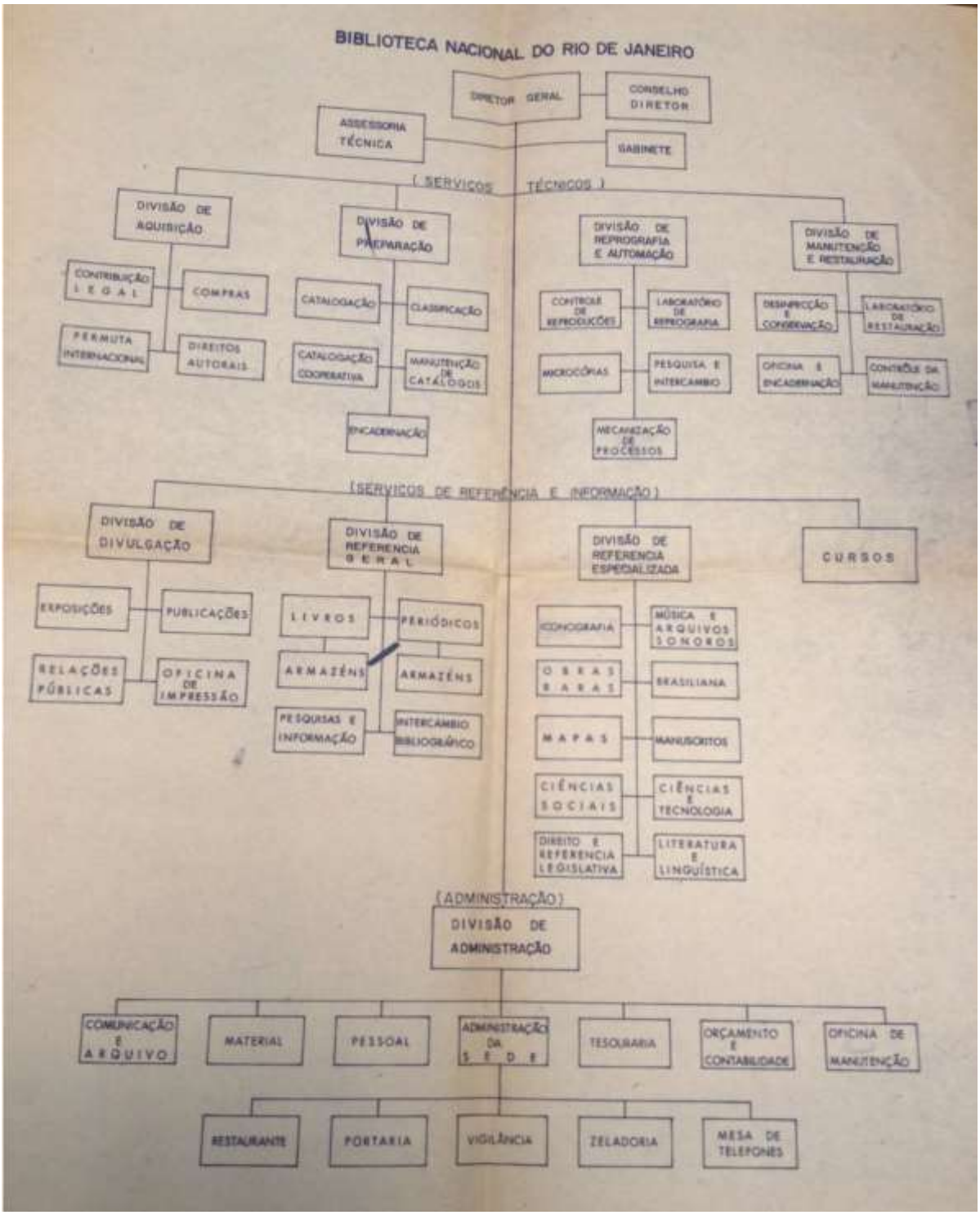
Em 1972, um dos projetos do grupo-tarefa presidido por Jannice foi o da racionalização das rotinas de trabalho. Tendo em vista a preocupante situação encontrada no ano anterior, de atraso significativo no processamento técnico e grande quantidade de material sem nenhum tratamento, foi estudado um modo de priorizar o fluxo do livro – seu percurso pelas etapas do processamento – a fim de disponibilizar o acervo aos leitores. O projeto também verificou a viabilidade de automação do processamento técnico; como resultado, indicou condições para a automação de serviços num “futuro próximo”, que se revelou realmente bastante próximo: no mesmo ano, a Biblioteca Nacional ingressou no projeto piloto para

utilização do formato Calco, idealizado pela bibliotecária Alice Príncipe Barbosa[40]. O Calco permitia a automação da descrição de dados bibliográficos através de um formato de entrada de dados compatível com o Marc II, então em uso na Library of Congress, nos Estados Unidos. Para participar do projeto, adotou-se como padrão descritivo na BN o Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR), substituindo o código da American Library Association (ALA) vigente na instituição desde a reforma proposta por Rubens Borba de Moraes em 1945.

Apesar de organizar de modo mais racional as divisões da Biblioteca, já inserindo uma ideia de "fluxo" de processamento, ainda há ambiguidades no organograma de estudo apresentado; a mais visível é a existência de duas seções para encadernação, uma ainda atrelada à preparação do acervo, outra na restauração. Desapareceram da estrutura, entretanto, a Biblioteca Antônio Torres e os Cursos de Biblioteconomia, que foram transferidos à Fefieg. Vê-se a intenção de colocar a Biblioteca no papel de agência bibliográfica nacional, de centro de referência de dados bibliográficos, ao incluir na estrutura uma seção de "catalogação cooperativa" e outra de "intercâmbio bibliográfico" – redundante com as tarefas já exercidas pelo setor de "permuta internacional". A seção de catalogação cooperativa, assim como a de permutas, não permaneceram no organograma definitivo, mais enxuto e próximo da atual estrutura dos centros.

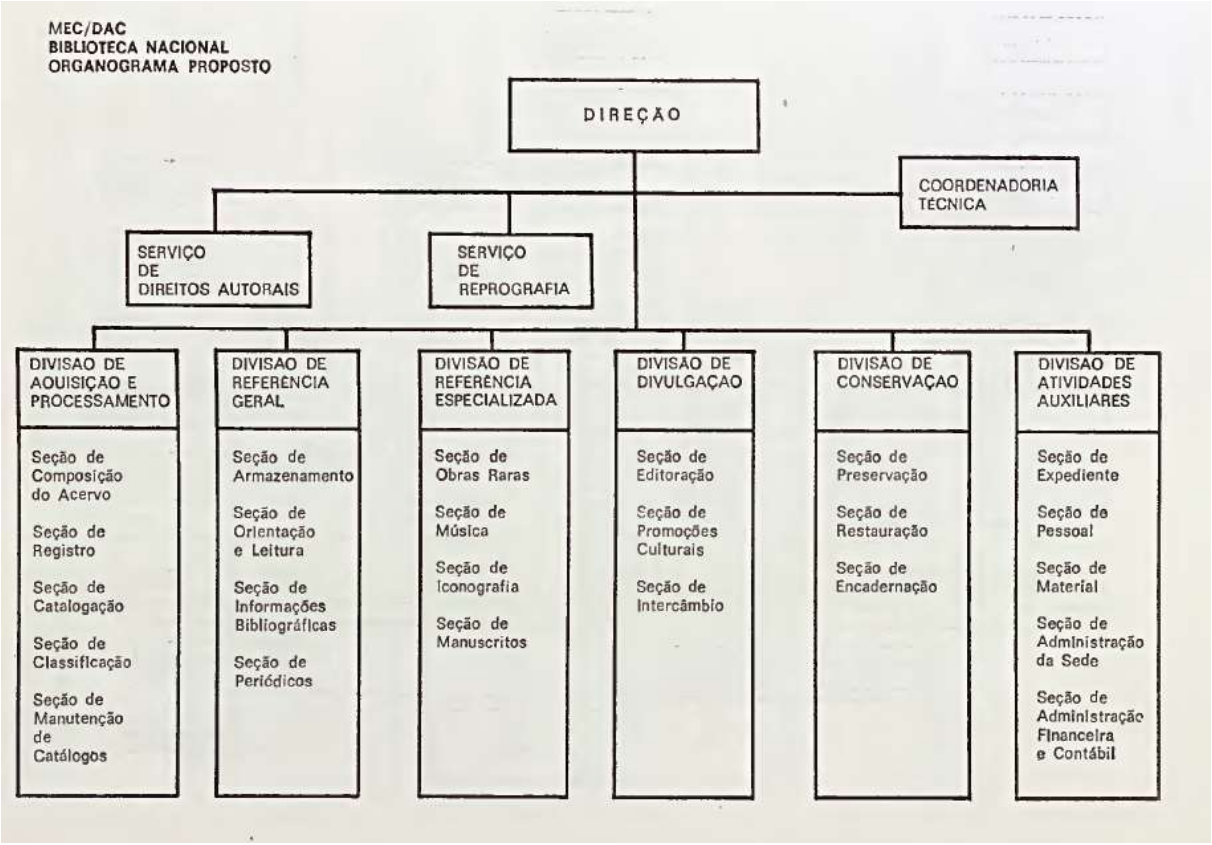
[40] Alice Príncipe Barbosa (1919-1975), bibliotecária e professora, pioneira dos estudos de automação da catalogação no Brasil. Desempenhou importantes atividades no SIC e no IBBD.

Figura 7 – Organograma de estudo do grupo tarefa em 1972



Disponível na Divisão de Manuscritos da FBN

Figura 8 – Organograma proposto em 1974



Fonte: Monte-Mór (1974)

Um dos alvos dos estudos do grupo foi o problema da encadernação do acervo, “uma das principais causas do estrangulamento no fluxo do livro”, já que todo o material bibliográfico era encadernado antes do armazenamento – motivo pelo qual havia uma seção específica para a tarefa dentro do fluxo do processamento técnico. Como solução para a questão, aprovou-se o arquivamento imediato e encadernação mediante necessidade, uma prática adotada até hoje. As rotinas de registro (tombamento patrimonial) também foram simplificadas, o que agilizou o processo, segundo Jannice, em 12 vezes, propiciando um incremento da produção mensal do setor de processamento e elevando seus números ao equivalente a um ano de trabalho. Este avanço animou a diretora, que afirmou parecer “lícito prognosticar que, face à nova rotina e se eliminados todos os atrasos anteriormente existentes, o tempo de processamento e trânsito interno do livro se reduzirá de seis anos para quatro meses, no máximo” (p. 264).

O processo de aquisição, primeira etapa para o material fazer parte do acervo da Biblioteca, dava-se majoritariamente através da então chamada

"contribuição legal": o Depósito Legal, exigência de envio de pelo menos um exemplar de toda publicação no país para compor o acervo da BN. Na década de 70, este dispositivo ainda era o Decreto 1805 de 1907, bastante defasado, cuja atualização também foi objeto de pleito por parte de Jannice, atenta às necessidades de adequação da legislação à realidade das bibliotecas, em pleno processo de informatização. Ainda havia as possibilidades de aquisição através de compra, para a qual Jannice declarou que a verba não era suficiente, e através do Intercâmbio, outra modalidade de aquisição de acervo, através da qual a Biblioteca envia suas publicações e recebe outras em troca (permuta) ou a título de doação. Está disciplinado pelo Decreto 20529 de 1931, que foi revigorado em 2003. A atuação do Serviço Nacional de Intercâmbio Bibliográfico é de extrema importância, na medida em que propicia o incremento do acervo e a cooperação entre instituições. Inicialmente, era função precípua da Biblioteca Nacional o envio de todas as publicações oficiais brasileiras aos países signatários da Convenção de Bruxelas de 1886, às bibliotecas públicas brasileiras e a entidades de renomada atuação cultural. Ao longo do tempo, contudo, essa função foi perdendo-se e atualmente o Serviço atua basicamente como agente permutador de publicações da própria Biblioteca e distribuidor de suas duplicatas. Atualmente, o Serviço de Intercâmbio conta com mais de 600 instituições cadastradas para recebimento de peças.

Como vimos nos organogramas apresentados, à época de Adonias e Jannice a aquisição de acervos era de responsabilidade de uma divisão separada do processamento. Atualmente, existe uma Divisão responsável pela captação através de Depósito Legal dentro da Coordenadoria de Serviços Bibliográficos, integrada com as etapas de tratamento do material. Por sua vez, o Intercâmbio está também na Coordenadoria, subordinado à Divisão de Ampliação de Acervo.

Em 1971, primeiro ano de gestão, Jannice aferiu que o acervo da BN poderia conter cerca de 2,5 milhões de peças, sendo incrementado neste ano com cerca de 62 mil peças através da contribuição legal e outras 7 mil por doação e permuta. De posse destes dados, relatou Jannice que a contribuição legal estaria captando apenas 20% do que era publicado no país (MONTE-MÓR, 1974). Alarmada, ela encaminhou às autoridades uma exposição de motivos para atualização da legislação de depósito legal - o que só foi ocorrer de fato mais de

trinta anos depois, com a promulgação da Lei 10994 de 2004, proposta em 1989 pelo ex-ministro Jarbas Passarinho.

Em 1972, Jannice relata que foram envidados esforços para o estabelecimento de “fundamentos de uma política racional de aquisições, determinando prioridades a assuntos constantes da classe 100" da Classificação Decimal de Dewey, tabela adotada para classificação do acervo da BN na gestão de Rubens Borba de Moraes. Apesar dessa orientação, a aquisição deveria enfatizar as áreas de filosofia, lógica e literatura portuguesa, seguindo os princípios de desenvolvimento de coleções de bibliotecas nacionais proposto pela Unesco, de acervos de caráter humanista e universal.

Retomando a análise estatística da captação da produção editorial do país, em 1974 Jannice afirma que “uns 60% da atividade editorial do País lhe são sonegados, constituindo um crime contra a história da cultura brasileira, do ponto de vista da produção bibliográfica representativa dessa cultura”. Em 1975 apresenta-se o número exato de 3.201.600 peças compondo o acervo da Biblioteca, tendo sido incrementado em quase 63 mil peças durante o ano oriundas da contribuição legal, 1726 peças compradas, 24836 livros permutados e 546 doações.

A ação do grupo-tarefa em 1973 permitiu uma atualização de processamento da ordem de 28000 obras – produção superior a dois anos de trabalho, se considerado o ritmo alcançado no ano anterior. Já em 1975, o Calco, usado na BN desde 1972, foi eleito por especialistas em nível nacional como o formato padrão para automação de bibliotecas brasileiras. O domínio do formato permitiu que em 1975 fosse possível a elaboração do projeto de execução do catálogo e do inventário de periódicos via automação, no Centro de Informática do MEC (Cimec), num convênio MEC/CNPq chamado “Controle do acervo da Biblioteca Nacional” (HAGIWARA; SILVA; COSTA, 2011).

Em 1978 foi lançada nos Estados Unidos a segunda edição do AACR. Sua adoção na BN, contudo, só ocorreu em 1982, quando ela aderiu à rede Bibliodata de bibliotecas, gerenciada pela Fundação Getúlio Vargas. As bibliotecas da rede usavam o AACR2 como padrão descritivo para permitir o compartilhamento de registros bibliográficos em um grande catálogo coletivo – uma cooperação permitida pelo uso do formato Calco em todas as instituições participantes. No ano do lançamento do código, Jannice tentou adquiri-lo para a Biblioteca, sem sucesso. E relatou: “Não tendo chegado à Biblioteca nenhum exemplar do Código de

Catalogação Anglo-Americano [...] continuou-se nos moldes tradicionais", ou seja, com a primeira edição do AACR (p. 328).

Em geral, os números da década de 70 não diferem significativamente dos apresentados pela FBN nos dias de hoje. Colocando lado a lado os números das séries históricas 1974-1978 e 2013-2016, desprezando eventos pontuais como captações excessivas de duplicatas e usando como indicador de processamento técnico somente as obras classificadas dos anos 70 (por considerarmos que a obra só vai para o armazenamento depois desta etapa cumprida), é quase chocante perceber o quão pouco a Biblioteca Nacional avançou em termos quantitativos na captação e tratamento de seu acervo. Não é exatamente surpreendente, considerando-se que o quadro de pessoal também permaneceu praticamente estagnado, mas o que se nota, depois do avanço incontestável das tecnologias e dos softwares de gerenciamento de acervos, é que somente esta atividade obteve crescimento estatisticamente notável, dobrando a média de produtividade. Esta comparação direta não pode ser realizada com os números do processamento técnico da década de 60 porque, como já vimos, a estrutura da Biblioteca era fundamentalmente distinta, e o tratamento técnico das coleções era segmentado nos diferentes acervos. Chama a atenção, contudo, a grave discrepância entre os dados descritos na gestão Jannice e os dados apresentados, por exemplo, para o ano de 1970, em que consta que "foram adquiridas **8644** obras para o acervo da BN (...) através de compra (...), doação, permuta, direitos autorais e contribuição legal" e "classificados e catalogados mais de **7000** obras [sic]" (grifo meu).

Figura 9 – Tabela de indicadores de produtividade anos 70/anos 2010

	1974	1975	1976	1977	1978	2013	2014	2015	2016
Obra captada	60150	90108	80300	81666	94373	89966	95827	78069	78531
Intercâmbio	25147	21500	16266	16484	20297	36572	36608	23327	22501
Processamento técnico	14129	12951	9284	10083	6373	22560	16462	18782	22434

Fonte: elaborado pela autora

Atividades prioritárias de uma biblioteca nacional, a conservação e a restauração ganharam espaço na gestão de Jannice. Em seu relatório de 1971, ela coloca que encontrou parte do acervo "em estado de verdadeira calamidade" (p. 363), citando o famoso relatório de Borba de Moraes, que em 1945 foi censurado e

só veio a público na década de 70. A fim de tentar minorar as dificuldades enfrentadas, ela inicialmente solicitou vistoria no sistema de proteção contra fogo e treinamento do pessoal no uso de equipamentos em caso de incêndio – preocupação pertinente, já que os armazéns, repletos de material altamente inflamável, ficam expostos nos mesmos ambientes em que há circulação de pessoas. De olho no investimento a ser feito na conservação do acervo, ela também solicitou, no mesmo ano, um crédito suplementar para providências emergenciais na área, e verba para desinfestação total do acervo. Tratou de incluir em suas ações uma consulta à Comissão Nacional de Energia Nuclear sobre a viabilidade de emprego da radioatividade para imunização e preservação do acervo.

Em 1972, um convênio permitiu que a Biblioteca tivesse orientação técnica do Instituto de Biologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) na limpeza e desinfestação de periódicos. Em 1974, a Biblioteca recebeu a visita da Dra. Maria di Franco, da Biblioteca Vallicelliana de Roma. Durante duas semanas, a especialista fez uma análise global da situação em curso na instituição e elaborou um plano de trabalho, relatados oficialmente à Unesco. Destacam-se em seu relatório o apontamento da necessidade de implantação de laboratório de pesquisa em patogenia e da colaboração de especialistas biólogos e químicos no estudo das melhores práticas. Como resultado, a Unesco concedeu à Biblioteca quatro bolsas de especialização na Itália.

As recomendações da dra. Di Franco foram seguidas em 1975: técnicos dos laboratórios de Biologia e Bioquímica da UFRRJ foram convidados a contribuir nas pesquisas para conservação do acervo. No ano seguinte, o notável aporte financeiro da Fundação Ford para a microfilmagem dos periódicos da coleção da biblioteca permitiu que fossem gerados quase 196 mil fotogramas. O apoio da Fundação Ford continuou durante o ano de 1977, fazendo com que a microfilmagem de periódicos alcançasse impressionantes 425000 fotogramas de jornais. Deu-se continuidade à rotina de verificações contra infestações de insetos, e foram implantadas novas orientações de restauração, de acordo com os resultados das bolsas Unesco concedidas aos servidores na Itália.

Uma das preocupações dos relatórios de Jannice, como se pode verificar, era a de prestar contas estatísticas da atuação da Biblioteca. A diretora sempre defendeu o papel de atendimento ao público, sem, contudo, perder de vista a missão de biblioteca de "última instância". Assim, durante os oito anos da gestão

dela o número de atendimentos presenciais oscilou entre 68 mil e mais de 100 mil, no ano de 1977. Considerou Jannice em seu relatório de 1975 que estes números "atestam uma centralização involuntária de consultas, por deficiência da rede estadual de bibliotecas públicas [...]" (Anais, p. 445). E completou, oferecendo uma breve análise da situação do sistema de bibliotecas vigente:

> Através dos anos, a BN tem sido desviada, paulatinamente, do seu papel de 'biblioteca de última instância', onde a informação deve ser fornecida a consulentes de nível cultural superior, sensíveis ao valor do acervo que ela abriga. As conhecidas deficiências na rede de bibliotecas da cidade do Rio de Janeiro têm levado a BN a atender público que, normalmente, deveria procurar bibliotecas públicas e escolares e, com isso, o número imenso de consulentes que absorvem tempo, espaço, acervo e serviços da instituição vem prejudicando seus naturais leitores, entendendo-se como tal os usuários da área erudita, artística ou mesmo universitária. (Anais, p. 451)

Em 1974, foi implantado "em embrião" o modelo de atendimento à distância (por telefone, carta ou telex) (MONTE-MÓR, 1974). Em 1976, o relatório aponta que essa modalidade de atendimento, para usuários de fora do então Estado da Guanabara, foi oferecido para 12 Estados, atendendo majoritariamente consultas de São Paulo, e 27 países, principalmente a Grã-Bretanha. Esta atividade foi ganhando importância e tornou-se um setor específico, atualmente denominado Dinf – Divisão de Informação Documental. Nele, pesquisadores especialistas do quadro da Biblioteca realizam levantamentos documentais sob demanda para usuários fora do Estado do Rio de Janeiro.

Em seu último relatório, em 1978, Jannice destaca o atendimento de mais de 107000 usuários presenciais, que usaram mais de 262000 peças do acervo. Conta também que foram realizadas quase 11300 pesquisas. Quanto ao atendimento à distância, durante o período atenderam-se quase 5000 solicitações, sendo cerca de 3200 de 19 Estados brasileiros e pouco mais de 1700 de 32 países estrangeiros.

Uma das constatações da gestão de Jannice foi a de que havia um alto índice de solicitações de consultas legislativas por parte dos usuários da Biblioteca. Esta demanda levou ao pedido de instalação de um terminal Prodasen desde 1975. O Prodasen é um sistema de informação criado pelo Senado Federal no início da década de 70, com o objetivo de melhorar o acesso às informações legislativa e

jurídica. O pedido só foi acatado em 78, para assinatura do convênio e instalação em 79, já fora da gestão Monte-Mór.

Nos anos 70, época da gestão de Jannice, a reprodução do acervo através de copiadoras era permitida sem restrições. Hoje em dia, tendo em vista a missão de preservação do acervo e a deterioração a que a lâmpada da máquina copiadora submete o papel, esta modalidade de reprodução foi suspensa. Atualmente permitem-se apenas cópias em microfilme, executadas pela equipe da Coordenadoria de Microrreprodução, e cópias digitais dos arquivos gerados e tratados pela equipe de digitalização.

5.3 PESSOAL

Ela também apontou a existência dos já sabidos problemas relacionados à gestão de pessoal: “O sistema de pessoal é quantitativamente insuficiente, e, qualitativamente, por vezes, inadequado”. (Anais, 1972, p. 364).

Enquanto isso, a situação do quadro de pessoal não ia nada bem: segundo Jannice, a lotação não correspondia às necessidades da casa, que contava na ocasião com 286 funcionários do quadro e 26 cedidos, numa “acentuada insuficiência numérica, o que prejudicou o bom andamento de todos os serviços”. Além disso, havia evasão do pessoal capacitado, os salários pagos eram baixos e havia urgência de reciclagem do pessoal. Tentando racionalizar os cargos existentes, ela propõe a criação dos cargos de “Técnico em Documentação”[41], unindo os então em vigor Bibliotecário e Documentarista, ambos de formação bibliotecária, e “Técnico em Editoração”. No mesmo sentido, ela apresenta proposta de nova lotação, a ser implantada em 1973.

Com relação às atividades exercidas na Biblioteca, em 1972 começou a redação das minutas de instruções de serviço para as atividades do órgão, mostrando preocupação com o planejamento e organização da instituição. Do mesmo modo, Jannice procura integrar a BN no Plano Setorial de governo, enquadrando as atividades da casa nos planos 24 – Preservação do Patrimônio Artístico Nacional e 25 – Incentivo à Difusão e à Criação no Âmbito da Cultura. Estes dois planos estão mais ou menos mantidos até hoje na atual estrutura dos

[41] Este cargo permanece no quadro até hoje, gerando confusão, já que na década de 90 criou-se o cargo de “bibliotecário” e os “técnicos em documentação” passaram a ser profissionais de nível superior com formação em outras áreas.

Planos Plurianuais do Governo Federal, desmembrados em planos internos que são executados através de ações realizadas diretamente pelos órgãos.

Em 1973 foi efetivamente implantada a reforma administrativa através do trabalho do grupo-tarefa, responsável pelo desenho de novos fluxos e rotinas de trabalho, bem como pelo treinamento e aperfeiçoamento do pessoal da Biblioteca. Também ocorreu o reencaminhamento à Secretaria Geral do MEC do anteprojeto revisado de decreto, anteriormente minutado como lei, para dar à BN autonomia administrativa e financeira. A direção também investiu em cursos para atualização de pessoal, uma necessidade apontada no ano anterior: foram ministrados os cursos "Panorama da moderna biblioteconomia", "Introdução aos computadores", "Administração geral", para funcionários de nível médio, e um curso intensivo de formação de agentes administrativos. Jannice também retomou uma ideia antiga e criou um Boletim Administrativo para facilitar a comunicação interna.

O número de funcionários ativos na Biblioteca Nacional permaneceu bastante baixo no ano de 1974, que encerrou-se com 292 servidores no quadro. Este número foi aumentado em apenas quatro pessoas no decorrer de 1975, "insuficientes, em número, para execução das atividades que cabem à instituição", segundo palavras de Jannice (Anais, p. 455). Naquele ano, ela conseguiu a aprovação de novo Regimento Interno da Biblioteca Nacional (Portaria 470, de 1 de outubro), possibilitando a reclassificação dos cargos existentes.

O relatório de 1976 apresenta mais uma queda no número de cargos ocupados: Jannice informa que o quadro de pessoal conta com 360 cargos, sendo apenas 281 preenchidos.

> Por outro lado, em 31 de dezembro de 1976, a força de trabalho da BN era de somente 229 funcionários, equivalente a 2/3 da lotação da casa, o que tem contribuído para dificultar a execução [...] das inúmeras tarefas que lhe estão confiadas... (MONTE-MÓR, 1976, p. 230)

Em 1976 também ocorre, finalmente, a execução total da fase de planejamento da nova estrutura organizacional, para implantação prevista a partir de 1977. Conforme conta a Diretora em seu relatório daquele ano,

> A nova estrutura outorgada em outubro de 1975 foi implantada, de forma gradual, durante todo o exercício de 1977, exigindo remanejo físico de setores e acervos, bem como todo um esforço de adaptação às atribuições discriminadas no Regimento em vigor" (MONTE-MÓR, 1977, p. 297)

Pode-se inferir que este esforço foi não só no sentido do remanejo físico que ela mencionou, mas também em adaptar a força de trabalho de apenas 256 cargos preenchidos, estando 104 vagos de acordo com o quadro vigente à época.

No último ano completo em que esteve à frente da Biblioteca Nacional, Jannice Monte-Mór viu a situação de pessoal chegar num estado crítico, de carência total, estando ocupados apenas 216 cargos dos 360 previstos para o quadro da instituição – menos cargos ocupados do que durante a gestão anterior, que, em 1969, contava com 341 servidores, e com o quadro ainda engessado. A nova estrutura organizacional, resultado dos anos prévios de estudos, foi finalmente implantada, mas ainda faltou às realizações da Diretora ver a Biblioteca em uma situação administrativa autônoma, um dos seus grandes pleitos.

Esta situação não melhorou dos anos 60/70 para cá. Dados do último relatório de gestão da FBN disponível no site da instituição, referente ao ano 2015, mostram que há apenas 385 cargos ocupados no quadro, dos 564 autorizados – e dos cargos ocupados, apenas 362 o são por servidores de carreira vinculada ao órgão (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 2016). Ou seja: o quadro de pessoal efetivamente ocupado nem chegou a dobrar em quase quarenta anos, mal preenchendo o número de vagas previstos para aquela época.

Os últimos relatórios de Jannice deixam transparecer uma certa impaciência com a situação da Biblioteca. Ficam mais claros os usos de expressões que ressaltam a falta de providências do Ministério com relação aos pleitos da Direção Geral. Se em 1976 a Diretora ainda acreditava em um "saldo realmente animador, apesar de faltarem à BN, ainda, muitas das condições propiciadoras de desempenho e desenvolvimento à altura de suas finalidades e dos consulentes que a procuram (MONTE-MÓR, 1977, p. 230), em 1978, conta a Diretora que "Permaneceram [...] as diretrizes do MEC no que tange à área da Cultura. Não houve, portanto, solução de continuidade na execução das atividades da Biblioteca, nem mesmo no desenvolvimento de projetos especiais [...]" (MONTE-MÓR, 1979, p.

325). E também: “Não tendo sido solucionados os problemas de infra-estrutura da Casa, a Direção continuou a recorrer à técnica de administração por objetivos...” (p. 331). O uso de expressões como “mais uma vez”, “como de costume” ou “permaneceram”, que se repetem ao longo do texto, dá a entender que as condições operacionais da Biblioteca vinham sendo continuamente mantidas iguais – e insuficientes. O encerramento do relatório dá o exato tom da indignação e resignação experimentadas pela Diretora:

> Mais uma vez, a Direção da Casa vê o término de novo exercício sem que os problemas de base (construção de um edifício anexo; lotação do quadro de pessoal; autonomia administrativa) – apontados desde os estudos de Reforma Administrativa (1971/72), e que dependem de decisão superior – estejam solucionados, apesar da compreensão e apoio permanentes recebidos das autoridades do Ministério. (MONTE-MÓR, 1979, p. 338)

É verdade que Euro Brandão, Ministro da Educação, Cultura e Desportos no final de 1978, encaminhou correspondência à Presidência da República chamando a atenção para o fato de que “Preocupa-nos extremamente a situação da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro” (BRANDÃO, 1978), e expondo os motivos pelos quais se fazia necessária a criação de um grupo especial a ser contratado para mitigar a extrema carência de pessoal em que se encontrava a Biblioteca na ocasião.

Jannice deixou a Direção Geral da Biblioteca Nacional em abril de 1979, não sem antes deixar para o sucessor extenso relatório em 30 páginas, mais anexos, intitulado “A Biblioteca Nacional em março de 1979”. A intenção da diretora foi, textualmente, apresentar as dificuldades da instituição, já que as realizações estavam publicadas nos Relatórios constantes nos Anais da Biblioteca. Uma vez mais, Jannice chamou a atenção para

> A falta de compreensão, no País, dos objetivos de uma <u>biblioteca nacional</u>, tal como do ponto de vista técnico é classificada pelos organismos internacionais, distinguindo-a da <u>biblioteca pública</u>, parece-me o primeiro sério problema a considerar, já que a BN enfrenta, ao longo dos anos, a grave situação de funcionar como biblioteca pública e até escolar, para a cidade do Rio de Janeiro, em séria contradição com sua própria filosofia de Órgão responsável pelo “Controle Bibliográfico Nacional”, em consequência da prerrogativa do “depósito legal”, que lhe é outorgada por legislação específica. (MONTE-MÓR, 1979, p. 2. Grifo no original)

Este documento é um diagnóstico muito preciso da situação da Biblioteca e dificilmente a profundidade e objetividade de sua análise será novamente alcançada. Mesmo sendo um relatório com quase quarenta anos, tendo o País já mudado de regime político, e a Biblioteca de natureza administrativa, problemas cruciais para o cumprimento da missão da instituição, como a inocuidade da legislação do depósito legal, já estão lá descritos. Está transparente também o esforço de Jannice para acompanhar as "técnicas modernas de administração de bibliotecas", levando a Biblioteca Nacional do Brasil a buscar a excelência técnica para representar o país perante o sistema bibliotecário mundial.

Depois de deixar a Biblioteca Nacional, Jannice Monte-Mór ainda permaneceu na ativa por muitos anos. Convidada para o almoço de confraternização pela permanência de Maria Alice Barroso à frente da Biblioteca Nacional, em 1985, Jannice proferiu algumas palavras à amiga, e deixou transparecer algumas das dificuldades que provavelmente enfrentou em sua gestão. Comentou:

> Ninguém melhor do que ela, agora, conhece os problemas da BN. Maria Alice venceu a "prova de fogo" – o primeiro ano de administração. [...] Ano em que os arroubos de idealismo são, bem cedo, cerceados pelas restrições de ordem administrativo-burocráticas. Ano em que os entusiasmos e os projetos da esfera cultural são desenganados logo, por limitações de ordem econônima [sic]. [...] Será, quem sabe, a era do novo edifício para ANEXO da BN? (MONTE-MÓR, 1985, p. 1-2)

Durante o período em que atuou na Fundação Getúlio Vargas, antes de assumir a Biblioteca Nacional, foi cedida ao Governo do Estado do Rio de Janeiro e trabalhou na idealização da nova Biblioteca Pública Estadual, a ser implantada nos anos 80 e recentemente reformada. A nova Biblioteca Parque Estadual, reinaugurada em 2014, foi incluída no novo conceito de "bibliotecas parque", modelo inspirado numa experiência de rede de bibliotecas públicas da Colômbia e que pretende ser um espaço não só de estudo, mas de "convivência, lazer e festa" (TARGINO, 2014). Lamentavelmente, a BPE é outra instituição cuja atuação está iconicamente marcada pelo descaso das autoridades com a cultura, o patrimônio e a educação: ela e suas congêneres, as Bibliotecas Parque de Manguinhos e da Rocinha, estão fechadas desde dezembro de 2016, com promessas de reabertura que nunca se concretizam.

Jannice ainda foi bolsista Fulbright, da Comissão para Intercâmbio Educacional entre os Estados Unidos e o Brasil, no ano de 1988. Em 1990, retornou uma vez mais à Biblioteca Nacional, a convite do então Presidente da recém criada Fundação, Affonso Romano de Sant'Anna, para prestar-lhe assessoria – o que lhe valeu o já citado reconhecimento como "notável" nas memórias do escritor.

A polêmica corporativista para nomeação de um bibliotecário voltou às páginas dos jornais na escolha do substituto de Jannice, o advogado e bibliófilo Plínio Doyle (que já havia sido cotado para o cargo em substituição a Adonias Filho). Conforme nota publicada no jornal O Fluminense, a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (Febab) se manifestou alegando a necessidade de diploma de bacharelado em Biblioteconomia para o exercício de cargos técnicos em bibliotecas. O MEC alegou, entretanto, que a direção da Biblioteca Nacional é um cargo de assessoramento superior e, portanto, de natureza político-administrativa (BIBLIOTECA, 1979). Não se pode deixar de notar que o MEC não teve a mesma firmeza na indicação do diretor quando da sucessão de Adonias Filho, cedendo à pressão da classe bibliotecária, que tomou conta das páginas de jornais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

> Mas, que não façam agora, os políticos, a vista grossa que terão feito até hoje para esse estabelecimento tão digno de melhor sorte... (INAUGURA-SE, 1910, p. 3)

Inicialmente, é preciso destacar a dificuldade de mapear a bibliografia sobre o tema das bibliotecas nacionais e das gestões da Biblioteca Nacional do Brasil, particularmente na segunda metade do século XX. Enquanto os períodos colonial e imperial estão bastante bem revisados, e determinadas gestões marcantes como as responsáveis pela construção e mudança para o prédio-sede e a de Rubens Borba de Moraes estão bem comentadas, a Biblioteca Nacional da época da ditadura praticamente desapareceu da produção técnica bibliográfica. A revisão conceitual realizada sobre bibliotecas nacionais para este trabalho foi importante na medida em que cristalizou algumas perspectivas sobre os conceitos universalmente aceitos de biblioteca nacional, e salientou as enormes diferenças que resultam nas funções de bibliotecas de países desenvolvidos e em desenvolvimento. Primordialmente, enquanto àquelas cabem papéis dinâmicos, de forte atuação junto à rede bibliotecária das nações e de representação internacional da cultura do país a que pertencem, às segundas fica muito mais clara a atribuição de depósito, de museu do livro, de preservação e de acumulação de um patrimônio público a que nem sempre a nação dá o devido valor. É notável o protagonismo histórico dos pesquisadores espanhóis no avanço dos estudos em bibliotecas nacionais, culminando com a produção praticamente solitária de Fuentes Romero na atualidade.

Cabe observar a importante diferença de natureza e quantidade documental que se encontra à disposição, na própria Biblioteca Nacional, para pesquisar as duas gestões aqui cartografadas. Enquanto que da gestão Adonias se encontra toda a correspondência recebida, mas não documentos suficientes para demonstrar a personalidade do diretor no exercício da função, da gestão Jannice a documentação administrativa primária é pouca, mas seus relatórios, públicos e transparentes, trazem uma marca pessoal bastante distintiva. Enquanto ele demonstra pouca proximidade com a rotina da Biblioteca, talvez até pouco domínio dos dados que lhe apresentam e que não depura para repassar aos superiores, ela mostra muita familiaridade com a instituição: reelabora a informação estatística que

lhe é fornecida e transcreve de modo a compor um quadro pertinente para o leitor do relatório. Esta diferença, entretanto, não é de surpreender, considerando que a própria imprensa tratou de escrever que Adonias usava seu tempo na Biblioteca para manter suas atividades de escritor (lembremos que ele pôde lançar sete obras em dez anos, uma produção que já seria bastante vultosa mesmo se ele só se dedicasse à escrita). Infelizmente, a análise do discurso documental institucional na esfera federal tende a se esvaziar com a formatação forçada dos relatórios de gestão em modelos exigidos mais recentemente pelo Tribunal de Contas da União, organizados em programas, ações e planos internos, de acordo com o orçamento alocado para cada um.

Portanto, para fins de comparação e análise entre a documentação administrativa de um leigo e de uma técnica, dita comparação é praticamente impossível. De Adonias Filho, só se tem os relatórios de gestão e algumas poucas cópias de correspondências enviadas, e o que se percebe nos curtos “relatórios” é uma redação formal, meramente de apresentação do conteúdo que foi redigido por seus subordinados e, em pelo menos uma ocasião, sequer original, já que copiou notoriamente o documento apresentado no ano anterior. Já de Jannice Monte-Mór há relatórios extensos, que não “repassam” relatórios internos, cuja marca de autoria pode ser comparada com seus textos técnicos. Além disso, há artigos publicados com suas participações em eventos técnico-científicos, nos quais frequentemente apresentava relatórios sobre a Biblioteca Nacional e o andamento das atividades. A comparação direta dos resultados dos tópicos identificados nos relatórios de Jannice com os de Adonias Filho não é viável, na medida em que, como vimos, a própria estrutura da Biblioteca proporcionava diferentes mensurações para os dados, e eventualmente sobreposições ou duplicidade de tarefas, de modo que não existem registros equivalentes entre as duas gestões.

Na revisão bibliográfica, chamou a atenção também a frequência com que a Biblioteca Nacional aparecia nas páginas dos jornais da Guanabara nas décadas de 60 e 70, em observações de colunistas literários como Mauritônio Meira, do Jornal do Brasil; em simples notas de seções como “O que há para ver - Bibliotecas”, do mesmo JB, que divulgava os endereços das principais instituições abertas para consulta pública; na divulgação dos vestibulares e pré-vestibulares de Biblioteconomia. Em particular, interessa a indicação precisa do acervo da Biblioteca que a seção “Pergunte ao João”, publicada pelo JB, usava para responder perguntas

dos leitores. Ou seja: é preciso admitir que as bibliotecas habitavam um local mais acessível para a maioria dos cidadãos. Ao incluir a pauta das bibliotecas e seus endereços nos jornais, a sensação de fortaleza do prédio da Avenida Rio Branco era mitigada, transformada em algo costumeiro, literalmente legível nas páginas dos diários. Talvez sejam ecos da *belle époque* do Rio, da época em que a Câmara dos Deputados habitou o prédio sede da BN e suas atividades eram cotidianamente divulgadas na imprensa; talvez seja uma mudança global na postura da cobertura jornalística.

Dito isto, pode-se inferir que a chegada de Jannice ao cargo de diretora geral da Biblioteca Nacional, nas condições em que ocorreu, pode indicar que a publicidade em torno da Biblioteca - e das bibliotecas em geral, identificada nos periódicos consultados, os quais, já afirmei, incluíam as bibliotecas em sua edição cotidiana - tenha sido um fator de impacto na escolha de um técnico, e não de um intelectual. Além disso, é evidente que a memória aqui recontada tem um terceiro protagonista/antagonista: é Edson Nery da Fonseca, que usou de seu espaço nos veículos impressos de comunicação para divulgar e consolidar uma postura corporativista que perdura até hoje. A presença de Edson Nery nas páginas dos jornais garantiu, como vimos, uma singular divulgação da situação da BN na mídia impressa da época. Também se percebe uma forte influência de seu discurso corporativista na visão que temos, até hoje, sobre a necessidade de ser um bibliotecário a dirigir a Biblioteca. Eu ousaria dizer, inclusive, que a discussão persiste até hoje por causa de suas colocações públicas a respeito.

A ascendência profissional de Rubens Borba de Moraes sobre Jannice, ele um pioneiro na implantação de rotinas de trabalho alinhadas com práticas de intercâmbio de dados em âmbito internacional, parece ter sido um fator essencial para o posicionamento firme dela no que diz respeito às questões técnicas da Biblioteca. Do mesmo modo, o relacionamento com Lydia de Queiroz Sambaquy deu à Jannice a perspectiva de cooperação entre instituições que pontuou muitas de suas ações profissionais, na gestão da BN e na carreira como um todo. Mais do que isso: garantiu a ela uma percepção do cenário biblioteconômico em âmbito mundial, no qual se esforçou para incluir a BN do Brasil – ao contrário, como vimos, de Adonias Filho, que pouco esforço pessoal fez para inserir e representar a Biblioteca no mapa das bibliotecas nacionais, delegando a outros a representação institucional (por exemplo, a Mercedes Reis Pequeno, que competentemente incluiu a BN do

Brasil no rol das bibliotecas especializadas em música). Em verdade, considerando as discussões candentes sobre bibliotecas nacionais que ocorriam na década de 60, o Brasil parece ter estado totalmente alheio a elas. Já Jannice delegou a vários funcionários a representação em instâncias especializadas, mas também fez questão de representar a Biblioteca não só no país como fora dele, se esforçando para implantar e divulgar aqui as recomendações pertinentes da Unesco e da IFLA. Não se pode atribuir o interesse pelo tema exclusivamente à formação técnica de Jannice, já que, como instituição inserida no tema, não era difícil à Biblioteca Nacional e seu corpo técnico tomarem contato com o que ocorria no resto do mundo. Josué Montello, por exemplo, em seu discurso de posse demonstrou ter uma certa familiaridade com a missão institucional de uma biblioteca nacional, mesmo que fosse somente intuitivamente.

Resta então responder à pergunta principal desta pesquisa: faz mesmo tanta diferença ter um bibliotecário à frente da Biblioteca Nacional? Volto a uma observação feita na qualificação do projeto para tentar responder do modo mais completo e honesto possível: a de que o trabalho articulava duas perspectivas para a mesma Biblioteca, intra e extra-instituição. Assim, expandindo a dualidade da perspectiva, creio que a melhor resposta é: depende.

Sem dúvida, para a classe bibliotecária, sempre parecerá ser infinitamente melhor ter um bibliotecário à frente da BN, inclusive por questões corporativas e de autoestima. A tabela de realizações de Jannice Monte-Mór, coligida por uma autora bibliotecária e colhida em bibliografia recente, deixa isto mais do que evidente. Os serviços prestados à biblioteconomia e o avanço da instituição dentro do campo técnico durante a gestão bibliotecária são inegáveis e têm reflexos na Biblioteca até hoje. Mesmo do ponto de vista administrativo, a estrutura da Biblioteca foi bastante melhorada ao começar a se compreender os processos técnicos como um fluxo de trabalho, e não apenas como atividades estanques de um mesmo organograma – uma abordagem bastante moderna de administração, sistêmica e orgânica. A implantação da nova organização, entretanto, dependeu fundamentalmente da compreensão profunda da instituição, suas tarefas e seu papel na nação e fora dela, dentro de um sistema bibliotecário e de um sistema político que nem sempre se entrecruzam.

Por outro lado, quase quarenta anos se passaram desde que Jannice deixou a direção da Biblioteca e a tríade da falta ainda permanece. O prestígio do

diretor ou sua educação formal, frequentemente apontados como fatores determinantes para o sucesso da gestão, não parecem ser suficientes para garantir recursos para a manutenção da memória e do patrimônio documental da nação – principalmente se levarmos em conta que, mais tarde, a Biblioteca Nacional foi presidida por um ex-ministro da Educação, que foi, inclusive, o responsável pela exoneração de Jannice[42]. Em sua época, Adonias Filho era amigo pessoal de figuras importantes do recém-nascido Planalto, e nada dessa influência reverteu positivamente para a Biblioteca. Em verdade, apesar de ser um intelectual com lugar garantido na história da literatura brasileira, sua longa gestão na Biblioteca Nacional é capítulo praticamente apagado da sua história e da história da instituição.

Também é preciso lembrar daquilo que a própria Jannice já havia percebido há trinta anos e pontuado: a formação de bibliotecários está ignorando o fato de que "biblioteca nacional" é um tipo de biblioteca totalmente único e distinto de todas as demais instituições do sistema bibliotecário. Durante minha experiência na FBN, turmas de estagiários e novos servidores ingressaram na instituição desconhecendo o depósito legal, a razão de ser de uma biblioteca nacional no mundo todo. Gerir uma biblioteca nacional exige conhecimentos não só técnicos, mas gerais, administrativos e de relações internacionais, que as escolas de biblioteconomia não estão oferecendo já há muito tempo. A noção da biblioteca como lugar de memória e o deslizamento do papel da memória-nação para a memória patrimônio, que deve ser garantida em sua pluralidade, não está sendo devidamente encarada no âmbito biblioteconômico. Deste modo, nem a classe bibliotecária está apta a opinar com a devida propriedade sobre a gestão da Biblioteca Nacional do Brasil, posto que desconhece a missão, a dinâmica e os processos de uma instituição única, de papel não só técnico, mas político, patrimonial e memorial, para o qual nenhum bibliotecário é graduado para exercer.

A constatação que parece saltar aos olhos, na comparação pontual das duas gestões, e ao pensar nas gestões sucessoras, é que, na prática, pouco importa quem esteja no comando da Biblioteca se as instâncias superiores não se importarem com o destino da memória e da cultura do país. Não faz diferença se o ocupante do gabinete da Biblioteca Nacional tem trânsito político ou é um técnico da mais alta competência: os ouvidos sempre foram moucos aos seus pedidos, já que a

[42] Eduardo Portella foi ministro da Educação, Cultura e Desportos de março de 1979 a novembro de 1980, e presidente da já Fundação Biblioteca Nacional entre 1996 e 2002.

manutenção da memória e do patrimônio cultural parecem ser coisas pouco relevantes na pauta da nação. Nem as autoridades mais próximas da Biblioteca pareciam dar a devida atenção para as demandas, como se percebe na narrativa de episódios como a nomeação de Jannice, em que o Ministro da Educação e Cultura se mostrou assustado com o pedido de construção de um prédio anexo – pedido, como sabemos, mais do que reiterado há décadas pelos diretores da Biblioteca em romaria. Basta passar os olhos pela lista enorme de grandes nomes da política nacional que foram citados neste trabalho para concluir que, se houvesse realmente vontade política, algo de efetivo já poderia ter sido feito.

O fato inegável, depois disto tudo, é que a Biblioteca é um organismo relegado ao segundo plano não só na estrutura administrativa, mas no planejamento político do governo federal. Veja-se, como contraponto à situação brasileira, o ritual de nomeação para Bibliotecário do Congresso Americano. O Presidente aponta um candidato e o Senado o sabatina; a tomar por modelo a sessão de sabatina de Carla Hayden, é um processo longo e meticuloso. A transcrição desta sessão tem 72 páginas (ESTADOS UNIDOS, 2016). É um recorrido de sua carreira, suas aspirações e ideias para a modernização da maior biblioteca do mundo. Os votos contrários à sua nomeação vieram exclusivamente da ala republicana do Senado, descontentes com suas posições políticas tornadas públicas por ocasião da promulgação do Ato Patriota de 2001, que permitia acesso aos cadastros dos leitores das bibliotecas. Ou seja: está explícito o caráter político institucional que investe o cargo de Bibliotecário do Congresso, como autoridade máxima de um órgão da administração pública.

Enquanto isso, a nomeação do presidente da Fundação Biblioteca Nacional do Brasil é um processo de caminhos desconhecidos, com critérios de escolha muito pouco transparentes. Sistematicamente e com raras exceções, os nomeados pouco ou nada têm a ver com Biblioteconomia, ou sequer com a instituição (e quando têm, eventualmente o vínculo parece tão frágil que não se sustenta nem por força de respeito à secularidade do patrimônio que gerenciam). Em verdade, nem o trânsito político de que falou Celso Cunha em seu depoimento à CPI da BN parece ser eficaz na resolução dos problemas da Biblioteca. Nos autos da própria CPI vemos a necessidade dos membros do Parlamento de imputar a culpa pelo mau funcionamento da Biblioteca exclusivamente aos seus diretores, eximindo-se de seu papel de integrantes da estrutura governamental que garante

orçamento e alocação de recursos para as instituições. Os responsáveis pela BN, nesta narrativa aqui apresentada, parecem estar em permanente estado de escusas pelos problemas da instituição que, claro está, fogem da sua alçada e são ignorados pelas instâncias que realmente podem fazer a diferença.

O que parece ter alguma relevância na designação de um bom gestor são aspectos puramente pessoais, de interesse e de aptidão para a administração do patrimônio público, de larga formação intelectual (como prescrito por Josué Montello e Celso Cunha) e, ao mesmo tempo, de compreensão do papel da Biblioteca num sistema bibliotecário maior do que a instituição em si. Estas não são prerrogativas privativas dos bibliotecários, e muito menos dos pretensos bibliotecólogos brasileiros, mas de bibliófilos e de apaixonados pela Biblioteca e pelas humanidades. Podemos tomar por exemplo o escritor Alberto Manguel, diretor da Biblioteca Nacional da Argentina desde 2016, que tem como subdiretora a experiente bibliotecária e professora Elsa Barber. Como resultado desta composição administrativa, a BN da Argentina está mantendo seu avanço nas áreas técnicas, incluindo parcerias com universidades e até mesmo mantendo ativa uma escola de bibliotecários dentro da instituição (criada nos anos 50 por Jorge Luis Borges, outro notável ex-diretor da BN argentina). Enquanto a subdiretora se dedica à representação e coordenação técnica (assim como com a interface com a academia), ao diretor cabe a representação política e o verniz de prestígio que um bibliófilo apaixonado empresta à instituição.

Mas o diferencial está, uma vez mais, em aspectos pessoais: é de Manguel o entendimento de que “o amor às bibliotecas, como a maioria dos amores, deve ser aprendido” (MANGUEL, 2005, p. 13). E ele ainda conta: “Em minha juventude estouvada, enquanto meus amigos sonhavam com feitos heroicos nos domínios da engenharia e do direito, das finanças e da política nacional, eu sonhava em me tornar bibliotecário”. Também é dele a percepção de que as sociedades modernas consideram a biblioteca “menos uma entidade viva do que um armazém molesto” (p. 186) e que é preciso esforço para mudar esta perspectiva. Ou seja, não é a formação técnica que necessariamente faz a diferença, mas o amor pela causa e pela instituição.

Se há algo que se deve colocar em pauta na discussão corporativista brasileira, portanto, é se a formação biblioteconômica realmente provê os profissionais de subsídios em administração e formação humanística para que, de

fato, tenhamos um corpo de profissionais apto a dirigir os trabalhos da maior biblioteca da América Latina. Sem entrar profundamente na questão do currículo da Biblioteconomia, parece que o curso está paulatinamente voltando-se para questões pontuais da profissão, e se esquece de fornecer – ou cobrar, ou valorizar - aquilo que faz um profissional cuja missão é a de garantir a "liberdade de investigação científica e a dignidade da pessoa humana"[43]: conhecimentos gerais.

Em síntese: no fundo, não importa a formação do diretor da Fundação Biblioteca Nacional. Importa seu amor pela biblioteca, seu respeito pela biblioteconomia, seu entendimento do mundo como uma extensa rede de relacionamentos da qual as bibliotecas nacionais são protagonistas culturais, mantenedoras da memória, templos do patrimônio e da identidade das nações a que servem.

[43] Trecho do juramento da Biblioteconomia, disponível em www.crb6.org.br/carreira.php.

REFERÊNCIAS

AÇÃO judicial movida pelo CFB contra a nomeação de um economista para a direção da Biblioteca Nacional de Brasília tem decisão favorável. Sistema CFB/CRB. Disponível em: <http://www.cfb.org.br/noticia/acao-judicial-movida-pelo-cfb-contra-a-nomeacao-de-um-economista-para-a-direcao-da-biblioteca-nacional-de-brasilia-tem-decisao-favoravel/>. Acesso em: 11 dez. 2017.

ACUSAÇÃO à Biblioteca é reafirmada. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 14/15 fev. 1971, p. 7. Segundo caderno.

AGUIAR FILHO, Adonias. Ofício BN n. 81/66. Relatório das atividades da BN em 1965. Rio de Janeiro: 1966.

_____. Ofício BN n. 24/67. Relatório das atividades da BN em 1966. Rio de Janeiro: 1967.

_____. Oficio BN n. 66/67. Relatório das atividades da BN em 1967. Rio de Janeiro: 1967a.

_____. Ofício BN n. 56/69. Relatório das atividades da Biblioteca Nacional em 1968. Rio de Janeiro: 1969.

_____. Ofício BN n. 11-A, de 13 de janeiro de 1970. Relatório das atividades da Biblioteca Nacional em 1969. Rio de Janeiro: 1970.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. ALA urges President Obama to select a librarian to head Library of Congress. ALA News, 23 jun. 2015. Disponível em: < http://www.ala.org/news/press-releases/2015/06/ala-urges-president-obama-select-librarian-head-library-congress>. Acesso em: 15 nov. 2017.

ANAIS da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro : Biblioteca Nacional, 1876- . Anual.

ANCHIETA, José de. Cochichos. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, n. 4, 31 out. 1964, p. 117.

ANDERSON, Dorothy. The Role of the National Bibliographical Center. **Library Trends**, v. 25, p. 645-662, jan. 1977.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da Recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Ed. Unicamp, 2011.

BALBIO, Marcelo. Uma página ainda por virar. **Revista O Globo**, Rio de Janeiro, ano 9, n. 453, p. 7, 31 mar. 2013.

BATISTA, E. M.; MIRANDA, L. R. M. Rehabilitation of the steel structure of the Brazilian National Library: restoration of a historical building. In: INTERNATIONAL COLLOQUIUM ON STRUCTURAL STABILITY, 5th, 1996, Rio de Janeiro. Brazilian session stability problems in designing, construction and rehabilitation of metal structures. p. 351-362.

BENJAMIN, Walter. **Desembalo mi biblioteca**: el arte de coleccionar. Barcelona: Centellas, 2012.

BIBLIOGRAFIA Brasileira de Direito: BBD. In: INFORMATIVO da RVBI, Brasília, DF, n. 2, p. 3, jul. 2011. Disponível em: < http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/225991/Informativo%20RVBI%202011%20n%20%202%20julho.pdf?sequence=5> . Acesso em: 02 jan. 2015.

BIBLIOTECA. **O Fluminense**, Niterói, p. 2, 17 abr. 1979.

BIBLIOTECA desvirtuada. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, n. 19870, 5 nov. 1957. p. 6.

BIBLIOTECA fecha por falta dágua. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 9 fev. 1971, p. 14.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, n. 21195, 4 maio 1962. p. 6.

BIBLIOTECA Nacional: nova diretora, novos planos. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, n. 23949, 12 maio 1971. p. 8.

BIBLIOTECA Nacional tem nova dirigente. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 28 abr. 1971, p. 14.

BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE. 2011. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Biblioth%C3%A8que_nationale_de_France>. Acesso em: 20 fev. 2014.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FIGUEIREDO, Janaína; FERREIRA, Marieta (Org.). **Usos e Abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. Cap. 13.

BOURGEOIS, Pierre. Introduction to the Symposium on National Libraries in Europe. In: UNESCO. **Unesco Symposium on National Libraries in Europe**, Vienna, 8-27 September 1958: final summary report. Paris: 1958.

BRANDÃO, Euro. **Exposição de motivos n. 422, em 4 de dezembro de 1978**. Expõe os motivos pelos quais é necessário contratar pessoal para a Biblioteca Nacional. Brasília, 1978.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. **Autos da CPI da Biblioteca Nacional**. [Brasília, DF]: 1966-1967. Datiloscrito cedido pelo Arquivo da Câmara dos Deputados.

_____. Resolução n. 200, de 1966. **Diário da Câmara dos Deputados**, seção 1, Brasília, DF, p. 4124, 25 jun. 1966.

BRAULT, Jean-Rémy. A Biblioteca Nacional do futuro: algumas reflexões impertinentes. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 61-66, jan./jun. 1998.

BRAYNER, Cristian. **Palestra proferida na inauguração da Biblioteca da Juventude.** Brasília, 6 abr. 2017.

BURSTON, Godfrey. National libraries: an analysis. **International Library Review**, v. 5, n. 2, p. 183-194, apr. 1973.

CABRAL, A. do Valle. Galeria dos Bibliothecarios da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro: 1822-1870. **Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro**, v. 1, p. 158-160, 1878.

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. **O Bibliotecário Perfeito**: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional. 2015. 362 f. Tese (Doutorado em História, Política Bens Culturais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015.

CAMPOS, Arnaldo. **Breve História do Livro**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

CANELLAS DE OLIVEIRA, Wanessa Monteiro. **Ecos da Memória**: diferença, ética e política da multidão. Rio de Janeiro: 2012. Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

CANFORA, Luciano. **Livro e Liberdade**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; Ateliê Editorial, 2003.

CARPEAUX, Otto Maria. Biblioteca Nacional, I e II. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, n. 21201, 11 maio 1962, p. 2.

CARTAS de Luís Joaquim dos Santos Marrocos. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 56, 1938,

CARVALHO, Gilberto Vilar de. Biblioteca Nacional de Brasil. **Boletín Anabad**, Madrid, v. XLII, n. 3-4, p. 37-74, 1992.

_____. **Biografia da Biblioteca Nacional** (1807-1990). Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1994.

CARVALHO, Jonathas. Por Mais Bibliotecários nos Cargos Diretivos da Biblioteca Nacional. Revista Biblioo, Rio de Janeiro, ano 6, n. 5, p. 7-8, maio 2016.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CHAPLIN, A. H. Cataloguing principles on which agrément can be reached. In: UNESCO. **Unesco Symposium on National Libraries in Europe**, Vienna, 8-27 September 1958: final summary report. Paris: 1958.

CHARTIER, Roger. **A Aventura do Livro**: do leitor ao navegador. 5. reimp. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.

CORNISH, Graham F. **The role of national libraries in the new information environment**. Paris: Unesco, 1991.

COSTA, Nelson. Mudança da Biblioteca. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, n. 21219, 1 jun. 1962. p. 2.

COUTINHO, Afrânio. É a Biblioteca Nacional uma Vergonha Nacional? **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 19 jun. 1966, p. 4. Suplemento literário.

A CRISE da Biblioteca Nacional. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 04 jan. 2013. Disponível em: < http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,a-crise-da-biblioteca-nacional-imp-,980444>. Acesso em: 09 jun. 2015.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia v. 1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

DIRETOR da Universidade de Brasília confirma acusação. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 4, 21/22 fev. 1971.

DOMINGUES, Heron. Imperativo Cultural. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 13 ago. 1971. P. 8.

DOUGLAS, Mary. **Como as Instituições Pensam**. 1. ed. 1. reimp. São Paulo: Edusp, 2007.

ESDAILE, Arundell. **National libraries of the world**: their history, administration and public services. 2. ed. completely rev. London: The Library Association, 1957.

FIGUEIREDO, Sérgio. Painel. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 23 abr. 1971, p. 6.

FILGUEIRAS, Mariana. O Ocaso da Biblioteca Nacional. **Revista O Globo**, Rio de Janeiro, ano 9, n. 453, p. 34-39, 31 mar. 2013. Disponível em: < http://oglobo.globo.com/cultura/o-ocaso-da-biblioteca-nacional-7990961#ixzz2YrGdNRmV >.Acesso em: 31 mar. 2013.

FONSECA, Edson Nery da. **A Biblioteconomia Brasileira no Contexto Mundial**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/INL, 1979.

_____. “Com os Nossos Fica a Palma da Vitória”. **Correio Braziliense**, Brasília, DF, 21 maio 1971, p. 3.

_____. O Criminoso Volta ao Lugar do Crime. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 31 jan. 1963, p. 1. Suplemento literário.

_____. **Introdução à Biblioteconomia**. 2. ed. Brasília, DF: B. Lemos, 2007.

_____. **Ser ou não Ser Bibliotecário**. Brasília, DF: Gráfica Piloto da UnB, 1966.

FONSECA, Maria Cecília Londres. A Pesquisa Histórica na Promoção do Patrimônio. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Anais da I Oficina de Pesquisa**: a pesquisa histórica no Iphan. Rio de Janeiro: Copedoc/Iphan, 2008. p. 105-128.

FRANCIS, F. C. Introduction to the work of group I: the organization of national libraries and general questions. In: UNESCO. **Unesco Symposium on National Libraries in Europe**, Vienna, 8-27 September 1958. p. 1-7.

FUENTES ROMERO, Juan José. **Las bibliotecas nacionales**: un estado de la cuestión.Gijón: Trea, 2003.

_____. El concepto de biblioteca nacional a partir de los tres informes de la Unesco sobre las bibliotecas nacionales: Sylvestre (1987), Line (1989) y Cornish (1991). **Anales de Documentación**, Murcia, n. 6, p. 71-88, 2003a.

_____. Bibliotecas nacionales y sociedad del conocimiento: perspectivas de futuro. **Revista Interamericana da Biblioteca de Medellín**, Medellín, v. 28, n. 2, p. 135-156, jul./dic. 2005.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. O Controle Bibliográfico Nacional nas Ações de Jannice de Mello Monte-Mór. In: MOSTAFA, Solange Puntel; SILVA, Márcia Regina; SANTARÉM SEGUNDO, José Eduardo (Org.). **Pensadores Brasileiros da Ciência da Informação e Biblioteconomia**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2016.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Relatório de Gestão do Exercício de 2015**. Rio de Janeiro: 2016. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/institucionais/relatorio-gestao/ano-2015-3130.pdf>. Acesso em: 02 out. 2017.

GALVÃO, Ramiz. Fr. Camillo de Monserrate: estudo biográfico. Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, v. 12, 1884-1885.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O Mal-Estar no Patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, jan./jun. 2015.

GOLDENBERG, Miriam. A Arte de Pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

GRINGS, Luciana. Catalogação na Biblioteca Nacional do Brasil: do catálogo de fichas ao Consórcio Eletrônico de Bibliotecas. In: ENCUENTRO INTERNACIONAL DE CATALOGADORES, 7, 2011, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires, 2011. Disponível em: http://www.bn.gov.ar/descargas/catalogadores/encuentro2011/ponencia-23-F-Grings.pdf Acesso em: 6 jul. 2014.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

HUMPHREYS, K. W. **A national library in theory and in practice**. London: The British Library 1987.

IFLA. **About the National Libraries Section**. 2015. Disponível em: <http://www.ifla.org/about-the-national-libraries-section>. Acesso em: 11 mar. 2015.

_____. **Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação**. 2009. Disponível em: < http://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/icp/icp_2009-pt.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2014.

_____. **IFLA Statement on Legal Deposit**. Den Haag: 2011. Disponível em: < http://www.ifla.org/publications/ifla-statement-on-legal-deposit-2011>. Acesso em: 25 maio 2017.

_____. **Professional Statement on UBC**. Paris: 2004. Disponível em: < http://www.ifla.org/publications/ifla-professional-statement-on-ubc>. Acesso em: 26 dez. 2014.

INAUGURA-SE hoje o novo edifício da Bibliotheca Nacional, na Avenida. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, n. 3390, 29 out. 1910. p. 3.

JARDIM, Lauro. Em situação regular. **Veja,** São Paulo, 14 mar. 2012. Disponível em: http://veja.abril.com.br/blog/radar-on-line/tag/pedro-correa-do-lago/ Acesso em: 15 jun. 2014.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI, 2002.

KOPYTOFF, Igor. The cultural biography of things: commoditization as process. In: APPADURAI, Arjun. **The social life of things**: commodities in cultural perspective. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p. 64-91.

LAGO, Pedro Corrêa do. Mil dias na Biblioteca Nacional. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 10 out. 2005. Disponível em: http://www.digestivocultural.com/ensaios/ensaio.asp?codigo=128&titulo=Mil_dias_na_Biblioteca_Nacional . Acesso em: 15 jun. 2014.

LAPA, Iuri; JORDÃO, Lia. A Biblioteca Nacional na crônica da cidade: volume 1. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2017.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. Ed. São Paulo: Ed. da Unicamp, 1996.

LIBRARY OF CONGRESS. **Marc Standards**. [Washington DC], 2014. Disponível em: < http://www.loc.gov/marc/>. Acesso em: 02 jan. 2015.

LIBRARY TRENDS. Current trends in national libraries. Urbana, Illinois, v. 4, n. 1, jul. 1955.

LINE, Maurice B. The changing role of National Libraries. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON NATIONAL LIBRARIES: towards the 21st century, Taipei, Apr 20-24. **Proceedings…** Taipei, 1993. p. 87-104.

_____. The modern national library: a pos-war invention. **Alexandria**. London: Sage, v. 12, n. 1, p. 1-2, apr. 2000.

_____. National libraries: hub, apex, base or what? **Alexandria**. London: Sage, v. 10, n. 2, p. 89-91, aug. 1998.

_____. **National library and information needs**: alternative means of fulfilment, with special reference to the role of national libraries. Paris: Unesco, 1989.

LOR, Peter Johan. **Guidelines for legislation for national library services.** Paris: Unesco, 1997.

MACIEL, Nanima. Biblioteca Nacional de Brasília disponibiliza livros para empréstimo. **Correio Braziliense**, Brasília, DF, 26 jun. 2013. Disponível em: < http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2013/06/26/interna_diversao_arte,373447/biblioteca-nacional-de-brasilia-disponibiliza-livros-para-emprestimo.shtml> . Acesso em: 04 jan. 2015.

M'BOW, Amadou-Mahtar. **Opening session of the World Congress of Librarians**. Brussels, 1977.

MACHADO, Helio. **Relatório de atividades da Divisão de Circulação de 1969**. Rio de Janeiro: 1969. Datiloscrito.

MANGUEL, Alberto. **A Biblioteca à Noite**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MARTINS, Wilson. **A Palavra Escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. 3. ed. il., rev. e atual. São Paulo: Ática, 1998.

MEIRA, Mauritônio. Novo Diretor da Biblioteca Nacional será Adonias Filho: nomeação já. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 39, 17 fev. 1961, p. 2.

MEMÓRIA Globo: Roda de Fogo. 2013a. Disponível em: http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/novelas/roda-de-fogo/galeria-de-personagens.htm . Acesso em: 12 jun. 2014.

MEMÓRIA Globo: Sabor da Paixão. 2013b. Disponível em: http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/novelas/sabor-da-paixao/galeria-de-personagens.htm . Acesso em: 12 jun. 2014.

MENDES, Moisés. **Os latinos e nós**. [Porto Alegre], 2017. Disponível em: <http://www.blogdomoisesmendes.com.br/os-latinos-e-nos/>. Acesso em: 02 jan. 2018.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofoletti. **Catalogação no Plural**. Brasília, DF: B. Lemos, 2009.

MONTE-MÓR, Jannice. **A Biblioteca Nacional em março de 1979**. Rio de Janeiro, 1979. Datiloscrito.

_____. **Palavras a Maria Alice Barroso**. Rio de Janeiro, 1985. Datiloscrito.

_____. Patrimônio Bibliográfico e a Problemática das Bibliotecas Nacionais. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 163-170, 1987.

_____. Presença da Biblioteca Nacional. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 4, n. 1/3, p. 50-62, jul./set. 1974.

_____. Reforma da Biblioteca Nacional. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 15-23, 1972.

MONTELLO, Josué. Um escritor na Biblioteca Nacional. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 6, 11 fev. 1971.

_____. Um problema nacional: a Biblioteca Nacional. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 6, 25 fev. 1971.

_____. **Problemas da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

MORAES, Rubens Borba de. **O Bibliófilo Aprendiz**. 4. ed. São Paulo: Casa da Palavra, 2005.

_____. **Depoimento de Rubens Borba de Moraes:** n. 2. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, SPHAN, 1987.

MURAKAMI, Tiago. Bibliotecas nas Propostas de Governo dos Candidatos à Presidência nas Eleições de 2014. **Bibliotecários sem Fronteiras**. 30 ago. 2014. Disponível em: < http://bsf.org.br/2014/08/30/bibliotecas-nas-propostas-de-governo-dos-candidatos-a-presidencia-nas-eleicoes-de-2014/>. Acesso em: 01 set. 2014.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

_____. **Pierre Nora en Les Lieux de Mémoire**. Santiago: LOM; Trilce, 2009.

NOVA Biblioteca Nacional. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, n. 24569, p. 3, 3 set. 1973.

NOVA Direção na Biblioteca Nacional. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 13 maio 1971. p. 9.

O QUE DIZ o documento da CGU sobre a Biblioteca Nacional. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 jul 2013. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/cultura/o-que-diz-documento-da-cgu-sobre-biblioteca-nacional-9073704>. Acesso em: 18 jul. 2013.

ODDONE, Nanci Passos. O IBBD e a Informação Científica: uma perspectiva histórica para a ciência da informação no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 35, n. 1, p. 45-56, jan./abr. 2006.

_____. Lydia Sambaquy e a Biblioteca do DASP: contribuições para a constituição do campo biblioteconômico no Brasil. **Acervo**: revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, vol. 26, n 2, p. 77-91, jul./dez. 2013.

PASSARINHO, Jarbas. Discurso proferido pelo Ministro da Educação e Cultura, Senador Jarbas Passarinho, na festa de encerramento da Semana Nacional da Biblioteca em São Paulo, no dia 19-3-73. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 26-29, jan./mar. 1973.

PASSOS, Edilenice; CHAMARELLI, Marilúcia. Bibliografia Brasileira de Direito: nova série. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 23, n. 3, p. 1994.

PIEDADE, Maria Antonietta. **Carta ao senhor diretor Adonias Filho**. Rio de Janeiro: 1961.

PROFESSOR Afirma que Falta de Dinheiro é o Grande Mal da Biblioteca Nacional. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 275, p. 10, 26 fev. 1971.

RIBEIRO, Alex. “Os CRBs não deveriam existir, mas eles precisam seguir existindo”. **Revista Biblioo**, Rio de Janeiro, 23 ago. 2017. Entrevista concedida a Chico de Paula. Disponível em: <http://biblioo.cartacapital.com.br/entrevista-alex-ribeiro-crb10/>. Acesso em: 23 ago. 2017.

SANT’ANNA, Affonso Romano de. **Ler o Mundo**. São Paulo: 2011.

SANTOS, Cristian. A Cama da Fita de Couro: sugestões para um bibliotecário jurídico. **Revista Eletrônica da ABDF**, Brasília, DF, jun. 2016. Disponível em: <http://revista.abdf.org.br/entrevistas/item/1066-sagitta.html?start=120>. Acesso em: 4 set. 2017.

_____. **Cristian Santos (diretor do DLLLB) no CCBB/RJ.** Rio de Janeiro: 2017. ´Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=Y4wPxbZd1mA>. Acesso em: 25 ago. 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da Biblioteca dos reis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Companhia das Letras, 1983.

STUMMVOLL, Josef. The rôle of the national library in the library system of a country. In: UNESCO. **Unesco Symposium on National Libraries in Europe**, Vienna, 8-27 September 1958. p. 1-7.

SYLVESTRE, Guy. **Guidelines for National Libraries**. Paris: Unesco, 1987.

TARGINO, Rodolfo. Bibliotecas Parques. **Revista Biblioo**, Rio de Janeiro, 20 maio 2014. Disponível em: < http://biblioo.info/bibliotecas-parques/>. Acesso em: 18 maio 2016.

UM TESOURO em risco. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, ano LXX, n. 23673, p. 2, 21/22 jun. 1970.

TRIGO, Luciano. Biblioteca Nacional: um lugar de encontro de saberes. In: BIBLIOTECA NACIONAL. São Paulo: Banco Safra, 2004. p. 7-24.

TÚMULO da Cultura. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 6, 18-19 fev. 1968.

TYULINA, Natalia. National libraries. In: ENCYCLOPEDIA of library and information science. New York: CDC Press, 1976. v. 19, p. 94-113.

UNESCO. **Records of the General Conference**: Sixteenth Session, Paris, 12 October to 14 November 1970. Volume I: Resolutions. Paris: Unesco, 1971. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001140/114046E.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2014.

_____. **Unesco Symposium on National Libraries in Europe**, Vienna, 8-27 September 1958: final summary report. Paris: 1958.

UNITED STATES. SENATE. COMMITTEE ON RULES AND ADMINISTRATION. Nomination of Dr. Carla D. Hayden, to be Librarian of Congress. 20 apr. 2016. Disponível em: < https://www.congress.gov/114/chrg/shrg20359/CHRG-114shrg20359.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2017.

VARGAS LLOSA, Mario. **A Civilização do Espetáculo**. São Paulo: Objetiva, 2013.

VIANNA, Luiz Fernando. Corrêa do Lago causa receio por Lei do Livro. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 08 jun. 2004. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u44814.shtml>. Acesso em: 04 maio 2014.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

500 ANOS de Brasil na Biblioteca Nacional: catálogo da exposição em comemoração aos 500 anos do Brasil e aos 190 anos da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2000.

ACERVO da Biblioteca Nacional disponível na Internet. TV Brasil, 03 ago. 2012. 2min 1s. Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil-manha/episodio/acervo-da-biblioteca-nacional-disponivel-na-internet>

ALEXANDRIA: the Journal of National and International Library and Information Issues. London: Sage, 1989- . Irregular.

ALMANAQUE Brasil: Biblioteca Nacional. TV Brasil, 06 jul. 2012. Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/almanaquebrasil/episodio/biblioteca-nacional>

ALMEIDA, Orlando de. A Biblioteca Depositária no Brasil: ideias e reflexões. **Ciência da Informação**, Brasília/DF, v. 18, n. 1, p. 15-20, jan./jun. 1989.

AMADEO, Liana. Palavras sobre Jannice Monte-Mor. **Boletim CRB-7**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, p. 3, jul./set. 2005.

BARROSO, Maria Alice. **Discurso de posse**... Rio de Janeiro, 1984. Datiloscrito.

BATTLES, Matthew. **A Conturbada História das Bibliotecas**. São Paulo: Planeta, 2003.

BELL, Barbara. National bibliography today as national memory tomorrow: problems and proposals. **International Cataloguing & Bibliographic Control**, v. 21, n. 1, p. 10-12, jan./mar. 1992.

BETTENCOURT, Angela Monteiro. **A Representação da Informação na Biblioteca Nacional do Brasil**: do documento tradicional ao digital. 2011. 183 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, convênio Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2011.

BIBLIOTECA Jannice Monte-Mór. 2014. Disponível em: <https://www.facebook.com/pages/Biblioteca-Jannice-Monte-M%C3%B3r/175321129206453>. Acesso em: 04 jan. 2015.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Exposição Comemorativa 1810-1960**. Rio de Janeiro: 1960.

_____. **Guia da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: 1960.

BIBLIOTECA Nacional: memória e informação. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1990.

BIBLIOTECA Nacional: um oásis para os amantes da literatura. TV Brasil, 03 jan. 2013. 3min 2s. Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterrio/episodio/biblioteca-nacional-um-oasis-para-os-amantes-da-literatura>

BIBLIOTECA Nacional (Brasil). 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9kml6RIq5UQ>

BIBLIOTECA Nacional 200 Anos: uma defesa do infinito. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

BIBLIOTECA Nacional assina contrato com FGV para tentar solucionar problemas estruturais. **Jornal da Gente**, Barueri, 31 jan. 2013. Disponível em: <http://www.jornaldagente.com.br/biblioteca-nacional-assina-contrato-com-fgv-para-tentar-solucionar-problemas-estruturais/>. Acesso em: 31 jan. 2013.

BIBLIOTECA Nacional digitaliza oito mil músicas. TV Brasil, 11 out. 2012. 3min 33s. Disponível em: http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterrio/episodio/biblioteca-nacional-digitaliza-oito-mil-musicas

BIBLIOTECA Nacional vai iniciar ainda este ano a construção do seu anexo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 9 abr. 1968, p. 14.

BIBLIOTECAS Parque. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.bibliotecasparque.rj.gov.br/>. Acesso em: 18 maio 2016.

BIBLIOTECAS-Parque do Rio devem reabrir as portas no próximo mês. **Biblioo**, Rio de Janeiro, 3 jul. 2017. Disponível em: <http://biblioo.cartacapital.com.br/bibliotecas-parque-do-rio-devem-reabrir-as-portas-no-proximo-mes/> . Acesso em: 03 jan. 2017.

BLUMBERG, Naomi. Carla D. Hayden. In: **Encyclopaedia Britannica**. 25 apr. 2017. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Carla-Hayden>. Acesso em: 15 nov. 2017.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. **Quem é Quem na Biblioteconomia e Documentação no Brasil**. Rio de Janeiro, 1971.

BRASIL. **Lei n. 4084, de 30 de junho de 1962**. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4084.htm>. Acesso em: 23 ago. 2017.

BRASIL 1900-1910. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1980.

BRASIL Ministério da Cultura. **Processo 01400.018221/2005-15.** Encaminha cópia da Indicação n. 2707/04 de autoria do Deputado Chico Leite, aprovada em Reunião Extraordinária de 28/11/05. Em anexo cópia da Indicação n. 2707/04. Brasília, DF, 2005.

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio**. A Biblioteca Nacional nos Tempos de Ramiz Galvão (1870-1882)**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2009. Datiloscrito.

CANÔNICA, Volnei. Por que os Governos Nunca Abraçaram as Bibliotecas? **Publishnews**, 24 jan. 2017. Disponível em: <http://www.publishnews.com.br/materias/2017/01/24/por-que-os-governos-nunca-abracaram-as-bibliotecas> Acesso em: 12 set. 2017.

CASIMIRO NETO. **A construção da democracia**: síntese histórica dos grandes momentos da Câmara dos Deputados, das Assembleias Nacionais Constituintes e do Congresso Nacional. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2003.

CASTRO, Aloisio Arnaldo Nunes de. A Preservação Documental no Brasil: notas para uma reflexão histórica. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 31-46, jul./dez, 2010.

CATALOGAÇÃO será feita por estudantes na BN. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 7, 29 jun. 1975.

CHUVA, Marcia**. Os Arquitetos da Memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.

CINQUENTA Anos de Biblioteconomia: 1915-1965. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1965.

COLUNA DOZE. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, n. 23950, p. 8, 13 maio 1971.

CONFERENCE of Directors of National Libraries. 2015. Disponivel em: < http://cdnl-kk.lib.helsinki.fi/index.php>. Acesso em: 09 jun. 2015.

CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Relatório de Auditoria Anual de Contas**. Unidade Auditada: Fundação Biblioteca Nacional. Exercício: 2012.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 1901-1974. Diário.

CORRESPONDÊNCIA recebida e expedida pelo diretor da Biblioteca Nacional, Adonias Filho. Rio de Janeiro: 1961-1969.

COSTA, Celia. Biblioteca Nacional Ganhará Espaço Arrojado para Pesquisa e Leitura. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 nov. 2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/biblioteca-nacional-ganhara-espaco-arrojado-para-pesquisa-leitura-14569693#ixzz3J9irhqgw>. Acesso em: 15 nov. 2014.

THE COURIER. Paris: Unesco, n. 2, feb. 1985.

CRESPO TOBARRA, Carmen. Ensayo de una bibliografia sobre la Biblioteca Nacional. **Boletín Anabad**, Madrid, n. 1, p. 229-243, jan./mar. 1992.

A CRISE da Biblioteca Nacional. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 4 jan. 2013. Disponível em: < http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,a-crise-da-biblioteca-nacional-imp-,980444>. Acesso em: 4 jan. 2013.

O CRUZEIRO. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1928-1985. Semanal.

CULTURA em Tempos de Cólera. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 5 abr. 2015. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/editoriais/a-cultura-em-tempos-de-colera-c09u0ri1g8wdstnrzmef97au2>. Acesso em: 6 abr. 2015.

DARNTON, Robert. **Boemia Literária e Revolução**: o submundo das letras no Antigo Regime. 2. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DEPUTADOS da 42. Legislatura. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/deputado/DepNovos_Lista.asp?Legislatura=42&Partido=QQ&SX=QQ&Todos=None&UF=QQ&condic=QQ&forma=lista&nome=&ordem=nome&origem=None>. Acesso em: 19 set. 2016.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 1930-1976. Diário.

DOMINGUES, Heron. Penúltimo Capítulo. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p.8, 15 set. 1971.

EM FAMÍLIA. [Rio de Janeiro: 2014]. Disponível em: <http://gshow.globo.com/novelas/em-familia/index.html>. Acesso em: 07 ago. 2014.

FAUSTINI, Marcos. Desesconder o Ministério da Cultura. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 jul. 2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/cultura/desesconder-ministerio-da-cultura-13329734#ixzz38CQpFhlv>. Acesso em: 21 jul. 2014.

FILGUEIRAS, Mariana. “O Brasil ainda não entendeu o que é ter uma casa deste porte”, diz presidente da Biblioteca Nacional”. **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 abr. 2015. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/cultura/o-brasil-ainda-nao-entendeu-que-ter-uma-casa-deste-porte-diz-presidente-da-biblioteca-nacional-15981908>. Acesso em: 27 abr. 2015.

O FLUMINENSE. Niterói, RJ, 1878- . Diário.

FONSECA, Edson Nery da. Desenvolvimento da Biblioteconomia e da Bibliografia no Brasil. **Revista do Livro**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 95-123, mar. 1957.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; MinC/Iphan, 2005.

FORREST, Niara Paz Romero. **Gênero e relações de poder na Biblioteconomia:** FCE e BCE. Brasília, DF: 2014. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2014.

FUENTES ROMERO, Juan José. Bibliotecas nacionales y sociedad del conocimiento: perspectivas del futuro. **Revista Interamericana de Bibliotecología**, Medellín, v. 28, n. 2, jul./dec. 2005.

_____. La memoria de lo escrito: bibliotecas nacionales y identidad cultural. **Boletín ANABAD**, Madrid, v. 51, n. 2, p. 119-138, abr./jun. 2001.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. A privataria arruína a Biblioteca Nacional. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 02 set. 2012. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/colunas/eliogaspari/1147041-a-privataria-arruina-a-biblioteca-nacional.shtml . Acesso em: 02 set. 2012.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; MinC/Iphan, 2002.

GONÇALVES, Olívia. Manuscritos, Documentos, Livros Raros. Uma riqueza está ameaçada. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 5, 21 e 22 abr. 1974.

GOODRUM, C. A. National libraries. In: ALA WORLD ENCYCLOPEDIA OF LIBRARY AND INFORMATION SCIENCE. 2. ed. Chicago; London: American Library Association; Admantine Press Limited, 1986. p. 605-611.

GOULEMOT, Jean Marie. **O Amor às Bibliotecas**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

GUION, David. What do librarians do? In: _____. **Reading, Writing, Research**. 19 nov. 2014. Disponível em: <http://www.allpurposeguru.com/2014/11/what-do-librarians-do/> . Acesso em: 23 mar. 2015.

HAMILTON, Tim. **Fahrenheit 451**: a graphic novel autorizada por Ray Bradbury. São Paulo: Globo, 2011.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2005.

IDENTIFICAÇÃO Salva Biblioteca Nacional. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 40, 24 mar. 1968.

IFLA and the Information Society. The Hague: 2014. Disponível em: < http://www.ifla.org/> Acesso em: 20 dez. 2014.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 1891- . Diário.

JUSTIÇA veta anteprojeto da moderna biblioteca estadual. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 306, p. 14, 20 fev. 1985.

JUVÊNCIO, Carlos Henrique. **O Mundaneum no Brasil**: O Serviço de Bibliographia e Documentação da Biblioteca Nacional e seu papel na implementação de uma rede de informações científicas. 2014. 190 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2014.

LAGO, Pedro Corrêa do. Mil Dias na Biblioteca Nacional. **Digestivo Cultural**, 10 out. 2005. Disponível em: <http://www.digestivocultural.com/ensaios/ensaio.asp?codigo=128&titulo=Mil_dias_na_Biblioteca_Nacional>. Acesso em: 17 jul. 2013.

LANNES, Paulo. Mudança na direção da Biblioteca Nacional irrita servidores. **Metrópoles**, Brasília, DF, 12 nov. 2017. Disponível em: <https://www.metropoles.com/entretenimento/politica-cultural/mudanca-na-direcao-da-biblioteca-nacional-irrita-servidores>. Acesso em: 12 dez. 2017.

LO-BIANCO, Alessandro. Obras Raras da Biblioteca Nacional na Zona Portuária são Destruídas por Mofo e até Ratos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 out. 2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/obras-raras-da-biblioteca-nacional-na-zona-portuaria-sao-destruidas-por-mofo-ate-ratos-14165888>. Acesso em: 7 out. 2014.

LUCHETE, Felipe. MPF leva “bronca” por ação contra ex-presidente da Biblioteca Nacional. **Consultor Jurídico**, 2 ago. 2014. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2014-ago-02/mpf-leva-bronca-acao-ex-presidente-biblioteca-nacional>. Acesso em: 3 ago. 2014.

MENDES, Fernando Leite. O Dossiê da Destruição. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 2, 7 jun. 1973.

MIRANDA, André. Ministério da Cultura terá orçamento menor em relação a 2013. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 maio 2015. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/cultura/ministerio-da-cultura-tera-orcamento-menor-em-relacao-2013-16280312>. Acesso em: 28 maio 2015.

MIRANDA, André; CAZES, Leonardo. Os Labirintos da Biblioteca Nacional. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 jul. 2013. Disponível em: < http://oglobo.globo.com/cultura/os-labirintos-da-biblioteca-nacional-9073525#ixzz2ZRhUEKuT > Acesso em: 18 jul. 2013.

MIRANDA, Antonio. **A Questão da Biblioteca Nacional de Brasília**: biblioteca pública ou centro cultural? 2004. Disponível em: <http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=33991&cat=Artigos&vindaS> Acesso em: 24 maio 2016.

MONTE-MÓR, Jannice. Evocação. In: MOTTA, Antonio; VERRI, Gilda Maria Whitaker (Org.). **Interpretação de Edson Nery da Fonseca**. Recife: Bagaço, 2001. p. 55-58.

MONTE-MÓR, Jannice; BOTELHO, Marcos. O Controle Bibliográfico Universal, o Depósito Legal e a Fundação Getúlio Vargas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 106-118, jan./mar. 1987.

MORAES, Rubens Borba de. Relatório do Diretor da Divisão de Preparação da Biblioteca Nacional ao Ministro da Educação e Saúde. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília/DF, v. 2, n. 1, p. 91-106, jan./jun. 1974.

OBSERVATÓRIO da Imprensa: Renato Lessa. TV Brasil, 14 maio 2013. 52min 19s. Disponível em: http://tvbrasil.ebc.com.br/observatorio/episodio/renato-lessa

ODDONE, Nanci Elizabeth. **Ciência da Informação em Perspectiva Histórica**: Lydia de Queiroz Sambaquy e o aporte da Documentação (Brasil, 1930-1970). 2004. 157 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, convênio com Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da (Org.) **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PENNAFORT, Roberta. Sem Manutenção, Biblioteca Nacional Está Sob Ameaça. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 ago. 2012. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,sem-manutencao-biblioteca-nacional-esta-sob-ameaca,922812,0.htm>. Acesso em: 28 ago. 2012.

PEREIRA, Julia Wagner. Nem heroico nem moderno: a constituição do “Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” na gestão de Renato Soeiro no IPHAN (1967-1979). In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Programa de Especialização em Patrimônio**: artigos (2005 e 2006). Rio de Janeiro: Copedoc/IPHAN, 2009. p. 369-404.

PFLUG, Gunther. **O que é uma Biblioteca Nacional?** 1988. Tradução de: What is a national library? International cataloguing and bibliographic control, London, v. 17, n. 1, p. 14-16, jan./mar. 1988. Datiloscrito.

PINTO, Mônica Rizzo Soares. **Preservação de Publicações Eletrônicas**: a questão do depósito legal. 2011. 133 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PIRES, Carol. O Memorialista: as amizades e os livros de Edson Nery da Fonseca. **Piauí**, São Paulo, n. 72, set. 2012. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-72/figuras-das-letras/o-memorialista> Acesso em: 20 dez. 2014.

PITELLA JÚNIOR, João. Saiba quem foram os deputados cassados pela ditadura militar. Câmara dos Deputados, 6 dez. 2012. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/432096-SAIBA-

QUEM-FORAM-OS-DEPUTADOS-CASSADOS-PELA-DITADURA-MILITAR.html>. Acesso em: 20 ago. 2016.

POMERANIEC, Hinde; ZUNINI, Patricio. Alberto Manguel: “tenemos que digitalizar para dar acceso a los usuários que no pueden venir hasta la Biblioteca física”. **Infobae**, Buenos Aires, 26 nov. 2017. Disponível em: <https://www.infobae.com/cultura/2017/11/26/alberto-manguel-desde-que-llegue-a-la-biblioteca-no-leo-y-no-escribo-me-converti-en-un-administrador/>. Acesso em: 27 fev. 2018.

PORTELLA, Célia Maria. Releitura da Biblioteca Nacional. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 247-264, 2010.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Diccionario de la lengua española.** 23. ed. Madrid, 2014. Disponível em: <dle.rae.es>. Acesso em: 14 dez. 2017.

REGO, Antonio Carlos Pojo do. **O Congresso Brasileiro e o Regime Militar (1964-1985).** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.

RIVAS, Pierre. Leis memoriais: excessos da memória. In: FRANÇA, Maria Cristina C. de C.; LOPES, Cícero Galeno; BERND, Zilá (Org). **Patrimônios memoriais**: identidades, práticas sociais e cibercultura. Porto Alegre; Canoas: Movimento; Unilassalle, 2010. p. 55-65.

RODRIGUES, Marcia Carvalho. **Bibliotecas Nacionais e a Preservação do Patrimônio Documental Bibliográfico no Âmbito dos Países do Mercosul**: estudos sobre o depósito legal no Brasil e na Argentina. Pelotas, 2016. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural), Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

RODRIGUES, Maria Fernanda. “Obras devem levar no mínimo dez anos”, afirma presidente da Biblioteca Nacional. **Portal Aprendiz**, 26 fev. 2013. Disponível em: < http://portal.aprendiz.uol.com.br/2013/02/26/obras-devem-levar-no-minimo-dez-anos-afirma-presidente-da-biblioteca-nacional /> Acesso em: 15 jul. 2013.

SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das Chagas F. Dos Lugares de Memória ao Patrimônio: emergência e transformação da “problemática dos lugares”. **Projeto História**, São Paulo, n. 52, p. 245-279, jan./abr. 2015.

SISTEMA CFB/CRB. **Biblioteca Escolar como Espaço de Produção de Conhecimentos**: parâmetros para bibliotecas escolares. Brasília, DF: 2010. Disponível em: <http://www.cfb.org.br/projetos.php>. Acesso em: 03 jan. 2015.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS. **Histórico**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://snbp.bn.br/historico/>. Acesso em: 03 jan. 2015.

SOUZA, Severino Ramos Lima de; FRANCISCO, Ana Lúcia. O método da cartografia em pesquisa qualitativa: estabelecendo princípios... desenhando caminhos... In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO

QUALITATIVA, 5, 2016. **Atas CIAIQ2016**. Porto, 2016. v. 2, p. 811-820. Disponível em: < http://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2016/article/viewFile/826/812>. Aceso em: 14 dez. 2017.

STRECK, Lenio Luiz. Aplicar a “letra da lei” é uma atitude positivista? **Novos estudos jurídicos**, v. 15, n. 1, p. 158-173, jan./abr. 2010. Disponível em: < https://www6.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/2308/1623>. Acesso em: 14 dez. 2017.

TAVARES, Mariana Rodrigues. Editando a nação e escrevendo sua história: o Instituto Nacional do Livro e as disputas editoriais entre 1937-1991. **Aedos**, Porto Alegre, n. 15, v. 6, p. 164-180, jul./dez. 2014.

UNESCO. **Guidelines for the national bibliographic agency and the national bibliography**. Paris, dec. 1979.

WANDERLEY, Manoel Adolpho. Utilização de Processos de Automação na Biblioteca Nacional. **Ciência da Informação**, Brasília/DF, v. 2, n. 1, p. 41-54, 1973.

WEITZEL, Simone da Rocha. Desenvolvimento de Coleções no Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional (1915-1949). **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 130, p. 111-220, 2010.

ÍNDICE ONOMÁSTICO DAS SEÇÕES 4 E 5[i]

ANDRADE, Teófilo de, 83
BANDEIRA, Manuel, 97
BARBOSA, Alice Príncipe, 111
BARROSO, Maria Alice, 93, 96, 123
BONIFÁCIO, José, 89
BRAGA, Ney, 99, 100
BRANDÃO, Euro, 99, 122
BRIZOLA, Leonel, 76, 77
CAMPOS, Paulo Mendes, 86
CAPANEMA, Gustavo, 83
CARNEIRO, Newton, 83, 84, 87
CASTELLO BRANCO, Humberto de Alencar, 75, 77
COLLOR, Fernando, 99
CONDÉ, Elysio, 77
COSTA, Lucio, 105
COSTA E SILVA, Artur da, 75, 77
COUTINHO, Afrânio, 76, 82, 83
COUTINHO, Odilon Ribeiro, 83
CUNHA, Celso, 74, 83, 88, 89, 90, 94, 96
DI FRANCO, Maria, 117
DIAS, Antônio Caetano, 83
DIAS, Maria Elvira Meireles Correia, 96
DOMINGUES, Heron, 99
DOYLE, Plínio, 93, 102, 124
DUTRA, Tarso, 93
FERREIRA, Manuel Wanderley, 85
FONSECA, Edson Nery da, 75, 76, 78, 82, 83, 96, 100
FRANCO, Édson, 93
FREIRE, Luna, 83
GALVÃO, Ramiz, 94, 96
GARCIA, Rodolfo, 83, 94
GHISI, Adhemar, 92
GOMES, Eugênio, 79, 83
GOULART, João, 75, 76, 77, 85
GUIMARÃES, Ulysses, 83
JUREMA, Aderbal, 83
KUBITSCHEK, Juscelino, 84
LOUZADA, Wilson, 86
MACHADO, Hélio Gomes, 77, 84, 86, 91
MAZZILLI, Ranieri, 75, 76, 83
MEIRELES, Cecília, 96

MELO, José Alexandre Teixeira de, 94
MEYER, Augusto, 74, 83
MONTE-MÓR, Dulce de Mello, 97
MONTELLO, Josué, 83, 93, 94, 95, 96, 98
MORAES, Rubens Borba de, 83, 94, 95, 96, 97, 98, 111, 115, 116
NOGUEIRA, Arnaldo, 83
NOGUEIRA, Hamilton, 83
OLYMPIO, José, 93
PAIVA, Rubens, 77
PAMPLONA, Confúcio, 105
PASSARINHO, Jarbas, 82, 93, 96, 97, 99, 100, 104, 105, 115
PEQUENO, Mercedes Reis, 78, 81
PEREIRA, Osny Duarte, 77
PORTELLA, Eduardo, 99, 129
PORTO, João Stavola, 77
QUADROS, Jânio, 74, 75, 76
REGO, José Lins do, 97
RIBEIRO, Darcy, 85
RODRIGUES, José Honório, 94, 95
ROXO, Marina de Barros, 81, 82
SALGADO, Plínio, 83
SAMBAQUY, Lydia de Queiroz, 78, 83, 90, 91, 96, 97
SAMPAIO, Plínio de Arruda, 77
SANT'ANNA, Affonso Romano de, 100, 124
SILVA, Francisco Pereira da, 86
SILVA, Golbery do Couto e, 75
SILVA, Manoel Cícero Peregrino da, 96
TINOCO, Brígido Fernandes, 74, 83
VIDIGAL, Pedro, 83
VIGLIECCA, Hector, 106
WANDERLEY, Manoel Adolfo, 77

---

[i] Por motivos óbvios de protagonismo, não foram incluídos os nomes de Adonias Aguiar Filho e Jannice Monte-Mór.